



## VI GOVERNO CONTROLA PREÇOS

Doravante, o consumidor vai comprar o açúcar amarelo a 18\$50 e o branco a 19\$50 o quilo. Preços, pode-se dizer ainda, muito altos, são não entanto mais baixos do que os que estavam até agora em vigor: 21\$40 e 22\$50, respectivamente. A decisão de descer os preços foi tomada ontem pelo Conselho de Ministros.

Outras decisões relevantes tomadas pelo VI Governo: a batata passa a ter preço fixo: 7\$50, o quilo. Mantêm-se, entretanto, os preços por que estão

em venda outros géneros essenciais: arroz, margarinhas, óleos, massas, azeite, carne de vaca, por exemplo.

O Conselho de Ministros debruçou-se ainda sobre outros temas: o estatuto político-administrativo do arquipélago dos Açores e o recenseamento para as próximas eleições legislativas. A propósito foi aprovado um diploma contendo diversas alterações à lei que vigorava desde as eleições para a Constituinte, além de outras normas de interesse para o eleito-

rado. (Ler na pág. 5)

### Depois disto o quê?

# BOMBAS NO PORTO COM AVISO PRÉVIO

PORTO, 14 — Recrudesce a vaga terrorista no Norte, mais propriamente no Porto, onde esta madrugada rebentaram outras três bombas: uma de grande potência num 15.º andar, precedida de aviso feito à P. S. P. e as restantes mais fracas. Destas, a primeira foi às 3 horas junto ao prédio n.º 902 da Rua Júlio Dinis, numa tabacaria propriedade do sr. Inácio Pinto Carvalheira, residente no n.º 920-1.-E da mesma artéria. A montra do estabelecimento ficou destruída bem como a porta, provocando estilhaços no café Orfeu contíguo àquela tabacaria. Entre os estilhaços caídos para o interior da montra foi encontrado um invólucro oval, de plástico preto com um pouco de areia no interior o qual foi entregue ao agente da P. S. P. que ali se apresentou.

A outra bomba rebentou cerca das 3 e 45 à porta da Confeitaria Cunha na Rua Sá da Bandeira 662. A deflagração destruiu vidros da montra e das portas provocando ainda, com a deslocação do ar ou estilhaços, prejuízos nos prédios próximos. Foram assim atingidos vidros do Banco Fonsecas e Burnay, da Casa Tapeçarias Sá da Bandeira situadas no outro lado da rua e ainda na IBM.

De grande potência foi a bomba que rebentou nas instalações do Serviço de Apoio Ambulatório Local (S. A. A. L.) sitas no 15.º andar da Rua Gonçalo Cristóvão n. 128, que ficaram completamente destruídas. O rebentamento atin-

giu também o 14.º e 16.º pisos causando ainda avarias no elevador. Como é natural o estrondo acordou em pânico os moradores do prédio. Segundo informações recolhidas do Comando da P. S. P., a deflagração que ocorreu pouco antes das 3 horas, foi precedida com um aviso feito às 2 e 30 de que ia rebentar uma bomba (na Rua Gonçalo Cristóvão próximo da Rua Camões). Face a tal aviso telefónico foi man-

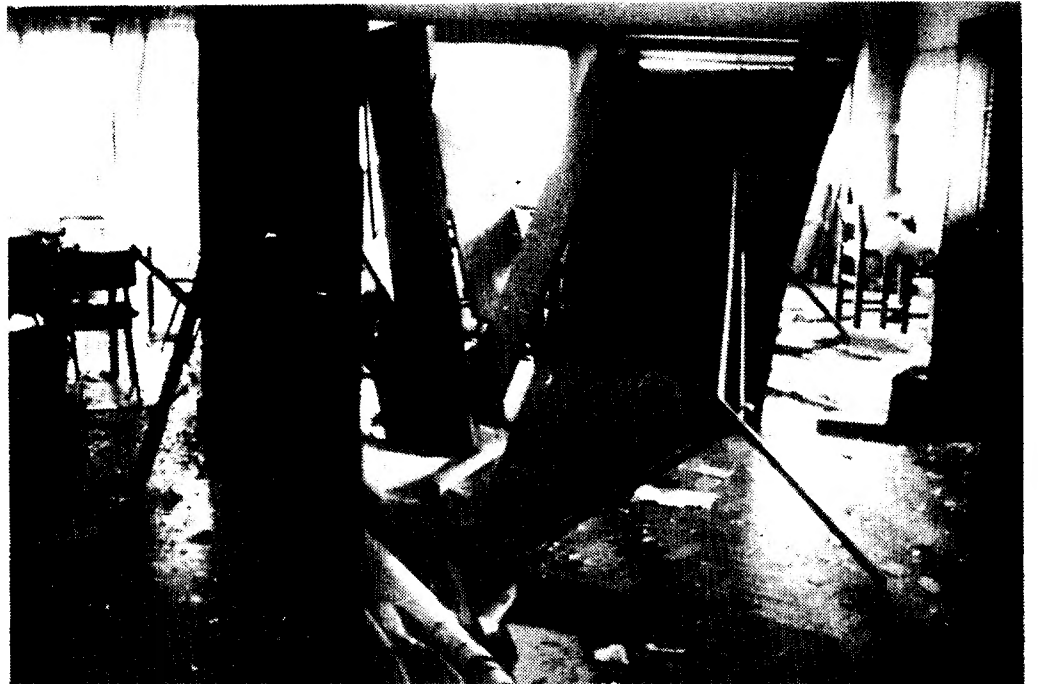
dada passar ronda ao local por um carro patrulha e, efectivamente, algum tempo depois a bomba rebentava projectando para a rua diversos estilhaços e vidros partidos.

No local foram entretanto encontradas duas cargas de plástico com cerca de meio quilo cada uma e que não chegaram a rebentar, tendo sido cuidadosamente retiradas.

Numa breve visita ao local pudemos constatar que os es-

tragos impossibilitam, para já o funcionamento daqueles serviços que se têm dedicado à resolução dos problemas mais urgentes no capítulo habitacional de zonas degradadas do Porto onde vivem milhares de pessoas em péssimas condições. Graças ao trabalho desenvolvido pelo S. A. A. L. algumas obras têm sido já iniciadas e entregues algumas casas a moradores pobres carecidos das

Continua na pag. 20



Estado em que ficaram as instalações do S. A. A. L., no Porto, após a deflagração da bomba de grande potência

## Pacto M.F.A.-Partidos

# CONTRAPROPOSTA MANTÉM MILITARES NO PODER

Delegações dos cinco partidos signatários do Pacto M.F.A.-Partidos e proponentes da sua revisão — o P.S., o P.P.D., o P.C.P., o C.D.S. e o M.D.P./C.D.E. — deslocaram-se ontem ao Estado-Maior General das Forças Armadas, no Restelo, onde receberam do general Ramalho Eanes e do brigadeiro Vasco Lourenço o texto da proposta (ou contraproposta) do M.F.A. aprovada pelo Conselho da Revolução e elaborada por uma comissão especialmente designada para tratar das negociações tendentes à revisão do acordo estabelecido vai para um ano.

As delegações partidárias eram compostas por Rui Machete e Barbosa de Melo (P.P.D.), Joaquim Gomes e

Carlos Costa (P.C.P.), Gilberto Lindim Ramos (M.D.P./C.D.E.), Freitas do Amaral e Amaro da Costa (C.D.S.). António Reis, em representação do P.S., chegaria mais tarde. Receberam das mãos do chefe do E.M.E. e do comandante da R.M.L. o texto da parte do M.F.A., que contribui para o desenvolvimento das negociações em curso e devem recomençar no início da próxima semana, logo que Melo Antunes chegue do estrangeiro. Recorda-se que Melo Antunes, Ramalho Eanes e Vasco Lourenço integram, com Martins Guerreiro e Canto e Castro a comissão que o C.R. designou para tratar das negociações.

As reuniões a haver entre esta comissão e as cinco organi-

zações empenhadas no processo devem processar-se inicialmente com cada partido isoladamente. O calendário a fixar, obedece a um critério de representatividade baseado na expressão eleitoral. A primeira reunião será, assim, com o P.S., e a última com o M.D.P./C.D.E. Posteriormente, terão lugar reuniões conjuntas.

Conhecem-se alguns pormenores da proposta do M.F.A., contraproposta, aliás, como resposta por parte dos militares às propostas apresentadas pelos partidos. Elas podem resumir-se muito brevemente.

O Presidente da República será presidente do Conselho da Revolução, se bem que a eleger por sufrágio directo e universal. A disposição implica

que o PR seja necessariamente um militar. O Conselho da Revolução manter-se-á, e com competência legislativa, embora reduzida ao âmbito militar. Junto do CR, por outro lado, deverá funcionar uma comissão constitucional. O Governo será responsável perante o Presidente da República e perante a Assembleia Legislativa a que terá de comunicar o seu programa quinze dias após tomada de posse. A Legislativa pronunciar-se-á sobre o programa do Governo, cabendo-lhe pronunciar-se sobre a

Continua na pag. 20

## CORREIOS EM ESPANHA SOB DISCIPLINA MILITAR

MADRID, 14 — (R.) — O Governo espanhol, tomando medidas contra a agitação entre a classe trabalhadora, que se alastra cada vez mais, colocou hoje o pessoal dos correios sob disciplina militar, após as distribuições de correspondência não se efectuarem ontem devido a greves.

Um decreto-lei publicado na gazeta oficial «militarizou», os empregados dos correios, tornando-os sujeitos a julgamento em tribunal marcial por acusações de rebelião se não se apresentarem ao trabalho.

A Polícia expulsou ontem pessoal em greve da central dos correios e dos telefones. Os empregados reclamam aumentos de salários.

O decreto aplicado ao pessoal dos correios foi utilizado, pela primeira vez, pelo Governo do rei Juan Carlos, no Poder há sete semanas, como uma tática para furar greves, tática essa empregada durante a ditadura do generalíssimo Franco.

A crescente agitação no seio

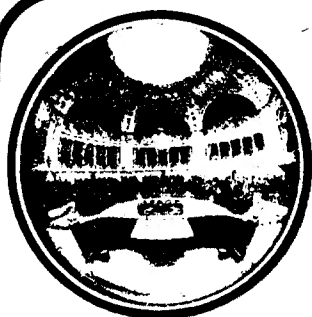
da classe trabalhadora espanhola deveria continuar hoje após estivadores de Barcelona se juntarem à acção grevista desencadeada por grupos sindicais militantes em Madrid.

Fontes afectas aos elementos das comissões dos trabalhadores — que se cre pertencerem às «comisiones obreras», clandestinas e dirigidas por comunistas — disseram que os empregados bancários declarariam hoje uma greve total em Barcelona e que algum pessoal dos estabelecimentos bancários de Madrid suspenderia o trabalho durante algumas horas.

O porto de Barcelona ficou ontem paralisado quando estivadores se puseram em greve em apoio de queixas existentes há muito envolvendo salários e outros agravos. Não se sabia ao certo se a paralisação continuaria hoje.

Em Madrid fontes sindicais disseram que nove grandes fábricas nos subúrbios ao sul da capital se achavam fechadas, a seguir a greves.

# Nacional



## ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

### D. Dinis e D. Fernando seriam fuzilados em Braga e Rio Maior

«Poderá o sr. Freitas do Amaral prometer um latifúndio para cada português, ou o sr. Sá Carneiro um latifúndio e meio, que este País nunca terá paz social, sem que a reforma seja feita». Ao afirmar isto, ontem, em plena assembleia, o deputado do PS, António Campos, que intervinha no período de antes da ordem do dia, teve de calar-se a aguardar que Henrique de Barros restaurasse a tranquilidade do hemisfério, subitamente abalada pela forte reacção suscitada nas bancadas do PPD (sobretudo) e do CDS. Ignorando até a pergunta, insistente, de um «pêpê» («e o Soares não prometeu nada?»), aquele deputado continuou a sua intervenção entremeadas de exemplos e justificações históricas, sublinhando que «se o D. Dinis, mas principalmente o rei D. Fernando estivessem nos plenários de Rio Maior ou no de Braga, eram fuzilados por estarem a arruinar a agricultura, e o chefe do pelotão de fuzilamento era o monárquico Ribeiro Teles (...). Felizmente a história encarregou-se de lhes dar razão e hoje presta-lhe as suas homenagens».

Parecendo ter como objectivo apoiar, essencialmente o seu colega de partido, o ministro Lopes Cardoso, alvo agora dos ataques

de forças de direita; o deputado socialista notando as «repercussões profundíssimas na sociedade» da Lei da Reforma Agrária afirmou que, se houve decisões injustas na aplicação da Lei «é fundamental serem-lhe apontadas», referindo, a seguir, os ataques anteriores do seu partido às ocupações e à política de Vasco Gonçalves.

Aplaudido com frequência, e entusiasmo, pelos seus colegas de partido, António Campos considerou ainda que «falar de agricultura em Portugal, pressupõe ter duas linguagens bem distintas» e afirmou que «colocarem os agricultores do Norte a contestar a reforma agrária que é do Sul, é o cúmulo da insensatez».

Lembrando, por outro lado, que a «luta dos homens, pequenos e médios agricultores ou trabalhadores é uma só».

Aquele deputado disse ser necessário «denunciar aqui também esses manipuladores da confusão, que na sua obra antitudo pretendem abrir o caminho do País a novas formas de ditadura».

Mais adiante, e mais directo, frisou: «O País precisa de políticos adultos. Como explicar ao povo que todas as votações feitas nesta Assembleia sobre Reforma Agrária tiveram o voto

unânime do PPD? (...) Mas que partido é este que nega no dia seguinte tudo a que deu o seu aval no dia anterior? Bom, que o sr. Sá Carneiro se vá negando, variando de tonalidades consoante a paisagem, não me impressiona, não me impressiona, há o País real, a que todos sem excepção devem a responsabilidade dos seus actos».

Após algumas considerações e propostas de solução dos problemas da Agricultura António Campos concluiu: «Agora manobrar os portugueses de regiões contra regiões, é obra de organizações sinistras que nada têm a ver com os sentimentos de Paz, Justiça e Liberdade do Povo Português».

A sessão — que registou ainda a leitura de vários requerimentos ao Governo — terminou às 16 e 30, por proposta de um grupo de deputados do PPD no sentido de permitir-se a ida ao funeral de Herculano de Carvalho. A proposta foi aprovada por unanimidade.

Na sessão de hoje, com início às 10 da manhã, teve lugar já o debate sobre o poder local que irá, certamente, prolongar-se por várias sessões.

E.A.

## Melo Antunes na Hungria

# Portugal de hoje é factor de desanuviamiento no mundo

O ministro dos Negócios Estrangeiros prossegue esta tarde as conversações com os dirigentes húngaros com vista ao estabelecimento de acordos de cooperação técnica, económica, científica e cultural entre os dois países. No primeiro encontro, ontem efectuado, Melo Antunes fez uma exposição sobre a situação política interna portuguesa, ouvindo em seguida uma análise do ministro húngaro dos Negócios Estrangeiros sobre a História e a situação política da Hungria no período do pós-guerra.

A reunião prolongou-se por duas horas, dirigindo-se depois a delegação portuguesa para o Parlamento, onde foi recebida pelo presidente do «Presidium», Pál Losonczi. Na audiência foi reafirmado o desejo dos dirigentes húngaros de uma ampla cooperação com Portugal. O processo português da Reforma Agrária foi citado com particular interesse pelos dirigentes daquele país, que referiram aos visitantes portugueses as dificuldades encontradas para organizar racionalmente a produção agrícola após a destruição dos latifúndios.

A delegação portuguesa visitou a seguir a fábrica de autocarros «Ikarus», que emprega um total de 11 000 operários ocupados na produção de diversos tipos de autocarros. Os países árabes e do Norte de África, União Soviética, República Federal da Alemanha e Suécia são os principais clientes. A possibilidade e o desejo de exportar para Portugal foram ventilados pelos dirigentes húngaros.

Ontem à noite o chanceler da Hungria ofereceu um jantar ao seu colega português e respectiva delegação, durante o qual foi exaltado o significado da visita e o que ela representa para a aproximação dos dois povos.

## ABERTURA

«As relações de Portugal com os países do campo socialista» — disse Melo Antunes usando da palavra no decorrer do jantar — «só se tornaram possíveis a partir da Revolução de 25 de Abril de 1974. Com efeito o regime fascista, que oprimiu longamente o nosso povo, tinha isolado Portugal do mundo, de tal forma que lhe cortou todo e qualquer contacto com largos e importantes sectores da comunidade internacional, como o conjunto de países socialistas e os países não alinhados do Terceiro Mundo».

«O ministro dos Negócios Estrangeiros português salientou também que a abertura de Portugal aos mais diversos sectores da comunidade internacional constitui um elemento altamente positivo no desanuviamiento entre os blocos e, concretamente, o aprofundamento da nossa cooperação e do nosso diálogo com os países da Europa integrados no Pacto de Varsóvia, reforça a tendência para o desanuviamiento no continente europeu».

Noutra passagem do seu discurso Melo Antunes afirmou que «a nossa antiga posição colonialista, que foi sempre mais um elo subalterno e dependente da cadeia imperialista do que centro de exploração autónoma, bem como a nossa inserção no espaço da Europa

do Sul, de menor desenvolvimento e de consequente dependência em relação aos centros altamente desenvolvidos e industrializados da Europa do Norte, todos estes factores nos apontam para uma cooperação estreita com as nações do Terceiro Mundo, particularmente com as antigas colónias e com os países da Bacia do Mediterrâneo e do mundo árabe».

A terminar afirmou que este papel de ponte, de interlocutor, entre os centros industrializados da Europa e as nações em vias de desenvolvimento do Terceiro Mundo, neste momento histórico em que é fundamental o diálogo entre países ricos e países pobres, baliza a especificidade da posição progressista que pretendemos assumir na comunidade internacional.

«Isto sem negarmos os nossos tradicionais espaços de inserção económica e política, o que seria irrealismo» — acrescentou — «mas partindo deles para uma nova e mais equilibrada relação com todos os espaços em que se articula a comunidade internacional, com relevo para o Terceiro Mundo e o campo socialista».

## COM KADÁR

Esta manhã Melo Antunes foi recebido pelo presidente do

Conselho de Ministros, György Lázár, no Parlamento húngaro. Depois desta reunião o ministro dos Negócios Estrangeiros e os restantes membros da comitiva portuguesa avistaram-se com o primeiro-secretário do Comité Central do Partido Operário Socialista Húngaro, János Kádár. A visita a Kádár foi decidida à última hora, pois não constava do programa oficial da visita.

As 13 horas Melo Antunes ofereceu um almoço ao ministro Frigyes e às 16 procedeu-se à assinatura do convénio cultural luso-húngaro, seguindo-se uma conferência de imprensa.

A finalizar as cerimónias, e antes do jantar informal num restaurante de Budapeste, a delegação portuguesa assistirá ao espectáculo do conjunto folclórico nacional da Associação Juvenil do Partido Operário Socialista.

## COSTA GOMES CONVIDADO

O Presidente da República, general Costa Gomes, foi convidado a visitar oficialmente a República Popular da Hungria.

Por sua vez o ministro húngaro dos Negócios Estrangeiros, Frigyes Puja, fará uma visita oficial a Portugal em data ainda não fixada.

# Jorge Campinos estimula relações luso-jugoslavas

O ministro do Comércio Externo, Jorge Campinos, chegou ontem a Belgrado para participar na primeira reunião da Comissão Mista Jugoslavo-Portuguesa de Cooperação Económica, a qual estudará os meios de encorajar as trocas comerciais e a cooperação entre a Jugoslávia e Portugal, especialmente as possibilidades existentes no domínio da cooperação industrial a longo prazo.

Falando aos jornalistas à partida para a capital jugoslava, Jorge Campinos declarou que o nível das nossas relações comerciais com aquele país «é extremamente baixo» e temos agora que estudar os produtos que podem ser trocados e comercializados entre Portugal e a Jugoslávia, e estudar os métodos a utilizar para melhor conhecimento recíproco dos mercados e tomar medidas concretas para facilitar esse conhecimento, nomeadamente a participação em feiras internacionais.

Campinos acrescentou que há esperança de desenvolvimento rápido das relações comerciais e que do ponto de vista económico há entre os dois países certas complementaridades que devem ser aproveitadas.

## TURISMO, A SALVAÇÃO

«Só salvaremos a democracia e a revolução se vencermos a batalha do Turismo», disse Jorge Campinos, numa entrevista que concedeu ao jornalista Raul del Pozo, correspon-

dente do «Pueblo» de Madrid em Lisboa, ontem publicada por este vespertino e hoje distribuída pela Anop.

Campinos disse ainda que «a ponte sobre o Guadiana podia ser o símbolo da amizade entre Portugal e a Espanha. Portugal está disposto a iniciá-la». Considerando que turismo e revolução não são incompatíveis, o ministro do Comércio Externo disse ainda que em Portugal «se iniciou a grande batalha do turismo».

Na entrevista é lembrado que no ano passado lançou-se a iniciativa da criação da Frente Ibérica do Turismo, com plena aceitação do Governo espanhol, mas que não se concretizou por uma série de circunstâncias que, a alguns níveis, se processaram nas relações entre os dois países.

Também em entrevista concedida ao enviado especial da Rádio Nacional, Pedro Galino, Jorge Campinos lamentou que «entre Portugal e Espanha não houvesse um acordo político». As relações comerciais entre os dois países também foram abordadas, tendo o ministro do Comércio Externo português declarado que surpreendia-se com o baixo nível de intercâmbios, mas que também ficava surpreso com as possibilidades dos saldos negativos serem rectificadas.

Em ALVERCA o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na TABACARIA LUSA Rua Joaquim Sabino Faria, 16

## Governador da Madeira chamado a Lisboa

FUNCHAL, 14 — Seguiu esta manhã para Lisboa o Governador da Madeira, brigadeiro Carlos Azeredo.

Fontes próximas do Governo local informam que a deslocação do brigadeiro se prende com a necessidade de uma maior autonomia para o arquipélago, já que não e geralmente aceite a «fraca» autonomia ultimamente decidida e que mantém na Madeira o regime de colónia.

Por outro lado foram nomeados para a Junta dos Independentes, não comprometidos partidariamente. Na expressão de fontes bem informadas, as individualidades escolhidas teriam aceite servir de «bodes expiatórios». Trata-se do eng. José dos Santos Ribeiro de Andrade e do comandante Tolentino de Andrade, que ficarão, respectivamente, com as pastas de Abastecimento Turismo

e Preços, o primeiro, e Agricultura, Pesca e Indústria, o segundo.

Sabe-se, por outro lado, que Monteiro de Aguiar (deputado do P.S. pelo círculo da Madeira) será responsável pelos Assuntos Sociais, Emigração e Trabalho, cabendo a J. Manso os Assuntos Escolares, Cultura e Comunicação Social.

Entretanto gente de Machico encontra-se neste momento em Lisboa para falar com o ministro da Agricultura, eng. Lopes Cardoso. A sua presença na capital do país pode significar que, para o povo machiquense, «a luta continua».

Como se sabe, os habitantes da zona de Machico são conhecidos pelas suas posições de intransigência face à repressão e na defesa dos seus direitos, antes e depois do 25 de Abril.

Agora, Machico volta a ba-

ter-se pela eliminação do regime de colónia e por um projecto que visa a nacionalização das águas.

Por altura do fecho desta edição, o Ministério da Agricultura confirmava que «uma delegação de caseiros madeirenses» seria ainda hoje recebida pelo eng. Lopes Cardoso.

## PORTO SANTO MENOS ISOLADA

A partir de hoje, fica menos isolada a ilha de Porto Santo. Uma avioneta da Sociedade de Turismo Penina passa a escalar a ilha sempre que o avião da TAP ali não se desloque.

Recorda-se que a TAP só escala Porto Santo duas vezes por semana. A pequena ilha chegava a ficar sem comunicações aéreas, vários dias por semana.

# EXPOSIÇÃO 1976

A PARTIR DE 10 DE FEVEREIRO NO MAIOR SALÃO DO GÉNIO DO PAÍS.

TUDO DE MAIS RECENTE PARA A DECORAÇÃO DA SUA CASA. NOVIDADES — DECORAÇÃO

BENTO, RATINHO & CIA  
R. dos Douradores, 72, 1.º Dt. Tel. 322666 LISBOA

## post scriptum

### O caixote do luxo da história

O actual Governo português, pluralista e socialista em liberdade, sabe perfeitamente quem são os três movimentos de Angola, que ideologias os animam e que interesses defendem. Não é segredo para ninguém, nomeadamente nas esferas governamentais, que os arquivos da PIDE são eloquentes quanto a Holden Roberto e Savimbi. O primeiro (Holden), tão ambicioso como mediocre, cedo vendeu os seus reduzidos talentos à CIA, como aliás o provam as declarações surgidas nos próprios jornais americanos. O segundo (Savimbi) travou o seu combate de libertação sobretudo contra o MPLA, denunciando e traindo miseravelmente as forças autenticamente patrióticas do povo angolano que, como é evidente, se encontram, na sua esmagadora maioria, no seio do MPLA. É portanto sabendo a verdadeira natureza da UNITA e FNLA, movimentos fantoches ao serviço do imperialismo, que o VI Governo os pretende considerar em pé de igualdade com o MPLA; será que esta política de mentira é fruto de análises erróneas? Não sejam ingénuos! — Não é por acaso que autênticos revolucionários estão em Custódias e Caxias e reacionários de todos os matizes ocupam, cada vez mais, posições no aparelho de Estado e indivíduos tristemente célebres nas guerras coloniais são considerados heróis; — Mas que não tenham ilusões os falsos socialistas: as verdadeiras direitas sabem bem quem são e, no momento oportuno, os colocarão no lugar a que sempre pertenceram — o caixote do lixo da História.

Manuel Dias Sampaio — LISBOA

### O ministro e a máquina de escrever

A presença televisiva do senhor ministro das Finanças e o facto de ter hoje ao meu dispor uma máquina de escrever, são o único justicativo desta carta. Sem o senhor ministro ou sem a máquina de escrever, decerto não viria roubar espaço, no jornal. E, uma vez que se conjugaram estes dois factores, aí vão alguns considerandos.

Não poderei deixar em claro o chavão utilizado de que «o segredo é a alma do negócio» (onde é que eu já terei ouvido isto?). Pegando nessa máxima interessantíssima, não posso deixar de pôr uma questão: se o segredo tem mesmo tal condão, por que irreflexão é que agora temos a televisão invadida quase todos os dias por ministros ou secretários que nos vêm revelar os seus segredos? E a alma do negócio?

Um dos segredos que nos foi revelado é, sem dúvida, a pretensão de se colocarem como irresponsáveis perante os telespectadores (neste caso) alguns dos maiores revolucionários que já pisaram o palco político português depois do 25 de Abril, nomeadamente Vasco Gonçalves, um nome que os trabalhadores portugueses decerto jamais esquecerão.

Já sabíamos uma data de coisas tais como: o capitalismo está morto em Portugal; a luta de classes não existe por cá; etc.

Agora, ficámos a saber que as subidas de preços que se têm verificado em quase todos os bens de consumo essenciais e outras coisas do género não são outra coisa que uma espécie de «bluf». Porque, finalmente, no nosso país, os ricos vão passar a ser menos ricos e os pobres vão passar a ser menos pobres.

Mário Martins Pereira — LISBOA

### Quem escreve a um detido em Coimbra?

Encontrando-me presentemente preso na Cadeia Penitenciária de Coimbra, em cumprimento de uma pena imposta pela sociedade, venho por este meio solicitar um pedido de troca de correspondência para amparo moral.

Na monótona vida que aqui passo a chegada do correio é o acontecimento que mais me alvoroça. Peço boa compreensão para este meu pedido.

João Ribeiro Gomes — Recluso 71 — Cadeia Penitenciária de Coimbra

### É a C.P. que define quem é estudante?

Sou um trabalhador estudante; tenho 18 anos e frequento o 2.º ano do Curso Geral de Electricidade, na Escola Técnica Ferreira Dias, no Cacém.

É por este mesmo motivo que me dirijo ao vosso jornal, para que as entidades competentes do sector da Educação tomem nota dos problemas que atingem bastantes jovens trabalhadores — estudantes, como eu.

No meu caso particular; depois de 3 anos sem conseguir estudar por dificuldades económicas, só em 1974/75 é que obtive um vencimento (mínimo nacional) que finalmente me permitiu estudar, embora com algumas dificuldades.

No entanto, neste ano lectivo, deparou-se-me um problema, que pela sua gravidade me obrigou a escrever estas linhas para alertar os estudantes e a opinião pública em geral.

O problema consiste na cláusula da C. P. (Caminhos de Ferro Portugueses), de que sou utente, e em que é negado o desconto de estudante áqueles, que a partir dos 18 anos não tenham o 6.º ano ou um curso superior.

Ora acontece que eu, infelizmente, não consegui ainda alcançar nenhuma destas posições, e automaticamente sou catalogado de «não estudante», pagando por isso quase 100 por cento a mais, o que faz com que muitos abandonem o estudo novamente, por dificuldades financeiras.

Mas no final será esta cláusula justa?

Não seremos estudantes como os outros?

Antes pelo contrário, até somos diferentes, pois lutamos dia a dia para conseguirmos estudar, somos trabalhadores-estudantes, e como tal merecemos a abolição dessa inqualificável cláusula que tantos têm feito desistir.

Artur António Vicente Aniceto — AMADORA

## Relatório Tindemans sobre a Europa

# OS PÉS NA TERRA, MAS...

PIERRE DROUIN

O Conselho Europeu discutirá no próximo mês de Março, no Luxemburgo, o relatório Tindemans sobre a união da Europa. A publicação deste relatório foi calorosamente saudada em Bona e em Bruxelas. Em Londres a imprensa mostrou-se bastante céptica, e em Copenhague francamente hostil. Em Paris, Sauvagnargues disse que a sua «primeira impressão não era má», mas que considerava criticáveis alguns pontos, entre eles o do papel da Comissão Europeia. O relatório Tindemans é vivamente atacado pelo «Humanité» e, mais moderadamente por «La Lettre de La Nation».

A Europa nunca foi avara em relatórios. Mais um, o de Léo Tindemans, primeiro-ministro belga, acaba de ser tornado público. É grande a tentação de o considerar com uma forte dose de cepticismo, na hora em que o Mercado Comum mergulha em contradições quotidianas. Far-se-ia mal. Este documento não se parece com os outros, e, sobretudo, não sai inteiro de um cérebro preocupado em mostrar a imagem ideal da Europa de 1980. O seu autor tem os pés assentes na Terra.

Antes de pegar na pena, Tindemans pegou no seu bastão de peregrino. Encarregado pela Cimeira de Dezembro de 1974, de definir uma concepção de conjunto da União Europeia, passou dias e dias de 1975 nas capitais dos Nove, recolhendo as opiniões dos Governos, é certo, mas também as das «forças vivas» das nações que percorria e dos representantes da opinião pública.

De súbito já não estamos na presença de um desenho, de um esboço de Constituição, mas de um documento bem «incarnado». É à força de o praticar lealmente que a Europa verá a pouco e pouco desenhado o seu rosto; será então tempo de lhe dar uma nova forma jurídica.

Para que a União Europeia não seja desviada para o sonho ou, pelo contrário, para uma clássica cooperação inter-governamental sem mais consistência, Tindemans, sem parecer insistir no caso, faz correr alguns fios de um ponto para o outro da sua reflexão. Uma das suas ideias mais que-

ridas é que não se pode trabalhar com seriedade fora de uma concepção global da Europa. Esta sofreu demasiado até agora com os cortes habilidosos nascidos de estratificações jurídicas (matérias previstas ou não no tratado) ou de esquemas intelectuais (o económico, o social, o regional, etc.) que reforçavam o reino dos tecnocratas à custa dos políticos. É preciso voltar às coisas simples.

Que esperam da Europa os europeus?, pergunta Tindemans. Um avoz no mundo... uma nova sociedade... uma solidariedade concreta.

O primeiro-ministro belga não deixa em claro as questões mais espinhosas, tais como os relatórios Europa-Estados Unidos ou a segurança

so mútuo que uma união económica e monetária comporta necessariamente, está directamente ligado à aceitação das condições que essa união implica.

### O VERDADEIRO PODER

Pragmático, o relatório Tindemans é-o também quando propõe ao Conselho Europeu — isto é, à reunião dos chefes de Estado e de Governo que se realizam três vezes por ano — um papel principal, o do autêntico executivo dos Nove. É com efeito aí que se situa a legitimidade comunitária, visto este conselho reunir ao mais alto nível os que detêm o verdadeiro poder. No entanto, pa-

não põe o carro adiante dos bois. É a vida que se encarregará de colocar as datas em processos que esboça com grande discreção, como por exemplo quando indica que o Fundo Europeu de Cooperação Monetária deve transformar-se no embrião de um banco central europeu.

Substituir sempre que se pode o «porquê?» pelo «como?» é dar um grande passo para a sabedoria. Esta lição de André Gide, foi ouvida por Tindemans. Dito isto, algumas respostas dadas ao «como?» já fazem e farão nascer aqui e além vivas polémicas.

A ideia astuciosa, inspirada por Willy Brandt, de uma «Europa diferenciada», isto é, de uma Europa em que certos Estados poderiam progredir mais depressa do que outros em certos domínios de integração indisporá decerto os ingleses.

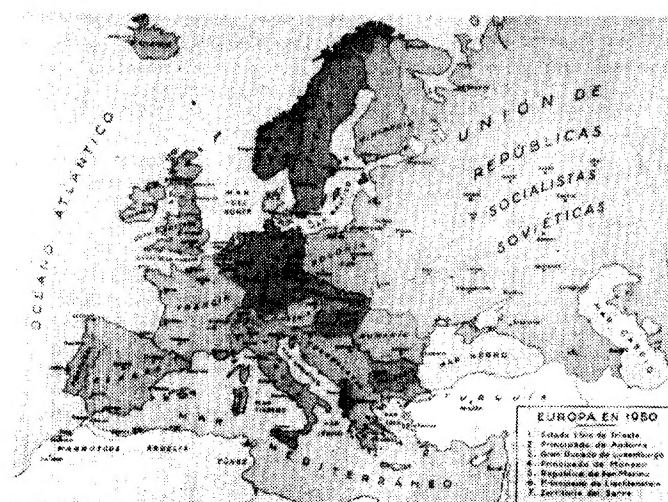
Os franceses e os alemães olharão inquietos para a proposta de Tindemans fazer passar, por intermédio do orçamento comum, uma «parte importante das transferências de recursos das zonas mais prósperas da Comunidade para as menos favorecidas».

Os adversários da eleição do Parlamento Europeu em sufrágio universal, têm enfim, com que reanimar a sua campanha, tendo que o desenvolvimento progressivo da União Europeia se traduzirá, para a Assembleia de Estrasburgo, no exercício crescente de uma função legislativa.

Tindemans gostaria de que o Parlamento também tivesse um direito de iniciativa (o Conselho decidindo deliberar sobre as resoluções que lhe seriam transmitidas por esse canal) e que pudesse investir o presidente da Comissão de Bruxelas, escolhido pelo Conselho Europeu.

Será carregar demasiado o barco? Só será possível responder afirmativamente se a Europa dos cidadãos, igualmente querida à alma de Tindemans, for decididamente do domínio da utopia, isto é, se os Estados não puderem, na verdade, encarar a acção europeia como um prolongamento acessório da política nacional.

(C) — «Le Monde»



Se ele tem a sabedoria de reconhecer que os Estados não estão em situação de emitir, mesmo num futuro próximo, as orientações de uma defesa comum, propõe, pelo menos, neste domínio, acções concretas e limitadas.

Do mesmo modo, ele vinca um ponto capital, no capítulo da política económica e monetária: Se a progressão se faz por etapas, cada uma delas deve comportar um conjunto equilibrado de medidas no domínio da política económica e no da moeda. Reconhece-se aqui a ideia de «sincronização» caso dos alemães a quem não desagradará ler em seguida: O automatismo das medidas de auxílio ou concu-

ra que as decisões tomadas pelo Conselho Europeu, não se percam no éter das «cimeiras», Tindemans propõe que esse conselho indique sempre a instituição ou órgão encarregado de execução da decisão que toma.

É com prudência que o documento acerca da União Europeia trata das transferências de soberania. A lição do relatório Weiner teve importância. Ao pretender ir, há cinco anos, demasiado depressa, demasiado longe, a caminho da união económica e monetária, só se encontraram quimeras. Claro que Tindemans não dissimula a necessidade de transferir competências para órgãos comuns, mas a verdade é que

## O B.C.G. PODE SER UMA ARMA CONTRA A LEUCEMIA DA CRIANÇA?

Arma eficaz contra a tuberculose, arma sem dúvida complementar no tratamento de certos cancros (aumentando a força da resposta imunitária), o BCG de Calmette e Guérin, cujo cinquentenário foi celebrado este ano, será também uma maneira de evitar a leucemia da criança? A pergunta foi feita recentemente, durante uma mesa-redonda presidida pelos professores Robert Debré e Raymond Mande, na presença de pediatras, cancero-logs, e especialistas de estatística, no termo da semana imunocancerológica de Paris, organizada pelo professor Georges Mattei.

O BCG impedirá, retardará o aparecimento de uma leucemia? Ao que parece, ainda é cedo para o afirmar, mas deve

reconhecer-se que as observações estatísticas do doutor Rosenthal (Santa Fé) são perturbadoras e merecem um aprofundamento do problema. Com efeito, após um inquérito retrospectivo que realizou em Chicago, entre 1957 e 1969, junto de oitenta mil crianças negras vacinadas logo à nascença com o BCG, e de quinhentas e sessenta mil não vacinadas, o doutor Rosenthal considera que a eficácia da vacina parece estatisticamente evidente: treze mortos por cancro no grupo das crianças vacinadas contra trezentas e dez no grupo das não vacinadas.

Em todo o caso estes números ainda não puderam ser confirmados por outras equipas estrangeiras. Plana pois uma dúvida sobre o rigor do

método de parâmetros desconhecidos inerentes a este tipo de inquéritos. Na Grã-Bretanha e no Canadá, as investigações feitas entre alguns milhares de crianças mostraram às vezes uma ligeira diminuição de mortes por leucemia nas crianças vacinadas à nascença, sem que por isso a diferença seja muito significativa.

Mas vale a pena levantar a dúvida, disseram os oradores que, em todo o caso, não esconderam as dificuldades que o caso apresenta. A única maneira de conhecer concretamente o papel preventivo do BCG seria fazer um inquérito a nível europeu, um inquérito prospectivo junto de, pelo menos, duzentas mil crianças, número mínimo, segundo o doutor Hatton (INSERM), para

obter estatísticas válidas, tendo em vista o pequeno número de crianças leucémicas na população geral (embora as leucemias representem 10 por cento das mortes entre os jovens).

Para empreender um tal inquérito (que levaria, pelo menos, dez anos a realizar) e que seria bastante caro, é preciso estar-se convencido do seu interesse (o que ainda não é o caso geral), depois organizar uma metodologia (que doses aplicar, quantas vezes, como evitar os efeitos secundários devidos a dores fortes) e fazer compreender os pais que certas crianças tiradas à sorte para constituir uma amostra representativa de testemunhas, não terão as possibilidades de

Continua na pag. 18

PUB

# UNIÃO DOS SINDICATOS DE LISBOA

RUA VICTOR CORDON, 1, 3.º

TELEFS. 36 52 86 / 87

LISBOA-2

## COMUNICADO

A actual cúpula do Ministério do Trabalho tem justificado amplamente o apelo de corporativista devido às inúmeras tomadas de posição contra os mais elementares interesses dos trabalhadores, em atitudes perfeitamente dirigidas demagogicamente mascaradas de democráticas.

Na sua ânsia de tudo controlar em favor da conciliação de classes, em tudo intervém sem olhar a meios, calcando as regras da mais elementar ética democrática.

São conhecidas de todos os trabalhadores as medidas antioperárias que este departamento governamental vem tomando de há uns tempos para cá, culminando no despacho que faz caducar as credenciais passadas às comissões de trabalhadores que estavam a gerir empresas sabotadas ou abandonadas pela entidade patronal, desprezando todos os sacrifícios dos trabalhadores para manterem o seu ganha pão e a sua contribuição para a construção de um Portugal democrático.

Para melhor levar à prática tal política este Ministério «lembrou-se» de enviar às organizações de trabalhadores, através do D. R. O. T., (Departamento de Relações com Organizações do Trabalho) um inquérito deveras «interessante» pois que nas suas palavras tem por fim clarificar «a situação político-social do país» e obter uma cooperação entre todas as forças interessadas na superação da crise económica profunda que abala o país.

Esclarece ainda o DROT que a sua actividade visa além das organizações de trabalhadores, «associações de pequenos e médios empresários, etc.». Neste «etc.» estão, por certo, contidas as associações de grandes empresários, as associações do grande capital nacional e estrangeiro (CIP e outras).

Ao englobar na sua designação e nos seus fins «Organizações do Trabalho» que se revelam ser não apenas organizações de trabalhadores mas também de capitalistas, o objectivo do DROT é promover, à boa maneira corporativa, um clima de «paz social» através da conciliação de classes.

Por outro lado, é «curiosa» a maneira como lançam um inquérito às organizações sindicais, ignorando as estruturas eleitas e legais do movimento sindical. É «curioso», mas não original, o objectivo divisionista de pôr as mesmas questões a sindicatos, comissões de trabalhadores e outras organizações de trabalhadores (sem explicar quais), na esperança de obter respostas diferentes de organizações que têm de comum a defesa dos interesses de classe dos trabalhadores.

«Original» é o critério que preside às escolhas das perguntas, postas em termos de defesa de situações de privilégio e exploração que se pretendem defender, e ignorando questões como a forma de combater a sabotagem económica, o não cumprimento pelas entidades patronais do CCT, o aumento vertiginoso do custo de vida, etc.

«Original» mas não sem precedentes, é a impossibilidade de controlar as respostas ao inquérito, o que permitirá ao Ministério do Trabalho tomar medidas escudando-se em respostas fictícias ou fabricadas.

«Original», mas não sem precedentes, é a impossibilidade de referência do Ministério do Trabalho na sua política de combate à crise económica, não só os resultados do inquérito como também o debate (?) público que se lhe seguirá. Assim, influenciarão a posição do Ministério do Trabalho as opiniões de fascistas, sabotadores económicos, grandes capitalistas e agrários, e não apenas as dos trabalhadores.

Estamos esclarecidos sobre o inquérito, o DROT e o Ministério do Trabalho.

O Secretariado da União dos Sindicatos de Lisboa entende assim alertar todas as organizações de trabalhadores que porventura tenham recebido o «inquérito», para o seu carácter antioperário, pseudo-democrático e divisionista.

Apela para que o seu conteúdo seja levado ao conhecimento dos trabalhadores e debatido em amplas reuniões.

É esta a resposta, de que dá conhecimento público, que o Secretariado da USL entende merecer o «inquérito» do Ministério do Trabalho.

**CONTRA O MINISTÉRIO DAS CORPORAÇÕES, POR UM MINISTÉRIO DO TRABALHO!**

Lisboa, 12/1/76

O SECRETARIADO

## Nacional

# MAIS DE VINTE COOPERATIVAS DOMINGO NO "DIA DO CAMPO"

Já são 23 as cooperativas que asseguraram a sua presença no «Dia do Campo», quando a população de Lisboa terá à sua disposição produtos vindos directamente das lavouras para serem vendidos na cidade. O «Dia do Campo» realiza-se no próximo domingo no Terreiro do Paço, e foi decidido numa reunião entre os representantes das várias cooperativas que comparecerão à Praça do Comércio.

As razões para levar por diante esta promoção estão expressas num comunicado que os representantes das cooperativas emitiram após a reunião. Ei-las: «o recente aumento do custo de vida que em todo o País se abate sobre o povo trabalhador», a acusação de que «os fascistas» e também o Governo «apresentam o aumento de custo dos produtos alimentares como sendo culpa da ocupação dos latifúndios e da

criação de cooperativas agrícolas, na tentativa de virar os trabalhadores das cidades contra os assalariados rurais cooperantes» e a necessidade de mostrar aos operários e aos trabalhadores da cidade «que as cooperativas agrícolas são uma vitória do Povo Português sobre os latifundiários fascistas e que, portanto, as cooperativas fazem parte das conquistas populares».

O «Dia do Campo» procura ainda demonstrar que a culpa dos aumentos não é dos assalariados rurais, mas sim dos intermediários e dos grandes capitalistas.

A decisão foi tomada pelas seguintes cooperativas, que estarão domingo na Praça do

Comércio: Catarina Eufémia, Nova Vida, Alentejo Vermelho, Bento Gonçalves, Água da Ramada, 15 de Outubro, Evaristo Sousa Gago, Casabres, Albergues, Monte-Novo-Abul-Marinhas, Soldado Joaquim Luís Carvalho, Nova Esperança, Rosal Vermelho, Futuro de Alcácer, Esperança do Sado, Alentejana, Boa Hora Familiar, Janelas, 11 de Março, 17 de Maio, Cravos Vermelhos, Poper Popular e Flor Alentejana.

Os secretários das intercooperativas de frequência ficaram com a responsabilidade de organizar as viagens até Lisboa e o transporte das mercadorias, em colaboração com o Sindicato dos Rodoviários do Distrito de Setúbal.

## Agro-Pecuária do Lis ganha autonomia

A Divisão Agro-Pecuária e Industrial do Vale do Lis foi desanexada da Federação dos Grémios da Lavoura da Estremadura, passando a constituir uma unidade autónoma.

O despacho que cria a unidade, designada agora por Agro-Pecuária do Lis e Mondego, é dimanado conjuntamente dos Ministérios da Agricultura e Pescas, do Comércio Interno e do Trabalho.

No preâmbulo da determi-

nação ministerial refere-se que dado os problemas específicos da Divisão Agro-Pecuária do Lis, que na prática vem sendo tratada como unidade autónoma, foi decidido desanexá-la da Federação.

Foi nomeada uma comissão administrativa para gerir transitoriamente a unidade que deverá apresentar ao Ministério da Agricultura e Pescas propostas de solução para os actuais problemas e de reestruturação e funcionamento futuros.

## Setúbal

# Município avança com dois mil fogos

SETÚBAL, 14 — Duas mil habitações sociais serão construídas na zona de Azeda pela Câmara Municipal de Setúbal, devendo dar-se início aos trabalhos no próximo mês de Março.

Na primeira fase está compreendida a construção de 650 fogos, em cujo projecto serão gastos 500 contos.

A empreitada de construção civil deverá ser feita em colaboração com o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de modo a que a distri-

buição do trabalho se faça de forma mais justa.

## COOPERATIVA EM FONTES

No Gabinete de Planeamento de Setúbal decorre o processo de organização de uma cooperativa de habitação na zona de Fontes, naquele concelho, tendo sido já estabelecidos contactos com o Município e o Fundo de Fomento da Habitação.

O conjunto será formado por 70 fogos, e para a sua construção será necessário expropriar o terreno.

# "CORREDOR DO LUMIAR" ALTERA TRAJECTOS DE AUTOCARROS

Conforme noticiámos, entrou em vigor no sábado a experiência-piloto rodoviária conhecida como «Corredor do Lumiar», destinada a facilitar o trânsito dos veículos de transporte colectivo e dos táxis, em detrimento do automóvel.

Em consequência desta medida algumas carreiras de autocarros foram alteradas, pelo que os percursos nas Avenidas da Liberdade e da República passaram a obedecer ao seguinte esquema:

**AVENIDA DA LIBERDADE** — À excepção das carreiras n.ºs 9, 9-A e 39, todas as outras, passam para as faixas centrais da Av. da Liberdade e da Praça Marquês de Pombal.

Entre o Rossio e a Praça Marquês de Pombal serão estabelecidas paragens na Praça dos Restauradores e na Av. da Liberdade, nas imediações dos cinemas Tivoli e S. Jorge, conforme o sentido.

As paragens correspondentes à Praça Marquês de Pombal, das carreiras n.ºs 1, 2, 3, 4, 11, 21, 31, 32, 36, 41, 44,

45 e 46 serão concentradas nas Avenidas Duque de Loulé, Fontes Pereira de Melo e Rua Joaquim António de Aguiar, imediatamente a seguir ou antes da referida praça, segundo o sentido de marcha dos autocarros.

**AVENIDA FONTES PEREIRA DE MELO** — Será colocada uma paragem junto do Teatro Villaret, para as carreiras n.ºs 1, 21, 36, 38, 44 e 45, em substituição da que se retira do aruamento a nascente da Rua Tomás Ribeiro.

**AVENIDA DA REPÚBLICA** — As carreiras n.ºs 1, 21, 27, 32, 36, 38, 44, 45 e 49, passam a utilizar, também, as faixas centrais da Av. da República e da Praça Duque de Saldanha, excluindo-se, nesta última praça, as carreiras n.ºs 27, 32 e 49 por terem de ingressar, depois, na Av. Casal Ribeiro. Nestas condições, a paragem-zona destas três últimas carreiras, será colocada na faixa lateral, entre as avenidas da República e Praia da Vitória.

## EMIGRAÇÃO PARA A VENEZUELA

Estão em curso programas de emigração de trabalhadores portugueses para a Venezuela, que permitirão colocar neste país 10 mil trabalhadores e respectivas famílias a partir de meados de Janeiro próximo — informou ontem numa alocução ao país, pela televisão, o secretário de Estado da Emigração, Rui Machete (do Partido Popular Democrático).

Aquele membro do Governo anunciou também que se oferecem boas perspectivas para a colocação de emigrantes portugueses no Peru, Argentina e Equador, estando em curso diligências junto dos Governos dos Estados Unidos e Canadá, no sentido de reverem as respectivas políticas sobre imigração.

## "Escalada do crime"

Na nossa edição do passado dia 10 ilustrámos com fotografias de arquivo um texto sobre a escalada do crime em Lisboa. O assunto exigiu que seleccionássemos imagens de violência e confrontação com a Polícia. Lamentavelmente, e após a publicação da reportagem, verificámos que uma das fotografias (justamente a central) se referia a um dos muitos incidentes ocorridos no dia 26 de Setembro de 1974, por altura da tourada da «maioria silenciosa».

O indivíduo que se vê na imagem não é, evidentemente, um marginal (o que, aliás, também se não afirma no texto),

mas um dos muitos jovens que se bateram contra a manobra urdida para vitoriar o ex-presidente António de Spínola. Aqui fica a rectificação, justamente pedida pelo interessado.

## FILMES NA ASSOCIAÇÃO PORTUGAL-U.R.S.S.

A Associação Portugal U. R. S. S. passa amanhã na sua sede e a partir das 18 e 30 dois filmes: «Um dia em Moscovo» e «O Grande dia da Europa» (um documentário sobre a última Conferência de Helsínquia).



O automóvel perde vantagens, os transportes colectivos ganham prioridade: é a experiência rodoviária do «corredor do Lumiar»

## Nacional

Custo de vida no Conselho de Ministros

# Fixados preços em géneros essenciais

A fixação de preços referentes a alguns géneros alimentares de primeira necessidade e disposições relativas ao recenseamento relativo às próximas eleições para a legislatura resumem as principais decisões tomadas ontem durante a reunião do Conselho de Ministros.

À parte isto, foram tomadas outras resoluções relacionadas com o arquipélago da Madeira e nomeada a constituição da Comissão Instaladora do Instituto Nacional de Seguros. No que respeita aos Açores, ponto prévio em discussão, as resoluções tomadas consistem na solicitação ao ministro da Administração Interna para que este apresente na próxima reunião do C. M., as alterações que julgar convenientes ao estatuto político-administrativo do arquipélago, recentemente aprovado.

Sem dúvida, porém, as principais resoluções tomadas foram no âmbito do recenseamento e, mais ainda, no âmbito do abastecimento dos preços de certos géneros essenciais.

## ABASTECIMENTO E PREÇOS

«O Conselho de Ministros — diz o comunicado emitido no final da reunião — ouviu uma exposição do ministro do Comércio Interno sobre a situação do abastecimento do País e a política de preços a adoptar, aliás na sequência de anteriores comunicações e discussões sobre o tema».

«De acordo com as propostas apresentadas, — prossegue o texto — o Conselho de Ministros resolveu alterar o preço do açúcar, fixando para o açúcar refinado corrente (amarelo) o preço de 18.50 por quilograma, e para o açúcar granulado o preço de 19.50 por quilograma. Os preços actuais eram, respectivamente de 21.40 e 22.50».

«Foi mantido o preço livre para o açúcar granulado em

embalagens com doses individuais.»

«Relativamente ao açúcar, não existem problemas de abastecimento.

Quanto à batata de consumo, o abastecimento está em vias de normalização pela importação imediata dos necessários contingentes. Foi aprovado na generalidade o projecto de um diploma que fixa o preço da batata de consumo, para o consumidor, em 7.50 por quilograma, suportando o Estado os subsídios necessários.

São mantidas as actuais margens de comercialização, de 1500 por quilograma para o armazenista e 70 para o retalhista.»

«Consequentemente, foi fixado um preço de garantia ao produtor de 5.80 por quilograma até 31 de Maio. Foi ainda resolvido garantir que o preço ao produtor, entre 31 de Maio e 31 de Dezembro do ano corrente, não descerá abaixo de 4.50 por quilograma.»

«Tomado em conta o agravamento dos preços da batata de semente nos mercados internacionais, praticar-se-á também, quanto a essa batata, uma política de subsídios.»

«O preço do arroz foi mantido.»

O preço da margarina foi igualmente mantido nos níveis fixados pela tabela de Abril de 1975.»

«De igual modo foram mantidos os preços actualmente fixados para os óleos alimentares, as massas alimentares e o azeite.

A carne de vaca foi mantida ao preço das tabelas fixadas em Agosto de 1975.»

## RECENSEAMENTO

No que respeita ao recenseamento para efeito das eleições legislativas que se anunciam para Abril que vem, diz o comunicado final do C. M:

«Um projecto de diploma do Ministério da Administração Interna estabelece as regras disciplinares do próximo recenseamento eleitoral, por actualização do que a esse respeito se dispôs na lei eleitoral aprovada pelo Decreto-Lei n.º 621-A-74, de 15 de Novembro, elaborada com vista às eleições para a Assembleia Constituinte».

«Como a conclusão dos trabalhos desta Assembleia prenunciam a breve realização de actos eleitorais de natureza diversa, impunha-se a actualização de critérios e processos adoptados com vista a uma eleição de natureza específica, e à luz da experiência colhida no decurso da sua execução.»

«Trata-se de um diploma da maior importância para o processo democrático português que, sem significativo distanciamento do esquema previsto no programa do Movimento das Forças Armadas, se vai honradamente cumprindo.»

«Uma vez aprovado o novo texto constitucional, entrar-se-á na fase da legitimação, pelo voto popular, do novo regime nele consagrado pela vontade do povo.»

«O novo diploma contempla as alterações qualitativas e quantitativas ocorridas no universo eleitoral, em ordem a assegurar a sua verdade e a sua actualidade. A inventariação dos cidadãos eleitores passa a constituir um processo sujeito a revisões periódicas. Nesta primeira revisão, além das alterações normais — mortes, alterações etárias, etc. — há que contemplar ainda as alterações pontuais emergentes da descolonização.»

«Por razões de celeridade, optou-se pela actualização do último recenseamento, de preferência à elaboração de um novo recenseamento. De caminho, introduziram-se no anterior sistema alguns aperfeiçoamentos técnicos.

«Embora se trate ainda de

um sistema transitório por força do momento político a que se dirige, em parte por definir, não deixará de regular eficazmente o recenseamento dos cidadãos eleitores que, no decurso de 1976, serão chamados a eleger os seus representantes a diferentes níveis do Poder político.»

Mantém-se o princípio do recenseamento oficial e obrigatório, além de único para todos os actos eleitorais previstos na Constituição. Fora do território eleitoral, o recenseamento continua a ser voluntário.»

«Na sequência da obrigatoriedade do recenseamento, no território eleitoral, todo o cidadão com capacidade eleitoral, tem o direito e o dever de verificar se está inscrito, ou de promover a sua inscrição no recenseamento.»

«O recenseamento eleitoral será organizado por freguesia, a qual poderá ser subdividida em zonas de recenseamento. Os cidadãos eleitores residentes no território eleitoral, serão inscritos na freguesia ou zona da sua residência habitual.»

«O diploma contém ainda normas especiais sobre o recenseamento dos cidadãos eleitores residentes no estrangeiro e em território ultramarino ainda sob administração portuguesa.

«Regulamenta também a participação dos partidos políticos, o processo de inscrição, as operações de recenseamento, as reclamações e recursos, o ilícito relativo ao recenseamento eleitoral.»

## CURSOS

- DACTILOGRAFIA
- MECANOGRAFIA

Perfuração/Verificação

Sistemas: IBM e UNIVAC  
Início dos cursos: 23 Janeiro  
Informações e Matrículas no  
EXTERNATO CONTINENTAL  
Telef. 32 56 52  
Rua do Arsenal, 100 - 1.

## Preço do peixe pode subir por exigências da Mauritânia

O preço do peixe que consumimos pode ser agravado à média de 3500 por quilo, devido às exigências que o Governo da Mauritânia está a fazer aos pesqueiros que actuam na sua área costeira.

Mais de 30 navios da frota pesqueira que operavam nas águas da Mauritânia, no Cabo Branco, estão afectados em virtude de não ter sido ainda renovada a autorização de pesca, que terminou em 31 de Dezembro.

Estão já paralisados diversos barcos, e os que tinham partido antes daquela data navegam agora fora das águas territoriais da Mauritânia, prevendo-se que, por isso, a pesca seja muito fraca.

Já em Fevereiro aquele Governo se mostrou interessado na formação de uma Sociedade Luso-Mauritanense, de molde a reactivar uma enorme fábrica de peixe abandonada pelos franceses. Esta exigência foi abandonada, mas o Governo daquele país africano não se dispõe facilmente a que outros países desgastem os seus viveiros de peixe. Além disso, os barcos russos resolveram ir também pescar naquelas águas, criando à frota portuguesa novas dificuldades.

As negociações com a Mauritânia continuam no entanto a decorrer, tanto mais que Portugal está «encurralado» visto o processo de conservação do peixe, a idade e a forma de construção dos pesqueiros portugueses só se adequarem à pesca no Cabo Branco. O impasse actual faz prever para breve uma escassez do peixe (refrigerado e fresco). Mas as câmaras frigoríficas contêm grandes quantidades de peixe congelado que darão para as próximas necessidades de abastecimento. O último barco chegado só pôde começar a descarregar após dez dias de espera.

Recorde-se que o peixe congelado está tabelado à média de 28500/Kg., na altura da descarga. Não é de prever a revisão das tabelas, cuja prática vem de há meses.

Entretanto o representante da Secretaria de Estado das Pescas encontra-se neste momento novamente em Nouakchott a tentar uma solução para as morosas negociações iniciadas em Fevereiro do ano passado.

## PUB

### SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DE LANIFÍCIOS DOS DISTRITOS DA GUARDA E VISEU GOUVEIA CONVOCATÓRIA

Circular n.º 2/9/76

Convocam-se todos os sócios deste Sindicato para uma Reunião Geral a realizar no próximo dia 17 do corrente (sábado) pelas 15 horas, no Salão do Rancho Folclórico desta vila, com ponto único na ordem de trabalhos:

— Balanço dos três meses da actividade da Direcção Sindical e prepectivas sindicais para o ano de 76.

Gouveia, 9/1/76

PEL' A DIRECÇÃO

## Nada decidido nas Finanças

Ao contrário do que chegou a correr e foi mesmo noticiado por alguns vespertinos de ontem e matutinos de hoje, em Lisboa, o encontro ontem de manhã entre Francisco Salgado Zenha e Francisco Sá Carneiro não resolveu decisivamente o diferendo Zenha-PPD que há algum tempo subsiste no âmbito do Ministério das Finanças e envolvendo o nome de Artur Santos Silva.

Anteontem, Zenha emitira, como titular da pasta das Finanças, um comunicado reafirmando o seu interesse em que Santos Silva permanecesse no cargo de secretário de Estado do Tesouro, invocando condições anteriormente postas e

segundo as quais a nomeação para o cargo em questão não se subordinava a ligações partidárias. Santos Silva foi militante do PPD, de onde saiu posteriormente, por altura do congresso do partido em Aveiro. O PPD pretendia que um militante seu fosse substituir o disidente. Salgado Zenha opôs-se com declarada intransigência.

Recorda-se que o ministro das Finanças ameaçou retirar-se do Governo, caso Santos Silva viesse a ser substituído. Muito embora a reunião de ontem entre Zenha e Sá Carneiro não tenha obtido nenhum resultado assinalável, tanto quanto se sabe, pode adiantar-se no entanto que a po-

sição intransigente de Salgado Zenha se mantém. Este dado e o facto do «ppd» Sousa Franco ser nome praticamente certo noutra Secretaria de Estado entretanto criada no âmbito das Finanças (precisamente a Secretaria de Estado com o mesmo nome) permitem afirmar que o problema se mantém.

Zenha e Sá Carneiro, todavia, deverão encontrar-se de novo, brevemente, para prosseguirem a troca encetada. A expectativa consiste em saber qual dos dois vai ceder ou se entretanto, se encontra uma fórmula que iluda ou anule o que se pode dizer a intransigência das duas posições.

## VÍTOR ALVES EM VILA REAL

Em visita de trabalho deslocou-se hoje a Vila Real o ministro da Educação e Investigação Científica, major Vítor Alves, estando prevista uma reunião, esta tarde, com o director do Instituto Politécnico e docentes daquela cidade. Para o fim da tarde, está programada uma reunião de trabalho com responsáveis, pelo Ensino Básico e Secundário.

O ministro Vítor Alves deve-

rá ainda deslocar-se à Covilhã, em missão de trabalho, após o que regressará a Lisboa no dia 17.

### INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DOS AÇORES

Por despacho ministerial foi nomeado reitor do Instituto Universitário dos Açores, o presidente da respectiva Comissão Instaladora, doutor José

Enes Pereira Cardoso, doutorado em Filosofia pela Universidade Pontifícia de Roma.

Também foi nomeado administrador do mesmo o dr. Frederico Alberto Silva de Oliveira, licenciado em Direito e que apoiou, como secretário designado pela Junta Regional dos Açores, o grupo de trabalho para a organização e o arranque do Ensino Superior nos Açores.

## PUB

### SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE LISBOA

### C. C. RAMO RETALHISTA

A quem serve o congelamento da Contratação ? ...

OS TRABALHADORES DO COMÉRCIO

CONTRA A CARESTIA DA VIDA

LUTAM PELA LIVRE CONTRATAÇÃO

Reunião Geral de Sócios deste Ramo, no Pavilhão dos Deportos, dia 14/1/76, às 21.30 horas.

COMPARECE — PARTICIPA

A DIRECÇÃO

# Nacional

PUB

## SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS DO SUL AOS TRABALHADORES QUÍMICOS

Façamos do 17 de Janeiro uma grande jornada de luta, contra a subida do custo de Vida e contra o congelamento da contratação colectiva...

Defendamos as conquistas alcançadas pelas massas trabalhadoras e digamos não à recuperação capitalista da economia.

Exijamos do Governo que sejam tomadas medidas para fazer pagar aos capitalistas a crise económica que provocaram.

Não aos Salários de Fome!

Não às indemnizações aos grandes capitalistas!

TODOS AO ESTÁDIO 1.º DE MAIO  
NO DIA 17 DE JANEIRO

(local de concentração dos trabalhadores químicos do Sul — Praça do Areeiro, junto à Av. João XXI às 15 horas)

Contra a ofensiva do capital, a UNIDADE  
DOS TRABALHADORES

A Direcção

## EPAL

Empresa Pública das Águas de Lisboa

CONCURSO PÚBLICO PARA ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO CIVIL DA ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE VILA FRANCA DE XIRA

## ANÚNCIO

Relativamente ao concurso público para a adjudicação da empreitada em título e com referência ao ponto 6 do Art.º 4.º do Programa de Concurso, informa-se que poderão também concorrer empreiteiros de obras públicas com Alvará de inscrição na 1.ª ou 3.ª subcategorias da I categoria e na classe correspondente ao valor da proposta.

Lisboa, 12 de Janeiro de 1976.

Pela EMPRESA PÚBLICA DAS ÁGUAS DE LISBOA

O Vogal Eng.º da Comissão de Fiscalização

José Beja Neves

## BATAS PROFISSIONAIS

ALTAMENTE ESPECIALIZADOS  
PARA HOMEM E SENHORA

TINTURARIA GUANABARA — Dep. de confecções  
Av. João XXI, 5-D — Rua Infante 16, 55-C — LISBOA

## Quem substitui Carlos Macedo?

No «puzzle» da recomposição do VI Governo pouco ou nada se tem dito sobre a substituição do dr. Carlos Macedo como secretário de Estado da Saúde. E no entanto estamos aqui em presença de um sector agudamente sensível.

Carlos Macedo, ex-P.P.D., foi secretário de Estado da Saúde no IV e VI Governos. Praticamente afastado de *motu proprio* do partido já antes do

Congresso de Aveiro, depois solidário com os chamados dissidentes, a sua saída da equipa Pinheiro de Azevedo veio agravar as carências departamentais. Repare-se: não há director-geral dos Hospitais desde 17 de Outubro, já que o último, o dr. Céu Coutinho (ele próprio secretário da Saúde no V Governo), é desde então, e apenas, neurocirurgião do Júlio de Matos e director ali de um ser-

viço independente. Também não há neste momento um inspector-superior da Acção Hospitalar. Por outras palavras, falta gente de mais num sector que o leitor médio julgaria perfeitamente coeso e provido de meios humanos ao nível decisivo.

Entretanto falou-se de dois nomes para preenchimento da vaga aberta pelo dr. Carlos Macedo: seriam o dr. Mateus Mar-

ques, chefe de clínica dos Hospitais Cívicos de Lisboa, e o prof. Cayola da Mota, subdirector do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério dos Assuntos Sociais e docente do Instituto Nacional de Saúde Pública. Tanto quanto apurámos, porém, a menção destas duas individualidades não teria grande consistência, o que deixa o problema tal e qual como está desde há semanas.

## Afirmado a pretexto do Pacto

## C.D.S. considera-se "alternativa democrática" para o VI Governo

Eleição do Presidente da República por sufrágio universal e desaparecimento do Conselho da Revolução com poderes reais de intervenção na vida política nacional são duas condições de fundo postas pelo C.D.S. para a renegociação do Pacto M.F.A.-Partidos, tornadas ontem públicas no decorrer de uma conferência de imprensa em Lisboa, com intervenção directa do seu presidente, prof. Freitas do Amaral.

As condições do C.D.S., que o Conselho Político Nacional do partido deverá ter como recomendações para a renegociação, referem-se ainda ao papel das Forças Armadas (que deveriam passar a ser estelões de uma «Revolução democrática»), à garantia de que o C.D.S. será tratado como qualquer outro partido na formação das administrações das autarquias e ainda a questões relacionadas com a Constituição, a qual — entendem Freitas do Amaral e seus pares — não deve estar sujeita ao veto do Presidente da República nem do Conselho da Revolução, podendo ser revista pela próxima Assembleia Legislativa. Todos estes pontos foram ontem mesmo, segundo se crê, apresentados pela cúpula do C.D.S. ao Conselho da Revolução pouco depois de a conferência de imprensa terminar.

Freitas do Amaral abordou também outros temas de importância para o actual momento político, nomeadamente a crise económica e o VI Governo. Segundo o dirigente do C.D.S., o actual momento político caracteriza-se «pelo rebentamento da crise económica, pela incapacidade do Governo para lhe fazer frente e pelas ameaças reais que uma e outra representam para a democracia em Portugal».

Nesse sentido foi duramente criticada pelo dirigente do C.D.S. a posição dos partidos membros do VI Governo, que hoje acusam o «gonçalvismo» de ser o responsável pela crise económica, quando «é facto» — disse-se ontem — «que todos os partidos que participam no VI Governo também estiveram representados nos Governos presididos por Vasco Gonçalves e ainda não foram capazes de tomar nenhuma medida para resolver a crise nos quatro meses de duração do Governo de Pinheiro de Azevedo».

## VI GOVERNO NÃO RESOLVERÁ A CRISE

«O C.D.S. sempre pensou que o socialismo do Governo preconizado pelo P.C., pelo P.S. e pelo P.P.D. haveria de trazer a miséria aos portugueses. Mas nunca pensou que pudesse ser tão depressa» —

afirmou Freitas do Amaral, verbalizando a seguir a «ineficácia do Governo», que considerou incapaz de resolver a crise. E isto porque «faltam ao Governo as três condições essenciais para poder governar: uma política, uma equipa e um chefe».

Em relação ao primeiro aspecto apontou que o VI Governo não foi capaz de delinear uma política económica; em relação ao segundo Freitas do Amaral referiu o facto de que todos os partidos da coligação têm uma política dentro do Governo e outra no exterior, realçando também o longo processo de remodelação, que, afirmou, «devia ter sido feita em três dias».

Depois de criticar asperamente o almirante Pinheiro de Azevedo por não ter imposto ainda eficácia ao Governo, o dirigente do C.D.S. referiu-se àquilo que considerou como razão de fundo para a inoperância do Governo e para a crise económica — o facto de os partidos da actual coligação já estarem em campanha eleitoral.

Freitas do Amaral verberou

## P.P.M. critica

## "VI Governo pensa o País em termos de litoral e Lisboa"

«Mais uma vez o Governo legisla equacionando o problema em termos do Mundo Urbano e Litoral ou da Cintura Industrial de Lisboa, esquecendo o País Real do Mundo Rural e Interior» — diz a Secção de Estudos Económicos do Partido Popular Monárquico, num comunicado emitido desde o Porto e a abrir severas críticas ao VI Governo por causa dos recentes aumentos verificados em inúmeros produtos de primeira necessidade e designadamente a gasolina.

«Ao aumentar o preço da gasolina» — diz o texto do P. P. M. — «o Governo esqueceu ou ignora que não dispomos

de uma rede de transportes públicos capaz de substituir, com um mínimo de comodidade, o transporte privado».

O comunicado enuncia a seguir outros aspectos da questão dos Transportes que — diz o P. P. M. — «o Governo esqueceu ou ignora»: «da Guarda ao Porto — exemplificando — leva-se de comboio entre cinco horas e meia e quase oito horas, conforme se opte pelo comboio rápido, mais caro, ou pelos semidirectos ou ónibus»; «do Porto a Bragança, pela opção mais rápida do caminho-de-ferro, a viagem estende-se por quase um dia» — é outro exemplo a que o P.

## Álvaro Cunhal no Porto e em Beja

O secretário-geral do P. C. P., Álvaro Cunhal, desloca-se na próxima sexta-feira ao Porto a fim de participar num comício do partido no próprio dia, à noite, no Palácio de Cristal.

Durante a sessão devem usar da palavra Carlos Costa e outros dirigentes centrais e locais do P. C. P. para falarem acerca da situação política actual e das tarefas que ela exige.

Dois dias depois, o secretário-geral do P. C. P. deve

deslocar-se a Beja para participar em idêntica sessão.

## SÁ CARNEIRO

Por sua vez Sá Carneiro desloca-se na próxima sexta-feira ao Bombarral para usar da palavra no decurso de um comício do P. P. D., à noite naquela vila.

O P. P. D. anuncia ainda a presença do seu secretário-geral num comício marcado para à tarde do próximo domingo em S. João da Madeira.



Freitas do Amaral: depois das eleições, por exemplo o C. D. S. no Governo

nas eleições presidenciais, legislativas e municipais do novo regime português. Espera-se, assim, que 1976 possa vir a ser para Portugal o ano da democracia. Oxalá saibamos todos ser dignos dessa esperança».

Seguiu-se um período de perguntas e respostas no qual participou Amaro da Costa que, com Freitas do Amaral, Sá Machado, Idílio Pinheiro, Martinho de Moraes e Caetano da Cunha Reis fazia parte da mesa que presidiu à conferência.

P. M. recorre. Mais: «de Chaves à Régua, cerca de oitenta quilómetros, gasta-se mais de três horas ou quase cinco, conforme o comboio escolhido» — e «o sr. Presidente da República sabe-o bem» — lembra o comunicado, numa alusão à naturalidade do general Costa Gomes. «Ainda outro exemplo: de Santa Comba Dão a Viseu o comboio leva hoje mais tempo do que levava à data da inauguração da linha, há quase meio século».

Não saindo da problemática dos transportes, conclui o P. P. M.: «O Governo continua a pensar em termos dos razoáveis transportes da Cintura Industrial de Lisboa — a zona dos proletários ricos — ou de algumas zonas do litoral, ignorando o resto do País. Deste modo isola-se cada vez mais o interior dado que as viagens de automóvel se tornam proibitivas, sacrificando-se cada vez mais as classes menos desfavorecidas, as quais, porém, não são aquelas que geralmente se apregoam como tal».

Preconizando a importância da descentralização e apontando para a necessidade de ter em conta os interesses de cada região, o P. P. M. proclama: «É tempo de se pensar em termos do País Real (maiúsculas do texto) e não do País Ideal (ibid.), o macrocéfalo de Lisboa».

## "Diário de Notícias"

## Administração ameaça fechar o jornal por tempo indeterminado

A administração da E. N. P., proprietária do «Diário de Notícias», emitiu um comunicado em que afirma que aquela empresa poderá ser encerrada por tempo indeterminado, caso se verifique «a possível insistência por parte de alguns trabalhadores de se oporem à política de informação objectiva, independente e pluralista — traçada à Imprensa estatizada pelo Conselho da Revolução e ratificada pelo VI Governo Provisório».

O texto, assinado pelo coronel Carvalho Andrea, F. Lyon de Castro e Fernando Oneto, resulta de troca de impressões entre a administração e o ministro da Comunicação Social, numa reunião em que esteve também presente o director-adjunto do jornal, Mário Mesquita. Nessa reunião o dr. Almeida Santos teria afirmado que «está em vias de nomeação, a pedido da administração, uma comissão de inquérito, presidida por um juiz de direito e um oficial da F. A., a qual procederá à averiguação sobre todos os casos de despedimento ocorridos na empresa depois de 25 de Abril de 1974, bem como acerca das actividades que determinavam a suspensão de 14 trabalhadores em 16 de Dezembro último, e ainda de qualquer outro assunto litigioso que lhe seja apresentado».

O comunicado da administração da E. N. P. acrescenta ainda que, pertencendo a empresa a um sector da vida nacional declarado em crise pelo Conselho de Ministros, em caso algum será pago o salário aos trabalhadores suspensos.

Entretanto, o administrador Fernando Oneto, em declarações à agência ANOP, afirmou que o comunicado da administração da E. N. P., é «meramente preventivo».

«Não há propriamente problemas internos» — esclareceu — «há apenas uma tensão levantada por um grupo minoritário que não concorda com a actual orientação do jornal».

Segundo o telegrama da ANOP, o Conselho Geral de Trabalhadores da E. N. P. pedirá à administração uma definição das regras de convivência a adoptar enquanto não for promulgado o estatuto orgânico para as comissões de trabalhadores das empresas estatizadas e também uma resposta acerca do reconhecimento do caderno reivindicativo aprovado pela anterior administração.

Entretanto, o Conselho de Imprensa acaba de considerar «ilegal e ilegítimo o fundamento invocado para o afastamento» dos 24 jornalistas que em Agosto do ano passado deixa-

ram de prestar serviço no «Diário de Notícias» por decisão da assembleia geral de trabalhadores da empresa.

### JORNALISTAS DESEMPREGADOS

A direcção do Sindicato dos Jornalistas declara num comunicado que enviou em 29 de Dezembro às administrações da ANOP, «A Capital», «O Século», «Diário de Notícias», «Diário Popular», «Jornal do Comércio», «Jornal de Notícias» e «O Comércio do Porto» ofícios pedindo a estas que contactassem com a Comissão de Colocação Provisória com vista à colocação dos jornalistas desempregados. Como nenhuma das referidas administrações respondeu aos ofícios da direcção do Sindicato, afirma esta que, a manter-se esta situação, fará uso do previsto no art. 1.º dos estatutos segundo o qual o Sindicato não poderá passar cartões enquanto houver jornalistas em situação de desemprego.

Noutro comunicado, a direcção do Sindicato dos Jornalistas informa a classe que retomou o envio dos processos dos jornalistas inscritos naquele organismo à Comissão de Extinção da P. I. D. E./D. G. S./L. P., para averiguações de possíveis ligações com as organizações fascistas. Os processos agora enviados são em número de 556, contando-se entre eles os dos corpos gerentes.

### «REPÚBLICA» NO C R

Está previsto para hoje, às 17 horas, um encontro da comissão de trabalhadores do «República» com elementos do Conselho da Revolução. Entre outras questões deverão ser abordadas as respeitantes aos vencimentos deste mês (que só poderão ser levantados com a actual orientação do jornal.)

Depois do encontro de «carácter particular» com o ministro do Trabalho, que ontem decorreu, os trabalhadores esperam ser recebidos outra vez por aquele membro do Governo e pelo Primeiro-Ministro.

Quanto ao hipotético regresso do ex-director Haul Rêgo (agora na direcção de «A Luta»), não há acordo entre os trabalhadores do «República». Uns estariam de acordo, enquanto outros se opõem intransigentemente.

### ABELAIRA NA RTP

O escritor Augusto Abelaira, ex-director do semanário «Vida Mundial», cargo de que se viu afastado pela nova administração da Sociedade Nacional de Tipografia, foi nomeado adjunto da Direcção de Programas da RTP, departamento que tem como director Mário Dionísio.

Entretanto a saída de Abelaira e a sua substituição por Natália Correia, por imposição da administração da S. N. L., provocaram profundo desagrado e discordância do corpo redactorial da «Vida Mundial», que se recusa a trabalhar sob tais medidas, embora se mantenha no seu local de trabalho.



Militantes do P. C. P. deram as mãos durante o funeral

### Herculano de Carvalho

## "Uma pessoa capaz de trabalhar com pessoas de ideias diferentes"

Milhares de trabalhadores integraram-se ontem no funeral do deputado comunista Herculano de Carvalho, mortalmente atropelado há dias na auto-estrada de Vila Franca de Xira.

O corpo saiu do Centro de Trabalho do Partido Comunista Português da Amadora para o cemitério daquela localidade — e Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, afirmaria, junto ao túmulo, que «todos aqueles que conheceram a vida quotidiana, o trabalho, a actividade política de Herculano» guardariam para sempre «a imagem de um homem compreensivo, solidário, sempre pronto a ajudar o próximo».

Convém lembrar aqui (e a propósito desta afirmação) que Herculano de Carvalho encontrou a morte quando, como noticiámos, tentava socorrer na auto-estrada três jovens de um veículo que se tinha voltado.

Ainda Carlos Brito: «Mesmos os adversários políticos habituados ao seu espírito combativo, reconheceram um traço que marcou a vida deste companheiro a que eu gostava de salientar particularmente: a sua generosidade e solidariedade com o próximo».

Sublinhou o orador que Herculano de Carvalho, mortalmente pessoa capaz de trabalhar com pessoas de ideias diferentes, mas igualmente interessadas em alcançar um Portugal melhor».

«A vida deste nosso companheiro de trabalho — disse ainda Carlos Brito — foi de empenhamento total no Portugal do futuro com uma visão larga das coisas».

### Astray recebido nas Necessidades

O embaixador de Cuba, em Lisboa, Francisco Astray Rodríguez, foi ontem recebido em audiência pelo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, dr. José Medeiros Ferreira.

futuro com uma visão larga das coisas».

De salientar que durante o funeral estiveram presentes deputados de vários Partidos, bem como o presidente da Assembleia Constituinte, prof. Henrique de Barros, Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, deslocara-se na véspera, à noite, ao Centro de Trabalho da Amadora a fim de se despedir do militante comunista desaparecido aos 32 anos.

### NOTARIADO PORTUGUÊS

CARTÓRIO NOTARIAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

#### CERTIDÃO NARRATIVA

CERTIFICO narrativamente, para efeitos de publicação, que por escritura outorgada no dia vinte e nove de Dezembro do ano findo, lavrada neste Cartório e exarada de folhas noventa e uma, verso, a noventa e quatro, do livro de notas para escrituras diversas número D- setenta e seis, foi celebrada uma escritura de HABILITAÇÕES POR ÓBITO DE MARY STELLA AMORIM QUE TAMBÉM EM AVAONOME MARY LAWROSKI, natural de Newark, New Jersey Estados Unidos da América do Norte, onde tinha a sua residência habitual no estado de casada em primeiras núpcias de ambos e sob o regime da comunhão geral de bens com Manuel Amorim, que também usava o nome de Manuel Amorim pou Manuel de Amorim, sendo de nacionalidade americana a referida autora da herança, e falecida aos quinze de Junho de mil novecentos e setenta e três, no Hospital da cidade de Newark, referida.

E de que no dia dois de Janeiro do corrente ano, no Saint James Hospital daquela cidade de Newark, faleceu sem testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, o referido MANUEL AMORIMUSIN, que também usava os nomes de Manuel Amorim ou Manuel de Amorim, natural da freguesia de Guilhadeses, deste concelho de Arcos de Valdevez, de nacionalidade americana por naturalização, residente habitualmente que foi na mesma cidade de Newark, no estado de Virgínia.

Mais certifico que na operada escritura foi declarado único e universal herdeiro seu filho legítimo ANTONIO LOUIS AMORIN, solteiro, maior, natural de igual cidade de Newark, de nacionalidade americana, com residência habitual em cento e cinco Polk Street, de Newark mencionada.

ESTA CONFORME O ORIGINAL. CARTÓRIO NOTARIAL DE ARCOS DE VALDEVEZ, doze de Janeiro de mil novecentos e setenta e seis.

7w Rasuri: h livro celebrada de «Estado» com Amorim regim. regime com de freguesia Valdevez Amorim.

O terceiro ajudante do Cartório. (Ana Maria de Oliveira Leite Mendes de Sousa Ribeiro).

### PUB

## SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS DE LISBOA

### PLENÁRIO DE DELEGADOS SINDICAIS

Realizou-se no dia 13 de Janeiro de 1976 um Plenário de Delegados Sindicais, com a presença de mais de uma centena de Delegados, representativos das principais empresas da zona industrial de Lisboa, sendo aprovadas as seguintes MOÇÕES:

#### MOÇÃO

Considerando que o «Ministério do Trabalho» está a desenvolver uma política antioperária, que em nada defende os interesses dos trabalhadores, revelada:

— Pela congelação da contratação colectiva que atinge 800.000 trabalhadores (duma população activa de 3 milhões de pessoas) fazendo pagar aos trabalhadores a crise económica criada pelo capital;

— Não reconhecendo o controle operário aos trabalhadores — que aponta com vista a combater a sabotagem económica e aumentos de preços, a consolidar as nacionalizações, a pôr a economia ao serviço dos trabalhadores, combatendo a recuperação capitalista e aprofundando as transformações económicas apontando ao SOCIALISMO;

— No momento em que se começa a querer pôr limitações ao direito à greve, direito duramente conquistado pela luta firme e abnegada dos trabalhadores;

— No momento em que se põe em causa a UNIDADE SINDICAL, grande conquista alcançada pelas massas trabalhadoras que garante a sua UNIDADE

— No momento em que se protege o patronato, dando apoio às administrações capitalistas e ameaçando as COMISSÕES DE TRABALHADORES, não lhes reconhecendo credenciais e ameaçando de repressão;

Perante esta política antioperária que pretende mais o «Ministério do Trabalho» ao ingerir no movimento operário e sindical?

Os Delegados Sindicais eleitos democraticamente, presentes no Plenário de Delegados de 13.1.76, representantes da classe, não podem deixar de REPUDIAR A ACÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO conhecida através da nota oficiosa de hoje.

No momento em que o Movimento Sindical se organiza para dar resposta ao capitalismo e à política de direita desse Ministério, não permitiremos a ingerência do Governo na vida sindical, para desviar a atenção do movimento sindical dos seus objectivos essenciais que é a destruição do capital e a construção da SOCIEDADE SOCIALISTA.

A REUNIÃO DE DELEGADOS dá ainda um VOTO DE CONFIANÇA à sua Direcção, exortando-a a permanecer firme na luta.

#### CONTRA O CAPITAL! UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS!

(aprovado: só 2 votos contra e 5 abstenções)

#### PROPOSTA

Propomos um voto de confiança à Direcção para que continue a defender intransigentemente a Classe a que pertencemos, com o apoio de todos os delegados sindicais.

(Aprovado por UNANIMIDADE com 6 abstenções)

#### MOÇÃO

Os delegados Sindicais dos Trabalhadores Químicos de Lisboa, reunidos em PLENÁRIO no dia 13 de Janeiro de 1976, considerando todo o trabalho desenvolvido pela Direcção do nosso Sindicato, em defesa de todos os trabalhadores químicos e numa altura em que se verificam por parte dos patrões e órgãos do Poder tentativas de ingerência no nosso órgão de classe, ao mesmo tempo que a escalada reacção mais se faz sentir contra as classes trabalhadoras, desejam manifestar o seu total apoio e firme disposição de não vergar face a tais manobras, EXPRESSAM UM VOTO DE CONFIANÇA À DIRECÇÃO, EM TORNO DA QUAL NOS MANTEREMOS UNIDOS.

(aprovada por UNANIMIDADE, com uma abstenção)

### Extintos os organismos da Acção Social

Um decreto-lei dos Ministérios do Trabalho e dos Assuntos Sociais, publicado no «Diário do Governo», determina a extinção de todos os organismos e serviços dependentes da Junta de Acção Social. O diploma inclui também várias disposições relativas ao destino do respectivo pessoal e transferência de imóveis e se-moventes dos organismos extintos.

## CASA TRESPASSA-SE

FOTOGRAFIA OU PARA OUTRO RAMO, 2 BOAS MONTRAS, EM BOM LOCAL, NA BAIXA DA BA-NHEIRA. TELEF. 325864.

# Trabalho

Têxtil Manuel Gonçalves

## Regresso do patrão silêncio do Ministério

«O chamado caso da Têxtil Manuel Gonçalves, S.A.R.L., é um caso nacional. Não interessa apenas aos patrões ou aos 3200 trabalhadores desta empresa. É um caso do povo português, é uma prova de força da classe patronal apoiada em forças políticas conservadoras contra a classe trabalhadora, é um desafio às conquistas dos trabalhadores após o 25 de Abril». Palavras da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis de Portugal, em comunicado distribuído aos órgãos de informação sobre a actual situação naquela empresa têxtil de Vila Nova de Famalicão e que, pelas características de que se reveste, é bem um teste para as conquistas alcançadas pela classe trabalhadora com o Movimento de 25 de Abril de 1974.

Em conferência de Imprensa, ontem, na sede daquela Federação, os dezasseis trabalhadores da empresa ameaçados de despedimento deram conta, num breve esclarecimento, das regalias alcançadas para os trabalhadores da empresa com a luta desencadeada logo após o 25 de Abril no sentido de melhorarem as suas condições de vida. Assim, afirmaram, numa empresa que é uma das maiores do país, e onde não havia «qualquer regalia social a não ser para meia dúzia de privilegiados», os trabalhadores conseguiram abrigos, e de serviços de enfermagem, aquisição de uma ambulância, protecção aos trabalhadores-estudantes, assistência familiar, uma percentagem do custo dos medicamentos e comparticipação no custo de consultas a especialistas, salário mínimo de 4500 escudos, subsídio de férias e de Natal bem como a anulação de vencimentos confidenciais, eliminação de gastos improdutivos, proibição de despedimentos sem justa causa, reintegração de trabalhadores, etc. Estas regalias não eram contempladas no contrato colectivo.

Os trabalhadores ameaçados de despedimento afirmam num texto lido na conferência de imprensa, a propósito destas regalias: «Estas conquistas serviram de exemplo aos trabalhadores da região para de modo idêntico se organizarem. Mas serviram também para que a comissão sindical passasse a ser alvo dos ataques das forças que temiam perder os seus privilégios». Deste modo, acrescentaram, a comissão sindical começou a ser sujeita a pressões e ameaças com a distribuição de panfletos anónimos, vindo mais tarde a saber que a entidade patronal se preparava para despedir 300 trabalhadores.

Em plenário realizado em Março do ano findo foi constituído um grupo de trabalho «com o objectivo de eliminar todas as estruturas e gastos improdutivos da empresa». En-

tretanto, a comissão sindical foi convocada pelo Ministério do Trabalho a fim de prestar esclarecimentos sobre uma acção que lhe fora movida em tribunal e, em face das informações então prestadas, o Ministério do Trabalho veio posteriormente, em Abril, a ordenar uma sindicância à empresa, de que resultou a suspensão da administração e a nomeação de uma comissão administrativa.

### CAMPANHA E VIOLÊNCIA

Mais tarde, em meados do Verão do ano passado, afirmaram os trabalhadores, «começaram a desenvolver-se grandes campanhas através dos jornais da zona e de panfletos anónimos, que tentam colocar os trabalhadores da empresa e a população contra o processo». Segundo disseram, um jornal local, «estrela da Manhã», incitava constantemente os trabalhadores a manifestarem-se contra a intervenção estatal que se havia traduzido na nomeação da comissão administrativa devido a actos comprovados de sabotagem económica.

Ao mesmo tempo, eram postos a circular boatos, listas de saneamentos a efectuar, feitas ameaças de violência e invadidos os escritórios da empresa: «foi o início da onda de violência verificada no Minho». Os trabalhadores afirmaram ainda que se gerou um ambiente de intimidação, sobretudo devido aos comunicados anónimos que ameaçavam os trabalhadores e a comissão sindical de levarem «pancada», muito brevemente, dentro da própria empresa.

No ambiente de confusão então gerado, em que os boatos e as «listas de saneamento», já feitas ou a fazer, intimidavam a grande massa de trabalhadores que, nos plenários, já nem ousavam levantar o braço para votar, começam então os pedidos de «regresso do patrão». Esta pretensão era acompanhada de novos boatos sobre a situação calamitosa da empresa, o que, disseram ainda os trabalhadores, era mentira, e as pessoas responsáveis que poderiam efectuar esse desmentido guardavam silêncio, «aumentando ainda mais o medo por parte dos trabalhadores». O chefe dos serviços financeiros, acrescentaram, «não dizia nada, e o seu silêncio deixava nos trabalhadores a ideia de que o boato era antes uma verdade».

Todavia, a situação da empresa, que é a oitava maior exportadora do ramo no País, era bem diferente: a produção têxtil está vendida até fim de Junho do ano corrente, as contas bancárias têm-se movimentado normalmente e a prova é que nunca faltaram os salários aos trabalhadores, ao mesmo tempo que «foram postos em dia os pagamentos aos fornecedores».

### DESPEDIMENTOS

Os trabalhadores esclareceram mais: «Desde Agosto que a escalada para o regresso do patrão e a retirada das regalias conquistadas pelos trabalhadores estava em curso. Primeiro, contestou-se a comissão sindi-

cal, depois contestou-se o inquérito à empresa e a sindicância, depois elegeu-se nova comissão sindical, e agora contesta-se a comissão administrativa. Esta foi toda a escalada no meio de boatos, intimidações e ameaças constantes».

Em Dezembro último, afirmaram ainda, foi pedido um inquérito por proposta de um trabalhador em plenário «e nós queremos a realização deste inquérito». Todavia, acrescentaram, passou um mês e nem foram nomeadas pessoas para o fazer. Em 4 de Janeiro deste ano, o antigo patrão também propõe um inquérito num plenário em que é pedido o seu regresso. Entretanto, desconhece-se «qual é a posição do Ministério do Trabalho sobre tudo isto. A nova comissão sindical foi a Lisboa apresentar as condições que a entidade patronal exige para regressar, mas nada sabemos».

A situação dos dezasseis trabalhadores ameaçados de despedimento foi descrita do modo seguinte: trata-se de dez ex-delegados sindicais, dos quais dois são ainda dirigentes sindicais e mais cinco chefes

de secção importantes dentro da empresa, (importação, contabilidade, computador, teclagem e escritórios de exportação). Estão também ameaçados funcionários intermédios com lugares de alguma importância, nomeadamente secretários da administração, do director de vendas e técnicos de alguns sectores.

«Curiosamente», acrescentaram, «estes chefes que agora querem despedir eram totalmente alheios à anterior comissão sindical e não têm qualquer responsabilidade, de que agora acusam os trabalhadores e aquela mesma comissão. Trata-se, portanto, de afastar chefes incómodos para as actividades que Manuel Gonçalves sempre pôde desenvolver dentro da empresa. Trata-se de pessoas que ocupam lugares-chave dentro da empresa e que conhecem bem o modo como ela sempre funcionou. Por isso os querem agora despedir também».

Os trabalhadores, afirmaram, a terminar que medo que se infunde dentro da empresa, com a campanha iniciada no Verão, é repressão. Por outro lado, acrescentam que os



Indústria têxtil: sector em crise, onde o patronato recupera posições

artigos da Imprensa favoráveis a Manuel Gonçalves (e logo fotocopiados pela manhã e distribuídos a toda a gente), contribuíram para o clima que ali se vive. E disseram ainda que o documentário da entidade patronal para o regresso de Manuel Gonçalves, «ao ser lido e publicado, já fez todo o mal que tinha a fazer». E concluíram: «será que nos querem pôr na rua só porque começamos a fazer o controlo operário, só porque começamos a evitar desvios de dinheiro escandalosos feitos

atrás da cortina, só porque lutamos por melhores condições de vida para os trabalhadores, porque não admitimos a disciplina de chicote, só porque lutamos pela libertação dos trabalhadores e fizemos aquilo que devíamos ter feito e não aquilo que nos obrigavam a fazer? Considerando a gravidade desta situação, alertamos e responsabilizamos o Governo para as consequências futuras. Alertamos todos os trabalhadores, toda a classe operária, todas as organizações sindicais».

## Ofensiva do patronato atinge corticeiros de Lourosa

Tem-se verificado, de algum tempo a esta parte uma ofensiva generalizada contra os delegados sindicais nas empresas que tem como objectivo fundamental, «aniquilar a organização sindical», declarou-nos um operário da indústria corticeira, em entrevista concedida ao nosso jornal por elementos do Sindicato dos Corticeiros do Norte, a propósito dos despedimentos, ameaças, provocações e agressões de que têm sido vítimas alguns dirigentes e delegados sindicais.

Vila da Feira, distrito de Aveiro, é terra de corticeiros. Ali o caciquismo impera e os sinos estão prontos a tocar a rebate a um simples desejo expresso por alguns industriais da região. Terra, onde poucos quissimos falam, e muitíssimos «ouvem».

Apenas cerca de 2.500 dos oito mil corticeiros do distrito estão sindicalizados. O número de despedimentos, nomeadamente após a aprovação do C. C. T., em Outubro de 75, ultrapassa as duas centenas. De entre eles, 110 mulheres e alguns delegados sindicais.

«Até fins de 1974», diz-nos outro dirigente, «os trabalhadores, praticamente, mal sabiam onde era o Sindicato. Foi com a entrada da nova direcção que passaram a sabê-lo. Iniciou-se a organização sindical, os delegados começaram a actuar nas fábricas, e muitos trabalhadores passam então a ganhar consciência da classe explorada a que pertencem». Entretanto, os patrões inquietam-se, e — adianta outro operário — é a elaboração do novo contrato que mais lhes vai azedar o ambiente.

De resto, «o delegado que mais lutava era logo considera-

do comunista», frisaram-nos ainda, afirmando que «após o 25 de Novembro começaram a existir pressões sobre os delegados sindicais para não fazerem plenários nas empresas».

«Passando a beneficiar de uma situação política mais favorável, patrões houve que criaram uma tal aversão aos dirigentes e delegados sindicais que, fossem eles quais fossem — mais activos, menos activos — não os poupavam». O que os atemoriza é, conforme foi dito, a organização sindical.

«O objectivo é destruir toda a organização sindical, acabar com a nossa luta nas empresas».

Caso concreto dos ataques ao movimento sindical, é a suspensão de sete trabalhadores (dirigentes e delegados sindicais) na Indústria Corticeira do Norte, de Joaquim de Almeida Lima, os quais, entretanto, foram reintegrados na semana passada, em consequência da solidariedade que lhes foi manifestada pela grande maioria dos operários da empresa. Fizera uma greve que durou nove dias.

Outros casos existem, porém: na «Facol», na «Henrique Ferreira Mendes», «Carlos Lima Marques» e na «José Coelho de Barros», de onde foram despedidos quatro delegados sindicais. Para além destes atentados aos direitos dos trabalhadores não faltam as ameaças e as provocações de toda a espécie, desferidas por alguns patrões e seus lacaios. Ao longo da conversa, durante a qual sentimos o clima de intimidação e «meio terror» em que aqueles operários vivem, soubemos, também, das muitas

diligências feitas junto das instâncias oficiais no sentido de fazerem cumprir a lei sindical, constantemente atropelada em muitas fábricas.

Foi-nos referida a deslocação feita ao Quartel-General do Porto, numa gorada tentativa para exporem ao comando da R. M. N. as arbitrariedades cometidas pelas entidades patronais. Tal deslocação tornou-se porém, numa simples aventura, uma vez que a delegação que se dirigiu ao Porto, esperou cerca de três horas pela audiência, que jamais foi concedida. Entretanto, «dois membros do P. P. M. foram recebidos enquanto nós lá estávamos».

Posteriormente tentaram marcar audiência, mas a informação que lhes foi dada do Q. G. foi de que, o problema era com a G. N. R. «Com a G. N. R. não se vai a lado nenhum», exclamaram, porém.

Face ao clima que se tem gerado na região, a direcção distribuiu à classe um comunicado no qual acentua: «Esta situação não pode continuar por mais tempo. Os fascistas têm de ser castigados, a lei sindical tem de ser cumprida, a liberdade sindical tem de ser reconquistada».

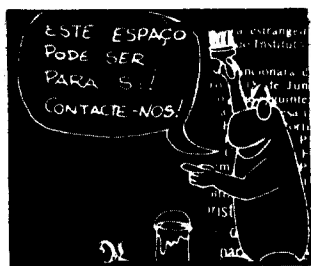
### SITUAÇÃO CONFUSA NA «JOAQUIM LIMA»

Embora na passada quinta-feira tenha sido aceite a reintegração dos sete operários, suspensos no dia 30 de Dezembro último, terminando assim uma greve (de solidariedade) na qual tomou parte a grande maioria dos trabalhadores da empresa, a situação não está ainda normalizada, na «In-

dústria Corticeira de Lourosa», de Joaquim de Almeida Lima. Efectivamente, depois da fábrica (de artefactos de cortiça) ter entrado na sexta-feira em laboração normal, não faltaram as pressões sobre os trabalhadores que haviam estado em greve, invertendo-se a situação: a determinada altura do fim do dia, os 50 trabalhadores (entre os quais motoristas e metalúrgicos) que durante a greve estiveram do lado do patrão, trabalhando, entram em «greve» de zelo. Os outros, cerca de 270 trabalham.

Na segunda-feira surgem cortes de energia em alguns sectores da fábrica, tidos como boicote e com o objectivo de conquistar mais trabalhadores para a «greve». Segundo informações que nos foram prestadas por organismos ligados ao problema, a «mão» da entidade patronal está por detrás destes acontecimentos, bem como da «greve». Aliás, ao princípio da tarde de ontem, após uma reunião com os patrões, os «grevistas» retomaram o trabalho. Entretanto, estão com a entidade patronal no impedimento da reintegração dos «suspensos» posição que os patrões defendem novamente, justificando-se com o «princípio da autoridade».

Várias reuniões têm sido efectuadas, no sentido de solucionar o diferendo. Ainda anteontem, na subdelegação do Ministério do Trabalho, em S. João da Madeira, reuniram-se membros dos sindicatos dos vários sectores profissionais da empresa, da União dos Sindicatos de Aveiro, da associação patronal e os patrões, sem que tivesse sido encontrada qualquer saída. Os «suspensos», todavia, não têm deixado de comparecer ao trabalho.



Há cerca de um ano

## O actual ministro do Trabalho dirigiu o inquérito aos Químicos

O inquérito oficial instaurado há cerca de um ano para esclarecer os acontecimentos ocorridos durante o período eleitoral para os corpos gerentes do Sindicato dos Químicos, e que ontem o Ministério do Trabalho, numa nota oficiosa, acusou de ter enfermado de várias irregularidades, foi orientado pelo actual ministro do Trabalho.

Nessa altura, o capitão Tomás Rosa (actual ministro do Trabalho) era representante do

M.F.A. naquele Ministério e dirigiu, a pedido do ex-ministro Costa Martins, o inquérito aos factos ocorridos no Sindicato. Orientou inclusivamente os trabalhos da assembleia geral eleitoral do Sindicato dos Químicos.

Como ministro, porém, o capitão Tomás Rosa apressa-se a considerar aquele inquérito (afinal, o seu próprio trabalho) como tendo diversas irregularidades.

Juntamente com o capitão

Tomás Rosa, dois outros militares foram nomeados pelo Ministério para proceder às averiguações e orientar todo o processo do Sindicato dos Químicos. Trata-se do alferes Ceriz, da Força Aérea, e do alferes Ferreira, que presidiu à Comissão eleitoral. Ambos foram detidos após o 25 de Novembro.

### CONFIANÇA NA DIRECÇÃO

Para apreciar o conteúdo da nota oficiosa do Ministério do Trabalho, os delegados sindicais dos químicos efectuaram ontem uma reunião no final da qual foram aprovadas duas moções de confiança na actual direcção, uma delas por unanimidade.

Numa outra moção, a política actualmente seguida pelo Ministério foi classificada de «direita». A manifestação de concentração no próximo dia 17, no Estádio 1.º de Maio, mereceu o apoio da assembleia. Discutido também o congelamento da contratação colectiva e o aumento vertiginoso dos preços.

### Têxteis condenam medidas

O levantamento imediato da suspensão da contratação colectiva de trabalho, de modo a que os contratos em negociações antes da dada da suspensão tenham efeitos retroactivos, aprovação e publicação imediata da lei do controlo operário, em moldes que permita a passagem à sociedade sem classes, são algumas das exigências formuladas numa moção aprovada, em reunião plenária, pelos delegados sindicais do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis do Porto.

### JORNALISTA AGREDIDO NO PLENÁRIO DE BRAGA

O jornalista francês Alan Keler, agredido por manifestantes que o tomaram por cubano durante o plenário de agricultores vai pedir responsabilidades aos respectivos organizadores. Recordar-se que durante o plenário, os órgãos de Comunicação Social viram dificultado o livre exercício da profissão, através de pressões de várias ordens e das deficientes condições de trabalho.

## Aumentam as adesões à concentração contra o aumento do custo de vida

Organizações sindicais, comissões de trabalhadores e moradores, assembleias populares e cooperativas agrícolas, continuam a fazer chegar à Comissão de Luta contra o aumento do custo de vida e o congelamento dos salários testemunhos de adesão e apoio à concentração convocada para o próximo sábado, no estádio Primeiro de Maio, às 16 horas.

As organizações aderentes mais de 80, estão a promover plenários de delegados sindicais e assembleias de fábrica, para discussão e análise dos problemas relacionados com o aumento dos bens de primeira

necessidade e o congelamento da contratação colectiva, duas medidas que atingem, precisamente, as classes trabalhadoras. Para hoje, prevê-se a realização de assembleias na Mague (Alverca) e Sotanco (Venda Nova), e uma reunião na Casa do Povo de Vila Franca de Xira.

A base de apoio à concentração alarga-se progressivamente, ultrapassando neste momento os 500 mil trabalhadores representados pelos 13 sindicatos, de Setúbal e Lisboa, promotores da iniciativa.

A Organização das Mulheres Dirigentes Sindicais, representando activistas de oito sin-

## Vidreiros recebidos em Belém

Os dirigentes do Sindicato dos Vidreiros, tal como havia acontecido com os metalúrgicos, não foram recebidos pelo Presidente da República, mas sim por um membro do gabinete do general Costa Gomes.

Foram abordadas, no decorrer da reunião, as questões ontem divulgadas, como as medidas antioperárias do VI Governo, o congelamento da contratação colectiva, o fim à proi-

bição de importação e as suspensões dos jornalistas progressistas nos órgãos de Informação.

«Não podemos aceitar o saneamento de profissionais da Informação progressistas ao mesmo tempo que se fala em socialismo. O socialismo só pode ser construído com revoluções» — afirmou um dirigente sindical à saída do Palácio de Belém.



Afirma o capitão Tomás Rosa

## "Quem mais grita é quem mais ganha"

«Não percebo como é que um sector em crise faz greves», declarou à Anop o ministro do Trabalho, capitão Tomás Rosa, referindo-se à anunciada paralisação de trabalho de duas horas na sexta-feira próxima, decidida pelos trabalhadores da construção civil, como primeira forma de luta contra a carestia do custo de vida e a suspensão das contratações colectivas.

O ministro acrescentou que o Governo, «ao congelar a contratação colectiva, foi realmente para haver este período e fazer-se ao nível do Ministério do Trabalho, uma política salarial, um plano de acção para 1976, uma reformulação total das relações de trabalho, portanto, reformular quase todos os diplomas de importância, o que não era compatível com a pressão ao nível dos serviços, com base na contratação».

«Por outro lado — adiantou Tomás Rosa — a maior parte dos contratos colectivos de trabalho, excepto os mais impor-

tantes, estão feitos.

«Quanto ao problema da construção civil — prosseguiu o ministro — pois não é possível ao Ministério do Trabalho aprovar as tabelas salariais de 12 milhões de contos — como se sabe, os vencimentos com mais o resto do clausulado dá 11 milhões e 800 mil contos, pelo menos — não é possível sem que saia um plano de emergência da construção civil».

«Portanto, esperamos que o Ministério respectivo saia cá para fora com esse plano. Se assim o fizer, o Ministério do Trabalho não tem problemas nenhuns. De qualquer forma — acrescentou — não assinamos isso para embirrar ou prejudi-

car os trabalhadores. Pelo contrário! Temos a consciência de que milhares e milhares de empresas, sobretudo as com menos de 20 empregados, estariam imediatamente com essas tabelas salariais. Mas se houver um plano de relançamento da construção civil, pois enfim... ao fim e ao cabo quem pagará será o público em geral. E as empresas saberão que podem pagar porque têm trabalho».

O ministro Tomás Rosa frisou, ainda, que no caso de novas tabelas salariais, se deverá «atender, como primeira prioridade, àqueles que menos ganham, pois estou convencido de que quem mais grita é quem mais ganha».

### Reforma Agrária

## Lopes Cardoso acusa o P.P.D.

Em declarações prestadas aos jornalistas acerca do recente encontro de agricultores em Braga, Lopes Cardoso, destacado elemento do PS e ministro da Agricultura e Pescas, acusou frontalmente o PPD que hoje põe em causa a aplicação da Reforma Agrária quando a nível governamental, aprovava sem reservas, as linhas orientadoras da sua aplicação. «A plataforma que constitui o VI Governo tem um ponto que diz claramente que o prosseguimento da Reforma Agrária é um dos objectivos da actuação governamental» — declarou Lopes Cardoso.

Recordou ainda o ministro da Agricultura que a aplicação da Reforma Agrária tinha sido aprovada em Belém, aquando das negociações pelos secretários-gerais dos três partidos empenhados na formação do VI Governo.

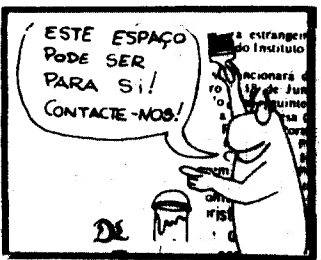
«Isto é um ponto que é importante fixar, porque há por vezes pessoas que pretendem alijar as responsabilidades que assumiram». Referia Lopes Cardoso «concretamente o PPD». «Espero — prosseguiu — que ele não continue a pôr isso em causa, porque é lamentável que os acordos se assinem num dia e se rasguem no dia seguinte. E seguramente dá uma triste imagem ao nosso país dos responsáveis políticos que têm da palavra dada essa ideia».

### REFORMA AGRÁRIA NA IMPRENSA ESPANHOLA

MADRID, 14 — (ANOP/«DL») — A Reforma Agrária, tema quente da actualidade política portuguesa, está em foco na imprensa espanhola. O jornal católico «YA» e o vespertino «Pueblo» publicam extensas reportagens sobre o assunto.

«Coração da Reforma Agrária, no Alentejo leva-se a cabo o mais sólido e ambicioso programa revolucionário do campo» — escreve o «Pueblo».

O jornal «YA», noutra pers-



## Trabalho

### Ferrovários socialistas em encontro

Vai realizar-se no próximo fim-de-semana na Figueira da Foz o I Encontro Nacional dos Ferrovários Socialistas.

A reunião concretiza uma iniciativa de militantes do P. S. na Empresa dos Caminhos-de-Ferros Socialistas e a agenda inclui os pontos seguintes: organização dos ferroviários socialistas, acção sindical, «controlo» da gestão, acção social e segurança no trabalho.

Os trabalhos prolongam-se por dois dias, sábado e domingo. No final procede-se à eleição do Secretariado Ferroviário da Comissão Coordenadora Nacional dos Ferrovários Socialistas.

# 17ª FIL

11/22 JUNHO 76

UM CENTRO COMERCIAL DECISIVO

# INSCRIÇÕES

15 JANEIRO A 15 FEVEREIRO

FEIRA INTERNACIONAL DE LISBOA

Em ALBUFEIRA, o DIÁRIO DE LISBOA encontra-se à venda no Largo Eng.º Duarte Pacheco (António Santos Labisa)

Nacional

# UNIVERSIDADE ABERTA: Optimismo a médio prazo

Reunido em plenário, sexta-feira passada, o Conselho de Ministros aprovou um projecto de decreto-lei emanado do M. E. I. C., que cria a Universidade Aberta (UNIABE). O seu período de instalação, revela o projecto, será de três anos.

Recorda-se que em Abril de 1975, ficava terminado um «relatório sobre a criação da Universidade Aberta» elaborado por uma comissão, nomeada para o efeito pelo Despacho 3/74, e constituída por Adérito Sedas Nunes, Alberto Melo, Fernando Bragança Gil, João Evangelista Loureiro e José António Girão.

Os objectivos constantes do projecto de decreto-lei, salvo pequenas correcções seguem as directrizes traçadas no relatório. Os próprios prazos são coincidentes e assim desligados do contexto político (instabilidade e crise permanentes) tornam-se optimistas.

A Universidade Aberta, sendo na sua estrutura orgânica semelhante à Open University inglesa («DL», 26-XII-1975), é diferente nos seus objectivos, que a encaminham para a função de uma verdadeira universidade nacional popular.

A Universidade Aberta corre no entanto, o risco de não ser um instrumento do progresso da democracia em Portugal se vier a limitar-se aos objectivos curriculares do ensino directo, embora utilizando canais de comunicação.

O ritmo político do País, nos dirá nestes três anos próximos, da manutenção ou não dos objectivos enunciados no projecto do decreto-lei.

A Universidade Aberta (UNIABE) pode vir a resolver em grande medida o problema da formação dos professores sem habilitações académicas e/ou pedagógicas, ao mesmo tempo que, em sistema de complementaridade e nunca de alternativa, pode contribuir decisivamente para uma verdadeira regionalização do ensino superior em intercâmbio com as universidades e institutos superiores que venham a ser criados nas diferentes regiões. Se o ensino directo (universidade clássica) traz o aluno à instituição e se baseia na presença física de um emissor (professor) e de um receptor (aluno) num espaço específico (a sala de aulas), o ensino à distância, a instituição que vai até ao aluno, estabelece novas relações e novo tipo de mensagem. Se a Universidade Aberta não ficar presa aos métodos pedagógicos anquilosantes do ensino directo, pode constituir um verdadeiro instrumento aglutinador da «cultura superior» e da «cultura popular» já não como oposições mas como partes de um todo. Mas, para que tal aconteça, é necessário que a Universidade Aberta seja considerada um caso excepcional, sendo-lhe concedida «ampla autonomia pedagógica, administrativa e financeira», ao mesmo tempo que dotada de «estruturas muito móveis e flexíveis». Amplas tarefas lhe cabem na renovação e generalização do ensino superior.

Nos seus objectivos prioritários, visa a UNIABE possibilitar meios de formação individual, diversificados segundo vários níveis que se estendem desde um primeiro escalão, pouco mais elevado que o ensino primário, até ao grau mais alto do ensino superior.

Pode ainda a UNIABE contribuir para a «promoção social da mulher», para a manutenção

dos laços com os emigrantes portugueses, dando designadamente um apoio linguístico na sua adaptação às sociedades para onde emigraram; ser veículo de cooperação com os novos Estados de língua portuguesa; facilitar a indivíduos que já possuem um curso superior a necessária reciclagem; constituir um laboratório de inovações pedagógicas; e per-

dam pelo meio milhão; na Rússia, atingem os quatro milhões; na Inglaterra, 15 por cento da população activa está inscrita nos sistemas de ensino superior à distância; as 34 escolas dos países membros do Conselho da Europa do Ensino por Correspondência (C. E. C.) têm três milhões de alunos inscritos; na Espanha, frequentam-no 200 mil alunos.

No ensino à distância, o canal de transmissão é o texto impresso que se envia pelo correio, os meios electrónicos ou outros, sem que seja necessária a presença do professor e aluno no mesmo lugar físico.

Sendo a comunicação postal o método mais antigo, a comunicação sonora (mensagem sonora) ganha na actualidade uma particular importância. Com efeito, através do registo e reprodução permite conservar uma mensagem «viva» e «actualizá-la» quando desejamos. Permite ainda a sua repetição tantas quantas vezes seja preciso e possibilita a sua multiplicação pelas cópias necessárias. Ainda: esta mensagem sonora pode combinar-se com a visual.

## FINALIDADES

Diz o relatório de que nos estamos a socorrer: «A justificação essencial da criação da Universidade reside em que este tipo de instituição pode constituir um instrumento de grande eficácia no campo educacional, para o progresso da democracia e a construção do socialismo».

No entanto, alertam os autores do relatório, «uma forte proporção de alunos 'escolares' nesta Universidade tenderia a 'escolarizá-la', a transformá-la numa instituição tendente a assemelhar-se demasiado — no ambiente, no tipo de actividade — à 'escola' tradicional, fortemente marcada por uma estreita relação histórica e estrutural com as classes social e culturalmente privilegiadas».

Constituiria com efeito, «grave redução e desvirtuação do significado da Universidade Aberta encarar a sua criação como uma medida destinada a resolver os problemas de congestionamento com que se debate a maior parte das escolas que integram as universidades de ensino directo de Lisboa, Coimbra e Porto».

**"A UNIABE tem em vista proporcionar meios de formação individual, meios para aqueles que por motivos económicos, ou outros, tiveram que abandonar os seus estudos em fase mais ou menos adiantada, meios para, individual ou colectivamente, se aperfeiçoarem ou suprirem lacunas de preparação em profissões que já exerçam"**

mitir uma fácil diversificação dos cursos ministrados segundo as necessidades específicas de cada região e dos perfis profissionais de que o País mais carece.

## ENSINO À DISTÂNCIA

De há 20 anos a esta data, assistiu-se na Europa e na América, tanto nos países socialistas como capitalistas, à proliferação de sistemas de ensino superior à distância. Nem sempre foram os objectivos idênticos, mas a sua frequência é, em qualquer dos dois blocos notável.

Neste momento, nos Estados Unidos da América, dois milhões de alunos estudam por este método; na França ron-



Procurando dirigir-se sobretudo aos trabalhadores a Uniabe pretende ajudar a suprir lacunas de preparação profissional. E a desenvolver talentos

## OBJECTIVOS

Segundo o relatório, a UNIABE, que é preferencialmente dirigida aos trabalhadores, tem em vista proporcionar-lhes «meios de formação individual, meios para aqueles que, por motivos económicos ou outros, tiveram que abandonar os seus estudos em fase mais ou menos adiantada, meios para, individual ou colectivamente, se aperfeiçoarem ou suprirem lacunas de preparação em profissões que já exerçam».

## REGIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Também na regionalização do ensino superior, a UNIABE terá uma palavra a dizer. Estabelecidas relações de complementaridade entre o ensino directo que venha a ser implantado nas várias regiões e a Universidade Aberta, através da sua rede de centros regionais, será possível mesmo tornar-se esta complementaridade uma solução económica já que irá estabelecer um regime de ocu-



Os exames «ad-hoc» deram aces milhares de pessoas dela afastadas de ensino. A Uniabe deverá ser a estação de f

pação integral do professor colocado simultaneamente no ensino directo regional e na UNIABE. Por outro lado possibilita ao docente melhores remunerações, ao mesmo tempo que torna viável uma fixação mais prolongada na região.

Ainda: a UNIABE, que num prazo relativamente breve pode cobrir todo o País, vem reduzir «drasticamente os encargos com as deslocações, instalação e sustento a suportar pelos alunos ou pelos familiares».

## ACTIVIDADES

As actividades fundamentais da UNIABE distinguem-se por cursos de acesso; cursos superiores; formação profissional; aperfeiçoamento e reciclagem; extensão e promoção cultural; apoio e reconversão económicas e sociais. Os cursos de acesso dividem-se em dois níveis. Os cursos de nível «um» destinam-se a indivíduos cuja preparação seja ou possa ser considerada correspondente



A Uniabe traz um programa optimista, em que o processo de avaliação de conhecimentos deverá ser simplificado. E o acesso ao ensino superior abrangerá muitos mais cidadãos.



so à Universidade a muitos  
as pelo processo anciloso  
a porta aberta aos que ainda  
fora

o ciclo preparatório. Os cur-  
os de nível «dois» orien-  
am-se para os indivíduos cuja  
preparação cultural seja ou  
bessa ser considerada corres-  
pondente ao 1.º ciclo secundário.

## AVALIAÇÃO DE CONHECIMENTOS

No que respeita à avaliação  
de conhecimentos, ela deve  
basear-se — segundo o espírito  
que norteia o relatório —  
em «exercícios de autocompro-  
vação (relativos a cada 'tema')  
que o aluno efectua no do-  
mício e cuja resolução se en-  
contra nos próprios textos que  
lhe são remetidos; «testes de  
avaliação à distância» com pe-  
riodicidade determinada, que  
são corrigidos, anotados e de-  
volvidos aos alunos pelos «tu-  
tores» (e «supervisores») dos  
«centros regionais»; «provas  
presenciais» (escritas e/ou la-  
boratoriais) realizadas uma ou  
duas vezes por ano, perante  
os docentes da organização  
central».

## CENTROS REGIONAIS

Desde que se pretenda que  
o ensino à distância não seja  
um mero ensino por correspon-  
dência ou através de outro  
meio de comunicação (rádio,  
televisão, etc.), tornam-se in-  
dispensáveis os contactos en-  
tre alunos e docentes, a reali-  
zação de trabalhos de labora-  
tório, a frequência de bibliote-  
cas, a discussão em grupo de  
assuntos curriculares ou ou-  
tros. Os centros regionais fun-  
cionarão assim como dele-  
gações locais de uma universi-  
dade de ensino à distância  
que, além de facilitarem o estu-  
do individual dos alunos, com-  
pletam a sua formação intelectual  
através de uma vivência  
universitária.

## CORPO DOCENTE

Os centros regionais deverão  
dispor, em permanência,  
de pessoal docente constituído  
por «tutores» e «supervisores».  
Aos tutores competirá atender  
os alunos nas suas consultas  
individuais, orientá-los nos  
seus trabalhos de laboratório,  
participar na realização de cur-

so livres não curriculares e  
noutras iniciativas culturais,  
científicas ou técnicas a reali-  
zar no centro regional. Os «su-  
pervisores» são responsáveis  
pela orientação dos «tutores»  
em todas as suas actividades,  
pela direcção de colóquios, se-  
minários e outras iniciativas  
semelhantes, pela ligação com  
os grupos de trabalho da orga-  
nização central da universi-  
dade.

Haverá ainda «conselheiros  
pedagógicos», divulgadores e  
informadores «dos mecanis-  
mos didácticos do sistema, po-  
dendo organizar campanhas  
de esclarecimento a nível da  
região ou mesmo da localida-  
de».

## ESTRUTURA ORGÂNICA

A estrutura orgânica da  
UNIABE deve incluir os seguin-  
tes elementos básicos (segun-  
do o relatório): Conselho Direc-  
tivo (órgão de direcção e orien-  
tação superior); Comissão Exe-  
cutiva (formada por presidente,  
simultaneamente o presidente  
da UNIABE, e pelos dois direc-  
tores dos serviços administrati-  
vos e dos serviços técnicos, e  
que será o órgão fundamental  
da gestão); núcleos de activi-  
dades (conjuntos de pessoas  
que assegurem a concepção,  
planeamento e produção de  
cada uma das actividades); os  
departamentos (constituídos  
por pessoal docente, adminis-  
trativo e técnico necessário às  
tarefas de investigação cientí-  
fica); os grupos de trabalho  
(células básicas responsáveis  
pela execução de projectos es-  
pecíficos, devendo ser assisti-  
dos por «controladores de pro-  
jectos»).

## PARA LÁ DO RELATÓRIO

Decalcado do modelo da  
Open University inglesa, a Uni-  
versidade Aberta agora aprova-  
da em Conselho de Ministros  
vem pôr alguns problemas  
quanto ao seu arranque. Como  
é óbvio o primeiro é a natureza  
orçamental. Depois, serão os  
dos docentes, da escolha das  
zonas onde vão ser implanta-  
dos os centros regionais, a da  
necessidade de, desde já, esta-  
belecer programas diversifica-  
dos, planejar a utilização da  
rádio e TV e definir na prática  
se a Universidade Aberta tem  
apenas como intuito conceder  
diplomas à semelhança do en-  
sino directo e se é encarada  
como solução para a saturação  
actual das universidades  
clássicas. O relatório definia  
três prazos para o desenvolvi-  
mento da UNIABE. A curto pra-  
zo, seria o plano de activida-  
des para 1976: a médio (entre  
o segundo e quarto anos de  
actividade), processar-se-ia a  
fase de arranque da instituição  
e a montagem, peça por peça,  
da sua complicada máquina; a  
longo prazo (cinco anos, acon-  
selha o relatório), a UNIABE  
atingiria um estágio de «maturidade  
institucional», assistida  
por uma rede satisfatória de  
centros regionais.

A arrancar a Universidade  
Aberta poderá ser extremamen-  
te útil para uma clarificação  
dos objectivos e da prática do  
Serviço Cívico Estudantil. Ser-  
viria de apoio ao ano de orien-  
tação. Resta saber se, quando  
do funcionamento da UNIABE,  
o Serviço Cívico Estudantil ain-  
da estará em vigor e será con-  
siderado uma tarefa indispen-  
sável para entrar no ensino su-  
perior.

Com a acção da Universi-  
dade Aberta poderá ser priori-  
tária o aperfeiçoamento e  
reciclagem de professores  
«desterrados» na província,  
a par da formação de docentes  
numa Faculdade de Pedagogia  
instalada na capital. Como pro-  
jectos e nos seus objectivos  
afirmados, ambos são seduto-  
res. Como prática, dependerão  
de uma maior largueza  
orçamental e de uma mais clara  
definição política do País.

## M.P.L.A. analisa Cimeira da O.U.A.

# Uma vitória diplomática

LUANDA, 14 — (do enviado  
especial da A.F.P., Pierre Za-  
nin) — A cimeira dos chefes  
de Estado africanos, em  
Adis-Abeba, é considerada «co-  
mo uma vitória política e diplo-  
mática do M.P.L.A.», nos circu-  
los oficiais da República Popu-  
lar de Angola.

Apesar de a jovem Repúbli-  
ca Popular de Angola não ter  
obtido o seu reconhecimento  
e a admissão no seio da Orga-  
nização da Unidade Africana,  
a cimeira da capital etíope, de-  
dicada ao problema angolano,  
é «positiva» para o movimento  
de Agostinho Neto, declaravam  
ontem fontes oficiais de Luan-  
da. Esta apreciação optimista  
baseia-se principalmente em  
três «resultados» da confe-  
rência, «favoráveis ao  
M.P.L.A.».

Em primeiro lugar, pensa-se  
em Luanda que o reconheci-  
mento da R.P.A. por metade  
dos Estados membros da  
O.U.A. constitui uma vitória di-  
plomática. «Nos próximos dias  
ou semanas — afirmava, on-  
tem o ministro da Informação  
da R.P.A. — deveremos atingir  
o número de 24 países, quorum  
que nos permitirá então pedir  
a nossa admissão, de pleno di-  
reito, no seio da O.U.A.». O re-  
conhecimento da República  
Popular de Angola não passa,  
portanto, de um «objectivo  
adiado», para os dirigentes do  
M.P.L.A.

Em segundo lugar, a au-  
sência de uma moção final re-  
clamando um cessar-fogo e a  
formação de um Governo de  
coligação com a F.N.L.A. e a  
U.N.I.T.A. constitui um êxito  
para o M.P.L.A., que sempre  
recusara tais moções — indi-  
ca-se de fonte oficial.

Finalmente, o M.P.L.A. «não  
queria ver entrar a F.N.L.A. e  
a U.N.I.T.A. na O.U.A.», como  
precisou o ministro da Infor-  
mação. Este pensa, aliás, que  
a cimeira da O.U.A. fortaleceu  
consideravelmente o prestígio  
do M.P.L.A. e dos seus dirigen-  
tes e justifica o princípio bási-  
co deste movimento, ou seja,  
não estabelecer nenhuma  
aliança com a F.N.L.A. e a  
U.N.I.T.A. e considerar-se como  
o único movimento de liber-  
tação». A F.N.L.A. e a  
U.N.I.T.A. não passam, com efei-  
to, de «movimentos fanto-  
ches», segundo a perspectiva  
dos dirigentes da República  
Popular de Angola.

Outro aspecto positivo desta  
cimeira, segundo o ministro da  
Informação: «O caso angolano  
constitui um ponto de partida  
para a renovação da organi-  
zação política da O.U.A. A Áfri-  
ca — acentuou — está dividi-



Militar das F.A.P.L.A. na Frente Norte

da em duas e a vitória do  
M.P.L.A. é também uma vitória  
para as forças progressistas da  
África».

A seguir à reunião de  
Adis-Abeba, o M.P.L.A. deverá  
prosseguir a sua dupla ofensi-  
va diplomática e militar, pen-  
sam os observadores. Diplo-  
mática: para obter o reconheci-  
mento da R.P.A. pelos países  
ainda «indecisos» e que «terão  
ficado convencidos no decor-  
rer desta cimeira. O Governo  
da R.P.A. ficaria assim com  
uma maioria no seio da O.U.A.  
O ministro da Informação sa-  
lientou também que «sete dos  
doze membros da comissão da  
O.U.A. encarregada do proble-  
ma de Angola tinham já reco-  
nhecido a R.P.A.».

Militar: acentuando a pres-  
são das Forças Armadas Popu-  
lares de Libertação (F.A.P.L.A.)  
na frente norte, onde se encon-  
tram as tropas da F.N.L.A. e  
onde o braço armado do  
M.P.L.A. «continua a progredir»,  
de acordo com a Rádio Nacio-  
nal. No que se refere às frentes  
sul e centro — onde combatem  
a U.N.I.T.A. e as tropas sul-afri-  
canas — o ministro da Infor-  
mação indicou que «não acre-  
ditava numa retirada sul-afri-  
cana. Eles não retirarão nunca...  
a não ser pela força», acentu-  
ou.

## MINI CIMEIRA NA TANZÂNIA

Dar Es-Salam, 14 — (U.P.I./  
ANOP) — Quatro chefes

de Estado africanos reuni-  
ram-se em Dar Es-Salam para  
uma mini-cimeira sobre Ango-  
la, na sequência do malogro  
da cimeira da Organização da  
Unidade Africana (O.U.A.) em  
consequência de uma solução para o  
conflito que assola a antiga co-  
lónia portuguesa.

Os quatro presidentes reuni-  
dos são Julius Nyerere, da Tan-  
zânia, Samora Machel, de  
Moçambique, Kenneth Kaunda,  
da Zâmbia e sir Seretse Kha-  
ma, do Botswana.

Os dois primeiros apoiam o  
Movimento Popular de Liber-  
tação de Angola (M.P.L.A.), en-  
quanto Kaunda e Khama são  
partidários da formação de um  
Governo de Unidade Nacional  
que incluía representantes das  
outras duas facções de comba-  
te: A Frente Nacional de Liber-  
tação de Angola (F.N.L.A.) e  
a União Nacional para a inde-  
pendência total de Angola  
(U.N.I.T.A.).

Observadores diplomáticos  
afirmam que os quatro chefes  
de Estado, amigos de longa da-  
ta, apesar das suas diver-  
gências ideológicas, discutirão  
não só o tema de Angola, mas  
também o futuro da O.U.A.,  
após o malogro da cimeira.

Não foi revelado o período  
de duração das conversações.

## RELAÇÕES AFRICANAS

ADIS-ABEBA, 14 (F.P./ANOP)  
— «O fracasso da cimeira da  
O.U.A. poderá conduzir a um

agravamento dos confrontos  
em Angola» — afirmaram hoje  
fontes da Organização da Uni-  
dade Africana.

«A cimeira de três dias termi-  
nou com os 46 países membros  
mais divididos do que nunca»,  
declararam dirigentes africa-  
nos antes de regressarem aos  
seus países.

Peter Onú, vice-secretário-  
geral da O.U.A., considera que  
«esta cimeira foi um forte aba-  
lo para a Organização».

Mas Idi Amin, presidente da  
Organização, declarou-se  
«muito, muito satisfeito com os  
resultados».

Acrescentou que se conse-  
guira um certo acordo, mas  
não foi além do comunicado  
oficial em que se afirma que  
o problema de Angola fora dei-  
xado à consideração da Comis-  
são Política.

A questão voltará a ser abor-  
dada na próxima cimeira a re-  
alizar em Junho nas Maurícias.

Por seu lado, o vice-presi-  
dente do Quênia, Danie Arap  
Moi, considerou a cimeira «um  
dia triste para a África».

A Etiópia não manifestou a  
sua posição.

Antes de partir, Jonas Sa-  
vimbi, dirigente da U.N.I.T.A.,  
declarou: «Regressamos muito  
mais aliviados, embora a cimei-  
ra tenha sido uma derrota para  
nós, por não conseguirmos um  
cessar-fogo».

## INICIATIVA EUROPEIA?

LONDRES, 14 — (F.P.) —  
Reginald Maudling, porta-voz  
do partido Conservador para  
os Negócios Estrangeiros, con-  
vidou o Governo britânico e os  
seus parceiros da C.E.E. a en-  
cararem desde já uma «iniciati-  
va europeia» para resolver a  
crise angolana.

Numa declaração feita em  
Londres, Maudling preconizou  
a promoção, sob a presidência  
dos «Nove», de conversações  
entre a F.N.L.A., a U.N.I.T.A. e  
o M.P.L.A., nas quais partici-  
pariam igualmente os Estados  
Unidos, a União Soviética e al-  
guns países da África Oriental.  
«O objectivo dessas conver-  
sações — acrescentou — seria  
definir o futuro constitucional  
de Angola».

## CUBA CONTINUA

CAMAGUEY, Cuba, 14 —  
(R.) — Tropas cubanas conti-  
nuarão em Angola enquanto o  
Governo do M.P.L.A., com sede  
em Luanda, precisar delas,  
afirmou a noite passada o vi-  
ce-primeiro-ministro cubano  
para os Negócios Estrangeiros,  
dr. Carlos Rafael Rodríguez.

«Não estamos em Angola  
por causa de ganhos pes-  
soais», disse a jornalista. «Fo-  
mos para lá, a fim de colaborar  
com o Governo legal e faremos  
o que esse Governo nos disser  
para fazer.»

O dr. Rodríguez, recente-  
mente eleito para o Politburo  
do Partido Comunista Cubano,  
proferiu essas palavras duran-  
te uma visita oficial a uma  
fábrica de açúcar, em Cama-  
guey, 580 quilómetros a leste  
de Havana.

Proseguiu: «Fomos para  
Angola a pedido do Governo  
Legal, primeiro simplesmente  
para dar auxílio técnico. De-  
pois, registou-se a invasão  
sul-africana e os angolanos pe-  
diram maior ajuda».

Acrescentou que fora citado  
erroneamente anteontem numa  
notícia da Imprensa norte-ame-  
ricana que dizia que ele tinha  
afirmado que Cuba não retira-  
ria de Angola a pedido da Or-  
ganização da Unidade Africana  
(O.U.A.).

## Novas vitórias das F.A.P.L.A. no Norte de Angola

### ● OFENSIVA SUL-AFRICANA NO SUL

LUANDA, 14 (especial para  
o «DL») — Forças do M. P.  
L. A. obtiveram, na segun-  
da-feira, novas vitórias sobre  
os agressores da F. N. L. A.  
e seus aliados zairenses, liber-  
tando o porto de Ambrizete e  
a base aérea do Toto, situadas  
respectivamente nas  
provincias do Zaire e do Uíge.  
A estrada nacional Caxito-Am-  
briz. Mussera-Ambrizete en-  
contra-se completamente abert-  
a às F. A. P. L. A., que domi-  
nam também as vias de acesso  
a Quibala, Nova Caipemba e  
Songo. Com a queda de Ambri-  
zete, o único porto de certa

importância ainda em poder da  
F. N. L. A. é o de Santo António  
do Zaire, no extremo Norte de  
Angola, desconhecendo-se se  
as F. A. P. L. A. prosseguirão  
a actual ofensiva naquele sen-  
tido ou se concentrarão agora  
a pressão militar rumo a Quim-  
bele, no Nordeste do País.

Quanto à libertação do Toto,  
notícias divulgadas em Luanda  
dão conta de que os soldados  
da F. N. L. A. e do exército  
zairense, fugindo perante o  
ataque das F. A. P. L. A., aban-  
donaram inúmeras armas e  
guerra, incluindo 12 pequenos

aviões de transporte que osten-  
tavam o emblema do Zaire. O  
Toto situa-se a cerca de 80 qui-  
lómetros de Carmona e  
constitua um dos pontos de  
abastecimento do inimigo no  
Norte de Angola.

Entretanto, no Sul e Leste,  
confirma-se que as F. A. P. L.  
A., mantendo a pressão sobre  
Nova Lisboa, iniciaram ofensi-  
vas contra as forças sul-africa-  
nas em Benguela e Moçame-  
des. Não há notícias pormeno-  
rizadas sobre os combates,  
mas fontes oficiais revelam  
que o exército racista começou  
a recuar.

# Estrangeiro

## ITÁLIA

# Uma crise inoportuna

«Não escondemos a inadequação do actual Governo nacional para enfrentar uma situação tão difícil e complexa. Sabemos, no entanto, que uma nova maioria democrática de governo não está ainda ao alcance. Dai que sejamos contra a abertura de outra crise, que daria nova margem às manobras tendentes à dissolução das Câmaras, com o resultado de interromper o confronto construtivo na acção entre todas as forças democráticas. Tem que se lutar para impedir que isto aconteça e para que amadureçam as condições capazes de fazer avançar a situação política nacional» — estas palavras, escritas no semanário do Partido Comunista Italiano, «Rinascita», em 31 de Outubro de 1975, constituem uma resposta antecipada à crise governamental agora desencadeada pelos socialistas.

Esperançados na criação duma «nova maioria», os socialistas italianos, cujo peso eleitoral se cifra nos quatro milhões de votos (equivalente a 12 por cento dos sufrágios), mergulham o país numa crise política, que irá agravar consideravelmente as dificuldades económicas duma Itália, afligida pelo desemprego e ameaçada de bancarrota.

Alice Nicolau

A primeira vista, os principais beneficiários, eleitoralmente falando, duma consulta antecipada às urnas seriam os comunistas, que, nas últimas eleições regionais, registaram um avanço fulgurante, colocando-se a 2,3 por cento dos democratas-cristãos, partido maioritário desde a queda de Mussolini.

Contudo, o PCI recusa estas perspectivas eleitoralistas, e tudo tem feito para salvar o gabinete Moro.

Não são eleições gerais que vão, na verdade, resolver os problemas italianos. A crise que afecta presentemente o Norte — industrializado e rico — da Itália ameaça vir a agravar ainda mais os problemas instantes do Mezzogiorno (o Sul). O plano de revitalização da indústria e desenvolvimento do Sul, que o Governo Moro aprovou, é considerado pelo PCI como susceptível de se tornar «a plataforma unitária em torno da qual se pode suscitar uma mobilização das grandes massas laboriosas e populares, através das representações sindicais, políticas, económicas e culturais de cada região».

Para os comunistas, a tarefa prioritária é salvar a economia italiana, mobilizando os recursos humanos e nacionais nessa tarefa. Ponto fulcral para a solução da crise é, para eles, o Mezzogiorno. Segundo defendem, há que promover projectos de investimentos para a exploração dos grandes recursos agrícolas do Sul e reduzir o défice agrícola e alimentar nas contas com o exterior. Por

outro lado, há que deslocar para o Sul os novos sectores do aparelho industrial italiano, a fim de reduzir os custos do congestionamento no Norte e criar novos postos de trabalho no Mezzogiorno.

Certas condições são, no entanto, necessárias para que se chegue a bom termo. Algumas delas já têm sido criadas pelo PCI. Assim: o movimento operário optou prioritariamente pelos problemas dos investimentos para o emprego nas suas



A democracia-cristã, posta ante o perigo «vermelho», volta os olhos para Amintore Fanfani

negociações com o Governo e o patronato, dado que a classe operária italiana, tem plena consciência de que a mobilidade da mão-de-obra e as próprias plataformas salariais decorrem da solução desse problema.

A classe operária será mobi-

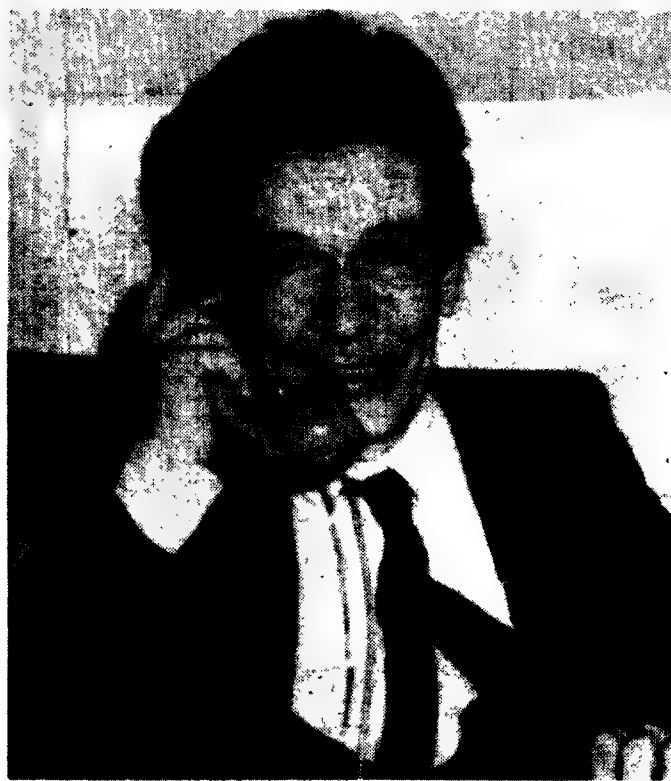
lizável para um plano de reconversão do aparelho industrial, se lhe forem garantidas formas democráticas de participação e controlo — diz ainda o PCI.

### APARENTE CONTRADIÇÃO

Há uma aparente contradição nestas posições do PCI. De facto, pode racionar-se em termos simplistas e pensar-se que, se os comunistas ganhassem as eleições, poderiam criar condições para a instauração dum poder socialista no país, e, posteriormente, gerir a sua economia, já não num regime burguês, mas numa sociedade pré-revolucionária.

Pensar assim é reduzir as complexas realidades a esquemas livrescos. Em primeiro lugar, as eleições antecipadas não conduziriam a uma vitória das esquerdas tão significativa que fosse capaz de alterar radicalmente a correlação de forças, e que, por uma varinha de condão, desse o poder aos partidos interessados na instauração do regime socialista. O que as eleições antecipadas poderão trazer, no máximo, é uma viragem mais acentuada à esquerda, que dividirá o país em dois blocos. O Partido Socialista poderá então constituir o contrapeso necessário para dar a maioria, quer a uma coligação dominada pelo PCI, quer a outra dominada pelos democratas-cristãos. Tanto num caso como no outro, ficar-se-ia perante um Governo ainda mais frágil e precário que os 37 da história do pós-fascismo.

A radicalização do eleitorado italiano seria tanto mais grave quanto é certo que a democracia-cristã, posta ante o



Enrico Berlinguer, como secretário do PCI, tem por tarefa prioritária salvar a economia italiana

perigo «vermelho», não hesitaria em voltar a entregar a direcção do Partido a Amintore Fanfani, inimigo jurado de qualquer acordo com os comunistas.

Qual é pois, a via que o PCI prefere seguir? A história dos comunistas italianos, desde a queda do fascismo, tem sido a de uma lenta, mas implacável progressão, na conquista do poder. Relegados para a oposição desde 1947, os comunistas têm afirmado o seu controlo sobre largos sectores das massas laboriosas, e têm vindo a conquistar o Governo de regiões e autarquias locais, numa subida constante que atingiu o seu auge nas últimas eleições regionais. A Itália é hoje um país com largas «manchas vermelhas», onde o poder comunista é uma realidade.

A democracia-cristã é um partido em perda de controlo, incapaz de renascer das cinzas. Toda a classe política italiana sabe disso. Daí que um

plano nacional de emergência económica seja o teste óptimo para «o confronto construtivo na acção entre todas as forças democráticas», que o referido artigo da «Rinascita» entende imprescindível.

Ganhar meia dúzia de votos não interessa aos comunistas italianos. Ser confrontado com um plano de reconversão económica, aplicá-lo nas suas regiões, mobilizar em torno dele as massas laboriosas, eis um teste do qual o PCI se sabe à partida vencedor.

Incapazes de compreender isto, emparedados numa visão eleitoralista, os socialistas lançam o país numa inoportuna situação de crise, «que só pode servir aqueles que jogam no agravamento da crise económica, na ruptura entre Norte e Sul, na divisão entre desempregados e empregados, no esmagamento das grandes conquistas dos trabalhadores» (artigo citado da «Rinascita»).

## Assassínios verdadeiros num filme "Porno"?

INDIANAPOLIS (INDIANA), 14 — (ANOP) — O filme «Porno», cujo prato forte é o assassinio verdadeiro (?) das quatro protagonistas, terá a sua estreia pública este mês em Indianapolis — anunciou o distribuidor do mesmo nos Estados Unidos, Allan Shackleton.

A película, que se intitula «Snuff», foi, segundo se crê, rodada clandestinamente na Argentina e as quatro mulheres mortas (?) perante a objectiva seriam prostitutas «punidas» por violação das leis do «meio».

A polícia argentina nunca reconheceu oficialmente

que o filme tivesse sido feito naquele país.

Segundo Shackleton, a lei aplicável a um filme deste tipo refere-se exclusivamente à sensualidade e não à violência, mas, a demonstrar-se que os crimes nele expostos são verdadeiros, os distribuidores poderão ser citados como testemunhas e até mesmo como cúmplices.

Shackleton informou ainda de que os bilhetes para este «espectáculo» serão vendidos a sete dólares e meio (mais de duzentos escudos) — um preço record.

## Semana de trabalho: referendo na Suíça

BERNA, 14 — (R.) — O Governo suíço opõe-se a uma iniciativa de grupos da esquerda para reduzir o máximo da semana de trabalho de 45 para 40 horas, numa tentativa para se combater a recessão, que aumenta assustadoramente.

O Governo disse que uma redução de cinco horas equiva-

leria a perderem-se 10 por cento da população trabalhadora de três milhões de pessoas.

A redução foi proposta numa petição que obteve assinaturas de mais de 50 000 eleitores, obrigando a um referendo em todo o país, nos termos das leis suíças, que se espera se efectue ainda este ano.

Partidários da iniciativa alegam que a sua concretização faria com que houvesse mais empregos.

De acordo com as estatísticas, havia na Suíça em Novembro, mais de 20 000 desempregados e cerca de 118 000 pessoas trabalhavam menos horas.

HAVANA, 14 — Hector Danilo da P.L. em exclusivo para a ANOP — O panorama sócio-económico oferecido pelos países capitalistas industrializados no começo de 1976, caracteriza-se pela contracção económica, o incremento dos conflitos laboriais e as altas de preços.

Em paralelo com este panorama, os países socialistas, agrupados no Conselho de Ajuda Mútua Económica (Comecon) registam um ininterrupto avanço em todos os seus indicadores económicos.

O secretário do Comecon, Nikolai Fadeiev, acaba de informar que a renda nacional dos

países cresceu entre 1971 e 1975 em 36 por cento, enquanto os preços dos artigos de primeira necessidade se mantiveram estáveis no citado período.

Nos países capitalistas como em França, por exemplo, e segundo informações recentes da C.G.T., o novo ano teve início com aumentos de preços no leite e seus derivados, café, biscoitos, conservas e bebidas.

Os artigos industriais, bem como alguns serviços também não escaparam à inflação, tendo-se verificado novas altas nas tarifas postais, nos hospitais e nos combóios, bem como nos televisores e outra aparelhagem electrodoméstica.

Nos países da Ajuda Mútua Económica (Comecon) — salienta Fadeiev — a política de colaboração possibilitou que se verificasse no ano passado um aumento da produção bruta na indústria em cerca de 8,4 por cento.

Quanto ao intercâmbio comercial, os membros do Comecon triplicaram as suas vendas entre si em relação a 1970 para alcançarem em 1975 os 71 milhões de rublos.

Mas enquanto decorre este processo de avanço económico no seio do Comecon, a ameaça de despedimento não deixou de estar latente no apa-

relho industrial dos países capitalistas desenvolvidos.

A indústria metalúrgica da Inglaterra, a que corresponde noventa por cento da produção de aço deste país, projecta despedir, nos próximos dois anos, 44 mil operários.

Na República Federal da Alemanha, o número de empregados na indústria diminuiu 6,8 por cento no ano passado.

Os jovens que ingressaram em escolas técnicas e universidades do Japão terão este ano menos possibilidades de emprego do que em 1975.

As estatísticas nipónicas dão como certo que dos duzentos mil estudantes que entram no ensino superior em 1976, só 140 mil têm ofertas de trabalho e mesmo assim não garantidas.

Para quem pensar numa futura recuperação económica norte-americana como remédio para os seus problemas, deve dizer-se que os analistas prognosticam já que os negócios deste ano não serão tão bons como se esperava.

Na sua edição de 5 de Janeiro, o «Washington Post» mostrou-se alarmado com a crise financeira da cidade de Nova York cujas implicações são consideráveis para o Mundo capitalista financeiro.

## DESCIDA DE PREÇOS DOS PRODUTOS-BASE

GENEVA, 14 — (FP) — Os preços dos produtos-base continuaram a descer em Novembro de 1975, indica o «Boletim Mensal» publicado pela Cnuced-Unctad (Conferência das Nações Unidas do Comércio e Desenvolvimento).

O índice geral calculado pela Cnuced (base 100 em 1968) caiu na casa dos 184 em Novembro, contra 186 em Outubro. O ponto mais elevado foi atingido em Abril de 1974, onde o índice subiu até 249. Em Junho de 1975, o índice recuou para 176, beneficiando depois de uma subida em Julho e Agosto. Mas desde Setembro está de novo em baixa.

Em Novembro de 1975, o recuo do índice é devido essencialmente às baixas registadas em diversos produtos alimentares (açúcar: menos 4 por cento, café: menos 1 por cento, cacau: menos 2 por cento), e sobretudo nos grãos e óleos vegetais. Assim, num mês, o preço médio do óleo de soja diminuiu 15 por cento, o do óleo de amendoim, 9 por cento, óleo de linho e óleo de palma diminuíram respectivamente de 7 e 6 por cento.

## Estrangeiro

## Tratado de paz

## O Japão e a União Soviética continuarão as conversações

TÓQUIO, 14 — (ANOP) — O Japão e a União Soviética concordaram em continuar as suas negociações com vista à conclusão de um tratado de paz que se encontra pendente desde o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945.

O acordo sobre a prorrogação das conversações é objecto de um comunicado conjunto emitido no fim da visita de cinco dias que o ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Andrei Gromyko, efectuou a Tóquio.

O referido comunicado afirma ainda que os dois países concordaram também em promover as suas relações no âmbito comercial, económico e cultural.

O ministro soviético dos Negócios Estrangeiros deixou ontem o país depois de ter efectuado três reuniões com o seu homólogo japonês, Kiichi Miyazawa, e de ter conferenciado

com o primeiro-ministro Takeo Miki.

O comunicado conjunto não faz qualquer menção à disputa territorial entre os dois países, quatro ilhas do Pacífico Norte ocupadas pela União Soviética no fim da Segunda Guerra Mundial, o que tem impedido a concretização de um acordo de paz entre eles.

O Japão exige que a União Soviética devolva as ilhas antes de ser assinado o pacto e os soviéticos insistem em que a questão territorial deverá ser negociada depois da assinatura do tratado.

O Japão e a União Soviética normalizaram as suas relações diplomáticas em 1956. O comunicado conjunto, nipo-soviético diz ainda que Gromyko e Miyazawa discutiram várias questões pendentes entre os dois países e alguns problemas internacionais de interesse comum.

Entretanto, círculos governamentais nipónicos indicaram que o interesse de Gromyko se centrou sobre o tratado de paz e amizade que está a ser negociado entre o Japão e a China, e que caiu numa situação de impasse, depois das autoridades de Pequim terem exigido uma cláusula sobre a oposição à «hegemonia» Soviética na Ásia.

Finalmente o comunicado acrescenta que o ministro japonês dos Negócios Estrangeiros aceitou um convite para visitar a União Soviética e a sua data será marcada oportunamente depois de acordo estabelecido pelas vias diplomáticas usuais.



Treino intensivo está a ser ministrado a forças especiais da Polícia nipónica, com vista a assegurar melhor protecção a personalidades estrangeiras que visitam o Japão. Este ano, é esperado um elevado número desses visitantes. O judo e o karate fazem parte, evidentemente, do programa de instrução das forças especiais. (Foto Keystone)

## Novo "salto em frente" previsto para a China

LAUSANNE, 14 — (F.P.) — A China entrou num período de estabilidade de cinco a dez anos, segundo a escritora Han Suyin.

Abordada pelos jornalistas, em Lausanne, Han Suyin rejeitou categoricamente a teoria segundo a qual a morte de Chu En-lai poderia activar a luta pelo poder entre as diversas tendências que sobreviveram à Revolução Cultural. Segundo ela, a unificação é um facto consumado e os problemas da sucessão já estão resolvidos há um ano.

Segundo Han Suyin, que é frequentemente recebida em Pequim pelos dirigentes chineses, o problema da sucessão de Mao Tsé-tung foi resolvido na base de uma « direcção colegial ». No que se refere à chefia do Governo, passará para Teng Hsiao-ping — prevê a escritora.

«Vamos assistir a um grande salto em frente, definido pelas mesmas linhas do anterior, mas infinitamente mais sofisticado», — disse a escritora à France-Presse.

A unidade fundamental, baseada nos grandes princípios definidos por Mao Tsé-tung, não impedirá o desenvolvimento de um « debate activo » sobre a forma de realizar estes princípios, mas « sem nenhum sobressalto ».

Este debate contínuo entre diferentes sectores da sociedade é uma forma de democracia e Han Suyin prevê que deixará de se desenrolar em segredo: será um debate « cada vez mais aberto ».

Sobre as hipóteses de uma reconciliação da China com a URSS, Han Suyin afirma que seria uma boa lição para o Ocidente, que veria então até que ponto precisa da China. Mas isso não acontecerá.

## Provável corte amanhã das relações Islândia-Inglaterra

REYKJAVIK, 14 — (R.) — A Islândia deveria tomar hoje as primeiras medidas para cortar as relações diplomáticas com a Grã-Bretanha por causa da « guerra do bacalhau » — a disputa sobre pesca entre os dois países.

A comissão de relações externas do Alþingi (Parlamento), cujo dever é aconselhar o Governo sobre o assunto, foi convocada para uma sessão, hoje, de manhã.

O presidente da comissão, Thorarinn Thorarinnsson, disse esperar que os sete membros da comissão de todos os partidos votariam a favor do golpe de relações, por causa da intervenção naval britânica nas águas da Islândia e do abaloamento deliberado de vedetas de patrulha islandesas por fragatas inglesas.

Gunnar Thoroddsen, o ministro da Indústria, Electricidade e Assuntos Sociais, afirmou que o corte de relações se registaria provavelmente amanhã, de manhã.

A Islândia combinou já com o embaixador norueguês em

Londres para salvaguardar os seus interesses na capital britânica.

Em Bruxelas, o secretário-geral da N. A. T. O., Joseph Luns, inicia hoje a sua campanha para tentar acabar com a « guerra do bacalhau ».

O dr. Juns seguirá de avião para Reykjavik, a primeira fase da sua missão, na altura em que endureceram visivelmente as atitudes da Grã-Bretanha e da Islândia, ambos membros da N. A. T. O.

Um informador do Ministério islandês dos Negócios Estrangeiros disse que se aguardava a vinda do dr. Luns para se estudar a situação causada pelos navios da marinha de guerra britânica.

Se o dr. Luns não se deslocar a Londres — não foi ainda convidado formalmente — poderia avistar-se com o ministro britânico dos Negócios Estrangeiros, James Callaghan, em Bruxelas, na próxima terça-feira, quando o chefe do Foreign Office assistir a uma sessão do Mercado Comum.

MADRID, 14 — (ANOP e R)

— Toda a Espanha viveu ontem mais uma jornada de intensos conflitos de trabalho com aumento do número de greves, paralisações de trabalho, manifestações que se alargaram a cidades como Barcelona, Pamplona, Málaga, Oviedo, Vigo, Vitória, Sevilha, Santander, e com âmbito quase total nos sectores da construção, metalúrgico, bancário, dos seguros, telefones e correios de Madrid.

Neste movimento operário, destaca-se, sobretudo, a espontaneidade e a evolução progressiva na adesão que lhe vão dando novos sectores. A situação no sector metalúrgico, com as fábricas fechadas e a convocatória do plenário da União de Trabalhadores e Técnicos para que todos os operários fizessem greve pelo menos das 9 às 10 da manhã, agudizou-se. Todas as fábricas da Standard Eléctrica-I.T.T. encontram-se encerradas indefinidamente. Se o conflito era mais grave na zona de Getafe, alargou-se ontem à de Vilaverde e outras, com as paralisações em fábricas de menores dimensões.

Até esta hora, não se vêem indícios de que a situação possa normalizar-se a curto prazo. Dirigentes do sector metalúrgico avistaram-se ontem com o ministro das Relações Sindicais, sem que se tenha chegado a conclusões, a não ser promessas condicionantes.

Para além da situação laboral extremamente conflituosa que se tem agravado de hora a hora, outros acontecimentos importantes da vida espanhola não podem passar despercebidos. O último soldado espanhol saiu do Sará. Com todas as justificações que se queiram dar à entrega daquele território a Marrocos, só a História poderá esclarecer as operações de bastidores que levaram a tal decisão.

Mas outros acontecimentos desviaram a atenção dos espanhóis. Sensibilizado o povo pelos problemas dos trabalhadores, os políticos trabalham e movem-se noutros campos. Os da direita, como os da esquerda. Pretendem organizar-se e participar. O jogo torna-se cada dia mais visível. A Falange e os Franquistas querem estar presentes no futuro imediato do país como tais. A Falange pretende organizar-se como

partido. A Junta Democrática e Plataforma de Convergência Democrática poderão anunciar de um momento para o outro, talvez hoje a constituição de uma frente comum adequada para estas circunstâncias. Os liberais pronunciam-se também. Ontem dava-se a conhecer em Madrid o agrupamento Liberal Democrático que pretende aglutinar os grupos e partidos políticos liberais. O seu dirigente, que ainda ocupa um importante cargo no Ministério dos Assuntos Exteriores, Enrique Larroque, diz que o liberalismo é uma das cinco grandes forças existentes em Espanha: liberalismo, franquismo, comunismo, democracia-cristã e socialismo.

Os sociais-democratas movem-se intensamente em Madrid e Barcelona. Neste âmbito circulam muitos grupos ainda não bem localizados, uns a fortalecerem-se e outros a serem absorvidos ou simplesmente eliminados. A febre de criação de organizações ou partidos é maior do que a que se seguiu ao 25 de Abril em Portugal.

O grupo «Táctico», um grupo político de pensamento em que participam liberais independentes, sociais-democratas e democratas-cristãos, anunciou ontem a intenção de criar um partido político de base federativa.

Os integrantes da Confederação Nacional Socialista já se

reuniram, com Tierno Galvan à frente.

Da Catalunha também chegam as notícias de intensa actividade política a nível de constituição e organização de grupos. As declarações sucedem-se a um ritmo vertiginoso. O afã de aparecer, de não perder a primeira hora é notável. Talvez o facto significativo e assinalável de momento seja a proliferação de opções dentro da mesma tendência. A implantação destes partidos, que parece assim se ter convencionado chamar às até agora forças, organizações ou grupos políticos que não eram legais, é rediziada.

O povo espanhol continua numa atitude de expectativa. Não participa no jogo. Talvez amanhã possa aderir até com uma certa maturidade, mas de momento mantém-se indiferente. Por natureza, olhou sempre com desconfiança os que se apresentavam como dirigentes ou artífices políticos. O povo espanhol não acredita muito neles.

No entanto, a expectativa política está pendente de que Arias Navarro apresente ante as Cortes e o país o seu programa de Governo, que constituirá a autêntica plataforma de partida. Até agora fazem-se ensaios, aproveitando a tolerância manifestada pelo Poder.

Mas, entre as últimas notícias que se podem considerar políticas, a que causou

certa sensação nos meios madrilenos foi o que se chama a « Reunion de Las Rozas » e que dará que falar. Nela tomará parte o vice-presidente para os Assuntos da Defesa, o ministro do Exército, o tenente-general Iñesta, e o conselheiro do reino e presidente da Confederação dos Ex-Combatentes, Giron Velasco, a eminência parda da extrema-direita. E, se por um lado, a efervescência da esquerda e da oposição centrista é grande com a sucessão de actuações e pronunciamentos, as forças do regime, falangistas e franquistas, também se movem, embora mais discretamente e poderiam organizar-se num grande partido.

A expectativa cresce no sector político. Cresce a conflitualidade política e laboral. Só que as peças do jogo são diferentes, numa Espanha que, pouco a pouco, parece explodir de tantas forças reprimidas. Entretanto, o dirigente socialista Rodolfo Llopis, refugiado em França desde o fim da guerra civil, obteve um passaporte espanhol, segundo anuncia a Cifra.

A agência noticiosa espanhola acrescentou que Llopis, que requereu o passaporte, planeava chegar, na sexta-feira, a Barcelona, ido de Toulouse, a fim de ficar uma semana em Espanha. É a primeira vez, desde 1939, que se desloca ao seu país.

## Caleidoscópio

PARIS, -4 — (R.) — O « Libération », um jornal de esquerda, publica hoje uma segunda lista de 12 supostos agentes da C.I.A. (os serviços secretos norte-americanos) que trabalham na embaixada dos Estados Unidos em Paris e afirma que estava a prestar um serviço ao público «desmascarando» a C.I.A.

O periódico rejeita críticas do Departamento de Estado, em Washington, que o acusou de extrema irresponsabilidade ao publicar ontem uma lista com 32 nomes.

ROMA, 14 — (R.) — O primeiro-ministro designado Aldo Moro inicia hoje conversações para formar um novo Governo e pôr termo à crise política italiana menos desejada, desde a guerra.

Após dois dias de consultas com as principais figuras políticas do país, o presidente Giovanni Leone incumbiu ontem, à noite, Moro, o primeiro-ministro cessante do Governo que se demitiu, há uma semana, de tentar formar nova coligação.

MOSCOVO, 14 — (Anop) — Um avião soviético Tu-134, com 86 passageiros a bordo, ter-se-ia despenhado perto de Moscovo no dia 3, não havendo sobreviventes, segundo fontes da aviação comercial ocidental.

O acidente ter-se-ia dado pouco depois da decolagem, despenhando-se o aparelho sobre as casas próximas do aeroporto de Vnukovo.

ROMA, 14 — (F.P.) — Um novo diário «La República»

surgiu hoje de manhã nos quiosques de Itália.

Publicado pelo editor Giorgio Mondadori e pelo semanário «L'Espresso», este matutino é dirigido por Eugénio Scalfari. «Será um jornal da esquerda democrática» — dizem os seus promotores — «mas, não estará ligado a nenhuma das formações políticas».

Os dirigentes de «La Repubblica», que será editado simultaneamente em Roma e Milão, esperam que haja uma difusão de 150 000 exemplares.

Com um formato equivalente ao parisiense «Le Monde», o novo jornal tem umas vinte páginas pouco ilustradas. «Estudos» e «inquéritos» dos grandes problemas nacionais e internacionais serão publicados regularmente.

# Espectáculos

## LUIZ FRANCISCO REBELLO

### RESPONDE A IGREJAS CAEIRO

A propósito da troca de textos entre Carlos Porto e Igrejas Cairo, que há dias reproduzimos nesta mesma página, recebemos de Luiz Francisco Rebello (visado na polémica) a seguinte carta datada de anteontem.

«Acabo de ler, com um misto de tristeza e repugnância, a resposta que o actor Igrejas Cairo entendeu dar a um comentário do crítico Carlos Porto, em que era visado. A réplica deste põe a questão nos seus devidos termos, reduzindo o antagonista às suas verdadeiras proporções; e nada

haveria acrescentar se a prosa do actor-deputado não contivesse duas alusões que pessoalmente me dizem respeito, embora sem me nomear.

A primeira tem como alvo a Comissão Consultiva para as Actividades Teatrais (a que Cairo, mal informado, chama «Conselho Consultivo de Teatro»), em cujos trabalhos participei como representante da Sociedade Portuguesa de Autores. Dessa comissão, diz ele que atribuiu subsídios «só para quem desse garantias de teatro engajado» e que procurou «impor nacionalização para acabar de vez com qualquer veleidade de teatro independente fora da linha dogmática e revisionista» — e mais ainda, que Carlos Porto tentou «manipulá-la» no sentido de «excluir a colaboração (dele, Cairo) na TV».

Tudo isto é grosseria e descaradamente falso. As actas das reuniões da comissão e as várias deliberações que tomou, nomeadamente em matéria de subsídios, desmentem as grotescas acusações do deputado-actor e dão fiel testemunho da ausência de espírito sectário com que a comissão procedeu. Todos os que, representando não só diversos sectores da actividade teatral mas ainda diferentes tendências, intervieram nos trabalhos da comissão, e em especial Carlos Porto, deram provas sobejas de isenção e apartidarismo, nomeando-se apenas pela preocupação de conferir ao nosso Teatro a dignidade e a capacidade interventiva, como factor de consciencialização sociocultural do povo português, de que o fascismo o havia privado.

Exactamente por isso é que procurámos defender, contra um teatro prostituído e alienatório, ao serviço dos interesses monopolistas, um teatro que «elevasse culturalmente o povo português», como diz Carlos Porto — o que não tem nada a ver com o «teatro engajado» de que fala Cairo: desafi-o, aliás, a que prove com factos concretos, e não com vagas insinuações, esta sua acusação. E era também dentro do mesmo espírito que se inscrevia a proposta de nacionalização do teatro (que de resto foi aprovada até por correligionários do deputado Cairo, embora depois, manipulados ou não — eles é que sabem — viessem combater-lhe...), proposta tendente a libertar o nosso teatro de degradantes servidões económicas — que utilizam a máscara de uma falsa liberdade para man-



Luiz Francisco Rebello

ter os privilégios e prolongar a exploração. Ora, sendo estas as coordenadas que definiam a linha de acção da comissão — é evidente que nunca poderia ela dar o seu aval a programas como o «TV-Palco», em que se dava cobertura aos «mais espúrios produtos do teatro comercial» (cito de novo Carlos Porto), o que era uma forma de anular, na prática, os esforços da comissão em prol da elevação do nível cultural do povo português através do teatro. E para assim pensar, a comissão não precisava de ser «manipulada»: todos os meus companheiros que dela fizeram parte estão acima desta miserável suspeita.

E, a propósito do «TV-Palco», não deixa de ser instrutivo frisar que o «monolitismo político» denunciado por Cairo (e seus apaniguados) permitiu a coexistência de Cairo e Artur Ramos na RTP — ao passo que o tão apregoado «pluralismo» levou ao afastamento de Ramos deixando lá ficar apenas Cairo. O menos que se pode dizer é que estamos perante um «pluralismo» bastante... singular!

A segunda alusão, que me é especificamente dirigida, aparece formulada em termos obliquos: para justificar a sua colaboração prestada à Câmara Municipal de Lisboa antes do 25 de Abril, o deputado-actor pergunta se «as fichas informativas» de Carlos Porto «não indicam quem tomou a direcção do Teatro Municipal de S. Luiz também a convite do mesmo fascista presidente da C. M. L.». Já agora, já que o seu processo de defesa é o ataque a terceiros («truque própriodequemtema consciência pouco limpa», observa Carlos Porto), por que não ter dito claramente que fui eu? Mas, dito isto, faltava dizer o resto: que só aceitei o convite sob a expressa condição de serem «criadas as condições necessárias para a realização do programa» por mim apresentado (ou seja, a aprovação de um relatório que incluía

obras de Régio, Witkiewicz, Tchekov e Genêt), e que, ao não serem as mesmas cumpridas logo após o primeiro espectáculo (constituído por uma peça de Régio cuja proibição conseguiu que fosse levantada), lógica e coerentemente apresentei a minha demissão — no que fui acompanhado por todos os que estavam ligados a esse programa, e designadamente o próprio Artur Ramos. Sobretudo, faltava dizer que a proibição da peça de Witkiewicz, quase em véspera de estreia, incidente decisivo para que eu devolvesse a direcção do Teatro, determinou um enérgico protesto assinado por 170 intelectuais, artistas e jornalistas, entre os quais não figurava o actor Igrejas Cairo, que o não assinou para não pôr em perigo o lugar que dois anos depois, em 24 de Abril de 1974, ainda exercia na Câmara Municipal de Lisboa... Se tivermos presente que, depois disto, o programa «TV-Palco» atravessou incólume os sucessivos Governos provisórios (incluindo esse tão caluniado V Governo) e ainda hoje se mantém — teremos de concluir que, aos seus dotes de actor e deputado, Cairo junta ainda os de equilibrista...

Aqui terminaria, se uma nódoa excrescente não manchasse ainda mais o arrazoado de Cairo: a referência ao MUTI e às «exaustivas horas extraordinárias (por certo pagas a dobrar)» a que segundo ele, os seus aderentes teriam sido «obrigados» pelo «golpe orquestrado em defesa de posições que estão a ser alvo de inquérito quanto a possíveis actividades contra-revolucionárias no 25 de Novembro». Como elemento — que me honro de ser — do Secretariado deste movimento unitário, não posso deixar passar sem um indignado protesto esta «infâmia», esta «insinuação rasteira», próprias de quem se habituou a proclamar, aos quatro ventos do País, que «uma nota de quinhentos não se pode deitar fora» e julga os outros por si.

Mas poderíamos exigir do actor-deputado-equilibrista que compreendesse uma Revolução com a qual não tem, obviamente, nada que ver?

Grato pela publicação deste esclarecimento no seu prestigioso jornal, em cujas colunas continua a pulsar bem vivo, o espírito do 25 de Abril, creia-me, Senhor Director, com as minhas mais efusivas saudações.

LUIZ FRANCISCO REBELLO



A poesia é uma arma que Agostinho Neto também empunhou pela libertação da sua pátria

## RECITAL EM HOMENAGEM DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

Num recital de poesia, em homenagem à República Popular de Angola, serão interpretados poemas de Agostinho Neto, Alda Lara, Alexandre Dáskalos, Fernando Assis Pacheco, Aires de Almeida Santos, António Cardoso, António Neto, António Jacinto, João Maria Vilanova, Costa Andrade, Cândido da Velha, David Mestre, Ernesto Lara Filho, João Carneiro, Viriato da Cruz, Fernando Grade, Maurício de Almeida Gomes e Isolanda Morazzo.

O recital realizar-se-á amanhã, na sede da Associação Portuguesa de Escritores, na Rua do Loreto, pelas 22 horas.

A homenagem é uma iniciativa dos poetas David Mestre e Fernando Grade, que interpretarão os textos dos referidos autores, alguns deles com importância mais do que relevante na poética angolana da resistência.

Um trio de música africana acompanhará a leitura dos poemas, apresentando também alguns números individualizados.

## Cornucópia prepara tragédia chinesa

Uma tragédia baseada na novela longa «Ah Q», de Lu Sun, está a ser ensaiada pelo Teatro da Cornucópia, que conta estreitar o espectáculo em Fevereiro.

A dramatização de «Ah Q» é um trabalho conjunto dos franceses Bernard Chartreux e Jean Jordheuil, que nada escamotearam à trama narrativa: a história de um aldeão despojado de tudo — dinheiro, mulher,

nome — e que assim se defronta com a terrível realidade da Revolução de 1911.

Lu Sun, «herói nacional» para a China Popular (mas alvo de incompreensões durante a Revolução Cultural), está traduzida em português precisamente com «Ah Q» (Portugália, Livro de Bolso) e também com um conto (in «Contistas da China Popular», Publicações Dom Quixote).



Pasolini actor (no seu «Decamerone»)

## Proibido de novo em Itália

### Último filme de Pasolini leva produtor ao tribunal

ROMA, 14 (FP) — Menos de um mês depois de ter sido autorizado, «Salo ou os 120 dias de Sodoma», o último filme de Pier Paolo Pasolini, é proibido e processado.

O substituto do Procurador da República de Milão, baseando-se numa queixa da Associação Nacional dos Caçadores Alpinos, ordenou, com efeito, na terça-feira, a apreensão de «Salo», que estava a ser projectado em três cinemas da capital da Lombardia. Para o magistrado, o filme é «obsceno» e constitui «um ultraje às Forças Armadas».

Segundo a lei italiana, esta apreensão provoca automaticamente a proibição da projecção do filme em todo o território italiano.

O substituto do Procurador decidiu, por outro lado, que o julgamento decorrerá de forma «acelerada», sendo réus o produtor e o distribuidor do filme.

Há dias, a Associação Nacional dos Caçadores Alpinos enviara ao produtor dos «120 dias de Sodoma» um telegra-

ma em que protestava contra a «utilização blasfematória» do seu hino num filme consagrado, segundo a mesma Associação, a «exercícios eróticos».

«Salo» fora proibido, em primeiro lugar, pela Comissão de Censura Italiana, que afirmava que «o público italiano não tinha maturidade suficiente para tal espectáculo». Esta decisão provocara viva polémica em Itália e, depois de um recurso do produtor, a Comissão autorizou a sua projecção.

**MARIA VITÓRIA**

TODOS OS DIAS  
Às 20.30 e 22.45

Não aconselhável a menores de 18 anos

**FORÇA, CAMARADA ZÉ!**

O espectáculo mais discutido do momento constantemente interrompido com aplausos!



Salvador, em «A Batalha da Produção»

Salvador • Florbela Henrique Santana

Vitor Mendes  
Carlos Gonçalves

Atracção:  
Cidália Moreira

LOURDES LIMA \* DANIEL GARCIA \* ODETE ANTUNES \* NELA DUARTE \* IGOR SAMPAIO \* AIDA GOUVEIA à frente de um grande elenco e de um corpo de baile internacional

AOS DOMINGOS E FERIADOS  
«MATINÉE» ÀS 16 HORAS  
Às 2.ª-feiras: Descanso da Companhia

**Teatro Maria Matos** A RTP APRESENTA

«SCHWEYK NA II GUERRA MUNDIAL» de Bertolt Brecht

**RAUL SOLNADO** no protagonista

Todos os dias às 21.30 horas — Domingos «matinées», às 16 horas. Segunda-feira — Descanso da Companhia

Bilheteira Tel.: 897017  
A.B.E.P. Tel.: 328823

Não aconselhável a menores de 13 anos

## Televisão

## Canal da Crítica

## O ANTICOMUNISMO E A QUEM SERVE

A arma política e ideológica do imperialismo chama-se anticomunismo.

Já nestas colunas tive ocasião de dizer isto, razão pela qual me acusam alguns de utilizar a crítica como veículo ideológico. Gostariam esses alguns que me afastasse dessas coisas para me ocupar da «verdadeira crítica» coisa que nem eu nem ninguém sabe o que seja. Gostariam esses que, face a um monstro que nos come, me limitasse eu à qualidade dos talheres — e quanto ao mais silenciasses.

A este respeito contarei em duas palavras a história daquele padre italiano em cuja paróquia se desencadeou um movimento grevista contra as condições desumanas em que trabalhavam as operárias — algumas delas grávidas e compe-lidas a cumprir tarefas violentas. O padre, na homilia, solidarizou-se com os grevistas e usou de grande severidade — nos quadros da coerência evangélica — para com o patronato.

Crentes «apartidários» confundiram ao bispo e este vá de repreender o apóstolo por fazer política dentro da igreja.

— E se eu me calasse — responde-lhe o padre — Se eu me calasse, não estaria também a fazer política?

Qual foi o parecer do bispo, não sei. Sei que as pessoas conscientes do perigo anticomunista, quando se calam, estão a fazer o jogo do imperialismo.

## MAIS UMA GRANDE VITÓRIA DO TEATRO

A peça que a Televisão nos deu, dividida em dois serões consecutivos (medida correcta, por razões várias), reflecte uma das mais abomináveis épocas do anticomunismo.

Em 1949, a América sabe que perdeu o monopólio atómico, que a União Soviética está na posse da terrível arma. O capitalismo americano fica em estado de choque. Para além de perder o trunfo da chantage, o imperialismo teria de reconhecer o alto grau de desenvolvimento científico e tecnológico da Pátria do Socialismo, o que deitava por terra toda a teoria de que os americanos é que sim (oh yes!) enquanto os soviéticos, coitados, uns atrasadinhos... E lá se ia o mais valioso trunfo da arma anticomunista de então...

Para evitar isso, só havia um processo: demonstrar que a União Soviética roubava os planos da bomba atómica aos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, o argumento servia para justificar a impossibilidade de uma acção vitoriosa contra o povo da Coreia do Norte e para esconder todos os fracassos das forças ianques nessa frente.

A caça aos comunistas empreendida pelo senador McCarthy assumiu proporções aterradoras. O anticomunismo desencadeado era bom para cobrir a campanha bélica e proteger os grandes interesses monopolistas. Faltava-lhe o espí-rio que «entregara» os segredos atômicos aos soviéticos. Os culpados foram encontrados nas pessoas do casal Rosenberg, ambos progressistas, ele acusado de pertencer ao Partido Comunista Americano, ela militante sindicalista. Uma segunda edição do caso de Sacco e Vanzetti...

Dos processos utilizados, das infâmias, da desumanização, da organização sistemática da mentira e do cinismo, da manipulação das grandes massas através dos órgãos de Informação (a grande imprensa e a TV), disso tudo tivemos nós ciência através da peça de Alain Decaux. Não irei cair em qualquer exagero se disser que, com estes serões teatrais, atingiu a Televisão

portuguesa um inegável triunfo popular, talvez dos maiores de sempre. A provar que, afinal, a qualidade rende.

Qualidade que se manifestou na interpretação, com menção especial, se me permittem, para Lia Gama, António Marques e Canto e Castro. Qualidade que se manifestou na realização de Oliveira e Costa, que mostrou como se traduz para a Televisão o teatro de palco.

Esta emissão poderá ter tido o grande mérito de reconquistar para o teatro as grandes audiências que eram as suas. Que o haja feito estando com elas e não contra elas — eis um pormenor riquíssimo a não perder de vista.

## AS RAZÕES SÃO OUTRAS

O nosso público apercebeu-se, creio-o bem, de que, neste caso Rosenberg, não se tratava de uma simples injustiça, ocasionada por um acervo de circunstâncias infelizes. Apercebeu-se de que se tratava de uma injustiça organizada, uma operação de classe, embora sem classe nenhuma. Se aos réus se acena com o perdão, caso se decidam a confessar uma acção que não cometeram, é porque ao imperialismo, ao seu jogo, a peça essencial consistia na confirmação de que o êxito soviético fora possível graças à espionagem. O processo, na sua perspectiva, ultrapassava a realidade humana dos Rosenberg.

Durante o período do macartismo e como ouvimos ontem na peça, *os que não pensam como os outros são expulsos do emprego*. Peço aos meus leitores que não esqueçam estas palavras neste tempo nosso português em que algumas dezenas de trabalhadores são afastados dos seus locais de trabalho na RTP, na Emissora, no Rádio Clube Português e Postos Associados. Afastados

Por MÁRIO CASTRIM

aqueles trabalhadores por razões de ordem profissional? Claro que não. As razões são outras e bem outras, embora possam surgir mascaradas.

O que não admira. Entre nós, o Carnaval principiou mais cedo, este ano. Um Carnaval bem triste, a que é preciso urgentemente pôr cobro.

## ACORDAI ENQUANTO É TEMPO

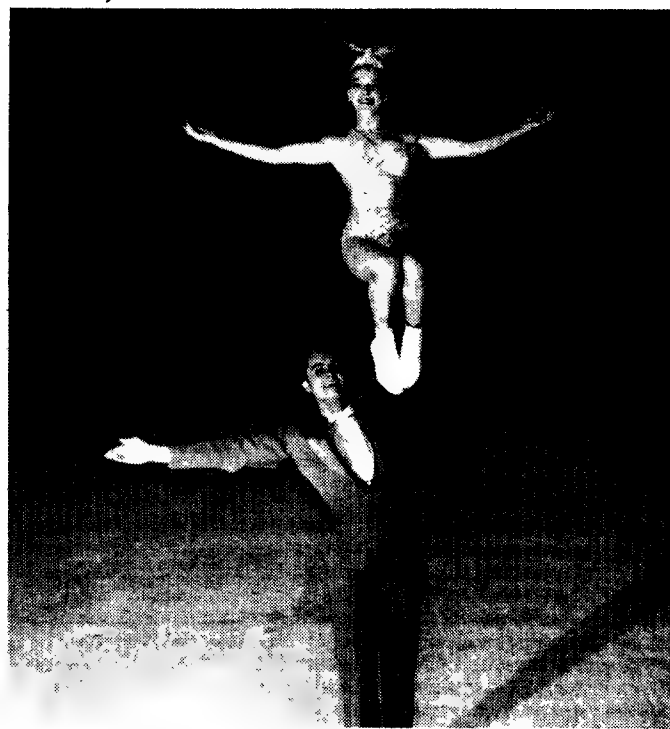
A luta contra o anticomunismo não foi nunca sistematicamente empreendida por intermédio da Televisão portuguesa. Bem pelo contrário. A Televisão portuguesa tem graves culpas no cartório, não apenas por crimes de silêncio e omissão, mas também por atitudes francamente activas. O acolhimento dado a grupelhos, com o alibi do pluralismo; as charlas e palestras onde abundam as alusões e as rasteiras; o anti-sovietismo a propósito de tudo e de nada, em particular a propósito de Angola; as atitudes face a determinados acontecimentos, como os ataques a sedes de partidos progressistas, a incêndios das matas, etc.; o microfone e câmara ao dispor de ataques directos e desavergonhados, etc., etc.

Curiosamente, em nome das actuais maiorias na Constituinte, esquecem-se na Televisão de quem tinha a maioria de presos nas masmorras do Salazar... Curiosamente parou na Televisão portuguesa, estancou a fonte (que chegou só a pingar, mas enfim...) da história da resistência antifascista.

Curiosamente? Não. Criminosamente. Deixemo-nos de enfemismos... O anticomunismo, hoje, é uma arma contra a democracia, contra as conquistas do nosso povo. Que a lograr êxito devorará mais tarde quem o protege agora.

Acordai, ó gente!

## Hoje



Patinagem Artística

## I PROGRAMA

- 19.00 Abertura e «Era uma Vez... Três» — «Os Irmãos» — uma história de António Torrado,  
19.25 Desenhos Animados  
19.45 Documentário  
20.15 Vamos Jogar no Totobola — os prognósticos para o próximo concurso.  
20.30 Telejornal — 2.ª edição — noticiário do País e do estrangeiro.  
21.00 Eurovisão — Campeonato da Europa de Patinagem Artística. Transmissão directa de Genebra das provas Figuras Pares.  
23.00 Telejornal — 3.ª edição

## II PROGRAMA

- 20.30 Abertura e a série «Os Robinsons Suíços»  
21.00 Recital — pelo pianista Daniel Arpaio.  
21.30 «Callan» — série de espionagem com alto teor de realismo, e na qual Callan é o espião de bons sentimentos. O actor Edward Woodward é o protagonista.  
22.30 Telejornal — em diferido a edição transmitida no I Programa as 20 e 30.



## Amanhã

## I PROGRAMA

1.º Período — 12.45: Abertura e Da Saúde e da Vida; 13.00: Vivendo o Futuro — locução de Gina Esteves; 13.15: Telejornal — 1.ª edição; 13.30: «O Golfinho Branco» — série filmada; 14.00: Logo à Noite — cartaz dos cinemas e teatros de Lisboa e Porto e da TV; 14.10: Ciclo Preparatório TV — 14.10: Língua Portuguesa (1.º ano); 14.35: Matemática (2.º ano); 15.00: Francês (1.º ano); 15.25: Ciências da Natureza (2.º ano); 15.50: Educação Visual (1.º ano); 17.10: Matemática (1.º ano); 17.35: Língua Portuguesa (2.º ano); 18.00: Trabalhos Manuais (1.º ano); 18.25: Francês (2.º ano); 2.º Período — 19.00: Programa produzido pelo Departamento de Programação Juvenil e Infantil; 19.30: Momento Desportivo; 20.00: Com todas as Letras; 20.30: Telejornal — 2.ª edição — noticiário do País e do estrangeiro; 21.00: «Les Tibault» — 1.º episódio — 2.ª parte; 22.00: Temas e Problemas — rubrica apresentada pelo Departamento de Programação Político-Sociais; 23.00: Telejornal — 3.ª edição; 23.15: Fecho.

## II PROGRAMA

20.30: Abertura e Da Saúde e da Vida; 20.45: Vivendo o Futuro; 21.00: Eurovisão — Campeonato da Europa de Patinagem Artística; 23.30: Telejornal; 00.00: Fecho.

OLEOS, AGUARELAS e DESENHOS

## LEILÃO

AMANHÃ 5.ª FEIRA, ÀS 21 H., NA N/SEDE  
AV. DUQUE DE LOULÉ, N.º 1 - A

Para venda pela maior oferta de colecção particular  
de quadros de autores contemporâneos, dos quais salientamos apenas:

Abel Salazar — Malhó — Tomasini — Stuart —  
Joaquim Costa — Benvindo Ceia — Ezequiel Pereira — Manuel Pavia — Alberto Souza — Roque Gameiro — Visconde Menezes — Jorge Colaço — M. Adelaide Lima Cruz — Anjos Teixeira — Conceição Silva — Ramalho — José Campas — Figueiredo Sobral — Taborda — Manuel Tavares — Dias Sanches — e outros num total de 150 lotes.

EX EXPOSIÇÃO AMANHÃ, DAS 10 AS 13 E DAS 15  
AS 19 HORAS

(CATÁLOGO EM DISTRIBUIÇÃO NO LOCAL)



## PUB

## SINDICATO DOS TRABALHADORES NA HOTELARIA, TURISMO, RESTAURANTES E SIMILARES DO SUL CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os delegados sindicais, ao abrigo do art.º 60, para efeito do art.º 59, para assembleias sucessivas a realizar na sede do Sindicato, na nova sala de reuniões, nos dias 14, 15 e 16 de Janeiro, respectivamente, 4.ª, 5.ª e sexta-feiras, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO ÚNICO: — Discussão do anteprojecto de revisão do C.C.T.

NOTA: No dia 14 e seguintes o n.º 3 da O. T. passa a ser ponto único. Todos os camaradas que possuam a brochura do CCT actual devem trazê-la a fim de a poder comparar com o anteprojecto de revisão.

Saudações Sindicais  
A DIRECÇÃO

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV  
CLÍNICA DE TELEVISÃO  
E ASTRONAUTA

COM RÁDIO TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA  
Deslocação e orçamento grátis

Telefs. 72 27 86 - 83 42 71

Avenida S. João de Deus, 13-B - Ru'í Macau 8

# Desporto

## Joaquim Meirim:

# Sonhos, ilusões e alguns segredos

Joaquim Meirim em mangas de camisa: foi assim que um dia destes conversámos, na sua escondida casa numa rua da cidade do Porto. Sem telefone (a poder interromper o diálogo de algumas horas) sem ninguém: a poder incomodar a conversa entre dois amigos, durante um jantar em sua casa, canja e galinha de fricassé saídos da sua arte de cozinhar.

Não gosto de almoçar ou jantar em restaurantes; estamos sempre a ser reconhecidos, sempre a ser olhados e nunca estamos sossegados. Por isso viemos aqui para casa, onde ninguém nem nada nos incomodará.

O início da conversa foi o Salgueiros:

O Salgueiros está a fazer uma carreira sensacional: tão sensacional e imprevisível que

Entrevista por

ORLANDO DIAS AGUDO

anda já a fazer sonhar alto a massa associativa. Que quer (já) o título. Ora, isso não é possível. Em primeiro lugar, porque na zona existe um Varzim que está cheio de vedetas e de jogadores que têm a rolagem e a experiência da 1.ª divisão; depois, porque o Salgueiros não tem jogadores que reamem. Há falta de pontas-de-lança, até na selecção.

O Salgueiros está a fazer um bonito campeonato, está ainda invencível, mas o seu posto, neste torneio, será um 7.º ou 8.º lugar. É bom que os sócios

e simpatizantes do Salgueiros interpretem esta verdade: o que nos está a fazer falta é, precisamente, uma derrota.

Uma derrota que, no entanto, teima em chegar:

É verdade. Mas, isso deve-se, sobretudo, ao espírito de equipa dos rapazes. São todos humildes, não há vedetismo na equipa e todos jogam como se fossem irmãos. Esse, o grande trunfo; talvez o grande segredo do êxito arrecadado até agora.

## ATLÉTICO

Sabe que eu, quando enumeiro os clubes que já treinei, nunca cito o Atlético? E há uma forte razão para eu ignorar que passei pelo meu clube de Alcantara-Santo Amaro. Eu era sócio do Atlético quando, um dia, me convidaram: não apenas para treinar a equipa de futebol do clube, mas, também, para estudar uma reestruturação completa da secção de futebol. Durante algumas semanas imaginei um belo sonho: começar com 800 miúdos numa escola, dessas oito centenas escolher dez por cento e garantir a esses jovens um jogo semanal, para lhes abrir o caminho da competição. Essa escola, todos os anos seria «regada» com a chegada de novos jogadores, enquanto os mais aptos (retirados desses dez por cento) iam crescendo, e jogando, e cimentando em si a ideia do conjunto, do espírito de equipa. Quando chegassem a juniores, estavam já todos «casados» entre si, vivendo como irmãos. E quando fossem seniores, essas qualidades ainda ficavam mais sublinhadas. Era um bonito plano que (até) nem custava muito dinheiro. Mas o clube queria, também, um plano a curto prazo. Por isso viajei pelas províncias que melhores jogadores dão ao futebol português: o Ribatejo (homens duros, valentes) a zona sul do Tejo (tradicionalmente fomentadora dos melhores atletas portugueses). Não fui ao Algarve, onde os rapazes são moles por razões climáticas; como não



Meirim: o levantar do pano sobre certas histórias

fui a outras zonas, que, por outros motivos, não podem fornecer bons atletas. Na Amora «descobri» um guarda-redes de largo futuro, conversei com ele, convidei-o para ir para o Atlético e ele estava disposto a isso. Chamava-se José Henrique... E como falei com esse miúdo (17 a 18 anos na altura) falei com muitos outros: nomes que são hoje conhecidos como primeiras figuras do futebol português.

Porém, um dia, os dirigentes do Atlético falaram-me no Libânio e no Matateu: que os iriam contratar e queriam a minha opinião. Disse-lhes que não queria, que preferia os miúdos que já lhes tinha indicado. Foi então que o presidente do clube me foi «visitar» ao relvado da Tapadinha, durante o treino. Mandeí-o sair do campo: falava com ele depois do trabalho. Ele foi ter comigo ao meu gabinete e recebi-o com o boné de trabalho na cabeça.

Conversámos, defendemos pontos de vista. À noite fui chamado à reunião da Direcção. O porta-voz declarou que o presidente não havia achado bem que eu lhe tivesse falado de chapéu na cabeça.

Foi o fim da minha carreira no Atlético. O plano a longo prazo ficou na gaveta e será a grande desilusão da minha vida. Porque nunca mais o consigo realizar. De Alcantara fugiu José Henrique e todos os demais; ficaram Libânio e Matateu.

## GIL VICENTE

Os anos rodaram. Joaquim Meirim passou a ser um nome em foco. Principalmente quando ou após treinar o Belenenses. Ficou famoso pelas suas declarações aos jornais. Quando dizia que ia ganhar o campeonato, sabia perfeitamente que isso era impossível. Mas os jogadores precisavam de saber que o seu orientador confiava neles. Os jornais, como os jornalistas, ajudaram-me muito nessa tarefa de mentali-

zar os jogadores do Belenenses para tarefas de que eram capazes. E o tesoureiro de Belém também sentiu bem a minha passagem pelo Restelo. Em poucas jornadas já conseguia somar verbas de receitas que o clube não conseguia há muitas épocas.

O caso mais recente de Meirim é o Gil Vicente...

É verdade. Uma experiência que também tem muito que contar. E repare: eu já não sou o mesmo treinador que uma vez esteve no Belenenses e proferia «coisas doidas» para os jornais. Hoje, o Joaquim Meirim que está calmamente a conversar e a jantar consigo, no recanto desta casa perdida do Porto não quer a fama, o nome nos jornais, o reconhecimento fácil nas ruas. Aprendi muito; mais, talvez, do que ensiniei. Hoje, guardo para mim a tranquilidade de um lar, a monotonia de uma vida vivida a sós.

Todavia vou contar-lhe, embora a traços largos, a história da minha passagem por Barcelos: um dia, apareceu-me em Lisboa um senhor vindo de Barcelos que se dizia presidente do clube e que me queria contratar. A equipa estava mal e era necessário eu ir lá dar um empurrão. Disse que sim, que iria, se me pagassem, logo ali o vencimento do primeiro mês: 60 contos. No dia seguinte estaria no hotel de Barcelos, onde o clube se responsabilizava pelo pagamento da minha hospedagem (dormida, pequeno almoço e jantar, sem bebidas alcoólicas). Acharam muito. Acharam muito e, além disso o presidente do Gil Vicente não havia trazido os cheques. Nada de importante, já que iria regressar nessa mesma noite a Barcelos, eu na manhã seguinte, iria ao meu Banco levantar um cheque de 60 mil escudos. Se ele depositasse em Barcelos essa quantia, na minha conta, o cheque teria cobertura e, se tivesse, eu na mesma tarde seguiria pa-

ra Barcelos. Na manhã seguinte fui ao Banco, e os 60 contos estavam lá. Fui imediatamente para Barcelos, onde o trabalho começou e se conseguiu safar a equipa da zona perigosa em que se encontrava.

Para a época seguinte, queria mais: ganhar (se possível) a zona. Eu poderia excursionar em busca de «bons jogadores». Fui ao Brasil, à Argentina, a quase toda a América do Sul. Trouxe alguns jogadores que me pareceram em condições de servirem ao Gil Vicente. Chegámos aos fins de Agosto — primeiros treinos, primeiros jogos e logo a seguir, os primeiros frios. Você conhece Barcelos? Não? É que, se conhecesse ficaria a compreender a razão da súbita quebra de forma da maior parte desses jogadores que custaram 600 contos. Vieram os primeiros comentários azedos: «que afinal, de contas, os «cráques» não eram tão bons como eu havia dito». Esqueceram o Inverno de Barcelos, a inadaptação que é sempre de admitir. Não demorou Yazalde três anos para se adaptar a Lisboa, que é bem diferente de Barcelos?

Enfim: numa certa noite foi quebrado o compromisso contratual com o Gil Vicente. Ainda me devem o resto do contrato... Quanto aos brasileiros que custaram 600 contos, só dois deles renderam cerca de mil: Pedrinho e Marconi. Um mau negócio?

Joaquim Meirim, canja e galinha de fricassé saídas da sua arte de culinária e umas tantas horas de conversa amena. No fim, uma certeza: o Meirim de há alguns anos deixou de existir; em seu lugar está agora um homem do futebol que sabe mais da vida do que muitos outros mortais. Porque sofreu na carne a dura experiência de muitas aventuras.

Porque Joaquim Meirim gosta (agora) da solidão.

Por isso, Joaquim Meirim é agora um treinador tranquilo.

## Portugal

Efectuou-se um curso de ginástica rítmica desportiva, que foi dirigido pelo prof. Geny Teles e teve a participação de 72 nomes: Idalina S. Moreira, Ana Azevedo, Angelina da Silva, M.ª Ivone de Moura, M.ª Arminda Carvalho, M.ª Odete de Almeida, Alberto de Sá Rebelo, Dealina da Silva Santos, M.ª da Conceição Barroso, M.ª da Graça Guedes, M.ª Eugénia Leite, Eurico de C. Peixoto, M.ª Eugénia Felgueiras, M.ª João Simões, M.ª Luisa Pipa, M.ª Filomena Santos, Fernando da S. Rodrigues, M.ª Lasalette Bastos, M.ª Henriques Santos, M.ª Teresa da Fonseca, Filomena dos Santos, M.ª de Fátima Cunha, António da Silva Torres, Agostinho A. Costa, Dulcineia Loureiro, Alexandra Ladeira Matias, Isabel Cardoso Ferreira, M.ª da Conceição Finisterra, Albina Odete Fonseca, Rosa M.ª Cleto, Olívia Amorim Correia, M.ª Noémia Pinho, José C.O. Neto, M.ª do Sameiro Cardoso, Carlos Pessoa de Amorim, M.ª Gorete Fernandes, Lurdes Gaspar, Gabriela Guimarães, M.ª Aida Alves, M.ª Zaida Santos Dias, M.ª Isabel e Castro, Jorge P. Gil Mata, José Eduardo Moz Barbosa, Carolina Braga Barroso, Joaquim L. Martins Gomes, M.ª José da Silva, M.ª de Lurdes Correia Peixoto, M.ª Manuela Quirós, M.ª do Carmo Patrício da Costa, M.ª Lia Teles Grilo, Jovita M.ª Matias, M.ª da Conceição Moraes, Adelino Campos da Silva, M.ª da Conceição Moreira, Ivone Matos Ferreira, M.ª Bernardina Garcia, M.ª Engrácia Gonçalves, M.ª Júlia Ferreira, António Almeida Dias, Ana M.ª C. de Almeida, M.ª de Fátima de Sousa, Manuel Esteves Cruz Nery, António Costa Finisterra, Francisco Ferreira de Carvalho, Miguel Ribeiro Gomes, Alcides de Jesus, M.ª de Fátima Teixeira, Francisco António Júnior, M.ª Amália M. Guedes, Franklin de Carvalho, Hermenegildo Candeias e Isabel Silva Fernandes.

Igualmente teve lugar um curso de informação de minitrapolim, em que foram docentes Hermenegildo Candeias, Carlos Alberto Silva, Delfim Matos, Carlos Peixoto e o dr. Resende Barbosa. Completaram esse curso os 64 participantes que indicamos: Fernando da Silva Rodrigues, M.ª Ivone de Moura, Adelino da Silva, Gabriela Guimarães, Manuel S. Magalhães, Manuel H. Cruz Barros, Rosa M.ª P. Cleto, M.ª João Rebelo Simões, José Eduardo Moz Barbosa, Gregório Guisantes, Lurdes da P. Gaspar, M.ª Fátima de Sousa, Dulcineia Loureiro, António Pinto Silva, M.ª da Conceição Finisterra, Carlos António Amorim, Ricardo A. Santos Maia, M.ª Filomena S. Pires, Clemente Pereira Marques.

M.ª Arminda Carvalho, Carminda Malho, M.ª Zaida A. Santos Dias, Artur M. Romão Pereira, José António Pereira Mendes, M.ª Aida Cunha Alves, Judite Pereira Gomes, João José G. Caris, Isabel da S. Fernandes, Adriano M. M. Rodrigues, Elisabete C. A. Dias, M.ª Luisa da Mota, Belmiro de S. Godinho, M.ª de Fátima Teixeira, Angelina Dias Leite, M.ª da Conceição Moraes, Alberto de Sá Rebelo, M.ª da Conceição Barroso, Alberto Jorge C. Eiras, Carolina Braga Barroso, Serafim F. Castro Duarte, M.ª Júlia M. Ferreira, Eurico C. Peixoto, António da Silva Torres, M.ª Angélica Carvalho, M.ª Filomena dos Santos, António Pinto Carvalho, José Luis C. Ferreira, Idalina S. Moreira, M.ª José da Silva, António Costa Finisterra, Fernando Jorge Fernandes, Carlos Alberto de Carvalho, Luis Manuel Cascais, Francisco J.F. de Carvalho, João Filipe Regueiras, António Manuel Rebelo, M.ª Engrácia Gonçalves, Fernanda Amélia P. Gomes, António Vital e Silva, M.ª Silvia Anjos Mineiro, Alexandre Corte-Real,

Agostinho Alves Costa, António Fernando Dias e Eduardo J. Lima e Silva

A 25 do corrente, em Setúbal, vai realizar-se o campeonato de motonáutica da classe SE, referente a 1975.

Agrupamentos lisboetas inscritos para a disputa do nacional senior de voleibol da 3.ª Divisão, em conjuntos masculinos: Nucleo de Voleibol do Liceu Gil Vicente, União Sport Clube, Moura Atlético Clube, ISEL, Soc. M.R. Cruz Quebradense, G.D.P. Messa, Sociedade Ordem e Progresso, Grupo Desportivo «O Corunhense», A.A.A. Colégio de S. João de Brito, Sporting Clube das Caldas, União Recreativa Estrelas do Sassoires, Universidade Católica Portuguesa, Grupo Desportivo Estabelecimentos Caneira, Clube União Banheirense, Sport Clube Estrela, Nucleo Desportivo do Liceu Nacional do Barreiro, Sport Benfica Corvense, Grupo Desportivo e Cultural de Almada, Clube União Artística Benavente, Hockey Clube de Sintra e Ginásio Clube do Sul.

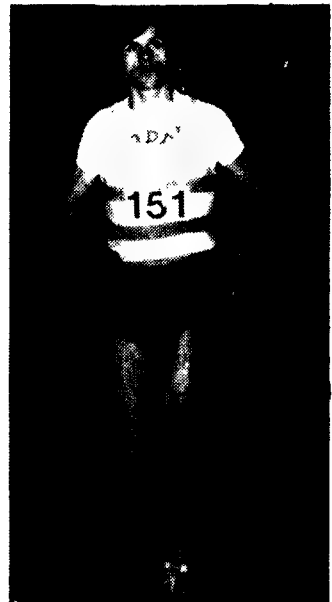
Concorrentes ao nacional de 2.ª divisão de seniores femininos, ainda em voleibol e na área referente à Associação lisboeta: Atlético Clube de Portugal, Almada Atlético Clube, Liceu Rainha D. Amélia, Soc. M. R. Cruz Quebradense, Josefa de Óbidos, Liceu de Oeiras e A. C. M. Por seu lado, para os campeonatos regionais de Lisboa, de juniores femininos, há 8 blocos inscritos: Liceu Filipa A., Liceu Filipa B., Liceu Nacional de Cascais, Instituto de Odivelas, Liceu Rainha D. Amélia, C. D. U. L., N. D. Liceu Nacional do Barreiro e Sport Lisboa e Benfica, enquanto em juniores masculinos a lista de concorrentes ficou assim elaborada: N. V. Liceu Gil Vicente A, N. V. Liceu Gil Vicente B, N. A. A. E. C. Veiga Beirão, Liceu Nacional de Cascais, C. D. U. L., Sport Lisboa e Benfica, A. L. E. M., Esc. Ind. Com. Afonso Domingues, U. R. Estrelas de Sassoires, Liceu Rainha D. Leonor, Almada Atlético Clube, N. D. Liceu Nacional do Barreiro e Clube União Banheirense.

Na 6.ª-feira: assembleia geral extraordinária dos associados do Clube Oriental de Lisboa. Na agenda: a remodelação da sede, a concretização do pavilhão gimnadesportivo, o momento da secção de vela e o estado do campo de futebol.

Boxe, 6.ª feira, no Parque Mayer: Mondim, José Luis, Realinho Galveas, profissionais e amadores na mesma velada. Recinto coberto. Mondim (que resistiu até ao 5.º assalto, ao «punch» do ex-campeão europeu Gitano Jimenez) a mostrar da razão por que quer fazer carreira lá fora.

Destruída há cerca de um ano por um incêndio, a nova sede do Clube de Campismo do Porto (organismo com mais de 3000 associados) vai ser inaugurada no próximo sábado, às 16 horas. Morada: Rua D. Manuel II, n.º 30 no Porto.

A D.G.D., em colaboração com a Federação de Andebol (e na sequência do Planeamento apresentado promoveu três acções para a formação de monitores, abrangendo oito associações regionais (Aveiro, Braga, Coimbra, Leiria, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu). Participaram 119 candidatos. Coube a vez, neste fim-de-semana, a Lisboa: onde se organizou um novo curso de monitores de andebol, no qual tomaram parte 50 pretendentes. O curso decorreu na Escola de Educação Física e no Centro de Estágio do I.S.E.F. (Cruz Quebrada).



Carlos Lopes: domingo em França («Cross Internacional de Chartres») e dia 25 em Espanha (Lazarte) a frente dos seleccionados pela Federação de Atletismo, dentro do plano de preparação elaborado por Moniz Pereira para representação olímpica

## Atletismo pelas ruas

Realiza-se no domingo, a partir das 10 da manhã, provas de corta-mato (equipas) que decorrerão nos seguintes locais: relvado da Torre de Belém, Estádio da Luz, Falagueira (Amadora), Alto dos Toucinheiros (Escola «Luís António Verney»), Nova Oeiras (junto do «Pão de Açúcar»), Mira Sintra (Aguilva-Cacém e Aveiras de Baixo). Cada conjunto concorrente deverá percorrer determinada distância, dentro de limites de tempo, de acordo com o que a seguir se indica:

7-8-9 anos: 1200 metros entre 9 e 12 minutos  
Infantis: 1600 metros entre 12 a 16 minutos  
Iniciados masculinos: 2600 metros entre 20 e 26 minutos  
Iniciados femininos: 2000 metros entre 15 e 20 minutos  
Juvenis masculinos: 3800 metros entre 24 e 32 minutos  
Juvenis femininos: 2500 metros entre 17 e 24 minutos  
Juniore e Seniores masculinos: 5100 metros entre 28 e 43 minutos

Juniore e Seniores femininos: 3200 metros entre 20 e 32 minutos

A organização pertence à delegação distrital da D.G.D., em colaboração com a Associação de Atletismo de Lisboa. Registe-se que, à mesma hora e no mesmo dia, em todas as cidades do País, decorrem provas idênticas, também organizadas pelas Delegações Distritais da D. G. D. de braço dado com as Associações Regionais.

## Lá fora

### MUITOS CUIDADOS

Protecção e segurança para os jogadores presentes na fase final do Campeonato Mundial de 1978 (na Argentina) exigiu a F.I.F.P. (Federação Internacional dos Futebolistas Profissionais) reunida em assembleia geral.

Nesta sessão assinalada pela eleição de Bobby Charlton para a presidência da «secção de jogadores», sendo o professor belga Roger Blancpain reconduzido na presidência da «secção administrativa» foi elaborado um caderno de reivindicações, que vai ser apresentado à F.I.F.A.

Uma moção aprovada pelos delegados chama a atenção da Federação Internacional de Futebol para as garantias que deverão ser dadas quanto à protecção e à segurança dos jogadores. Igualmente, participar na organização do Campeonato Mundial de 1978, em todos os seus aspectos.

Assistiram aos trabalhos Roger Blancpain (Bélgica), Jorge Santos e Oliveira (Portugal), Claudio Pasqualin e Sérgio Campana (Itália), Karel Jansen e Jansen Van Raay (Holanda), Gerhard Wiesner (R.F.A.), Bobby Charlton (Inglaterra) e G. Dunwoodie (Escócia).

Philippe Piat e Guy Lassalette (França) e Ignacio Prieto (Chile).

### ADEUS, FESTA

Os dirigentes do futebol britânico querem acabar com as «manifestações carinhosas» nos campos, banindo os beijos e os abraços entre os jogadores quando um gol é marcado. A «Comissão de jogos e campos», da Associação de Futebol, apresentou uma proposta nesse sentido, na qual adverte que os jogadores que insistem em tal prática devem ser acusados de «desacreditarem o jogo».

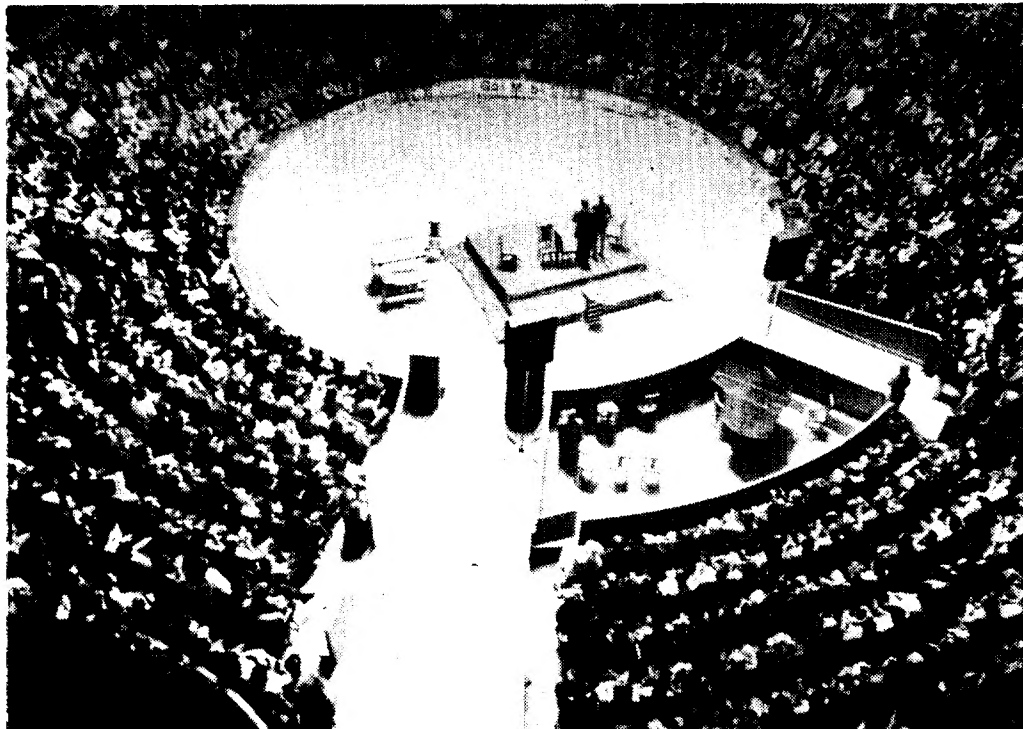
## Espectáculos



«Anda Pacheco!» (mas ele não foi)



«Amália: quis Deus que fosse...»



E o Coliseu dos Recreios estava quase a deitar por fora

Ontem no Coliseu: Amália, Herminia e o fado

## P'ró ceguinho ver algum

NEVES DE SOUSA (texto)

HERNANDO DOMINGUES (fotos)

A partir de ontem à noite Lisboa tem mais uma figura conhecida: chama-se Aníbal da Silva e tem praí quantos anos?

«Faço 57 a 20 de Abril, se lá chegar. Sim, que agora, já não me importo de desandar...»

Amigo Aníbal salta sobre a cacofonia e, enquanto no círculo largo Amália desafia o tempo, enrodilhando quatro mil pessoas na mesma voz que a tomou popular, conta:

«Nasci em Vale de Cambra. Sou gémeo com uma rapariga, a Maria Joaquina. Há outra, mais velha, a Maria Rosa. Mas essa não veio cá.»

O Coliseu inteiro debruça-se, espreita, sorve os versos do Gabriel marujo. Balbucia, deliciado, em acompanhamento, o «Há festa na Mouraria», salta para o «Havemos de ir a Viana», oscila entre o «Dolores» e a «Estranha Forma de Vida».

«Nem tenho forças pra nada». (Aníbal da Silva, sandálias, calças claras, bengala a escapulir-se para o chão). «Moro no Prior Velho, em Sacavém. Há 32 anos que bato palmas à dona Amália. Sabe? Inté já fui figurante. No Cinema, no Teatro, por aí... «Sangue toureiro», «Fado corrido», «Os três da vida airada». Na «Severa», no Monumental, entrava em cena: o sr. Assis Pacheco, que era o «Custódia», mandava-me logo embora, mas as pessoas viam-me. Agora sou eu quem está aqui. Neste palco.»

Abarca a sala com olhos viados.

### O TOSTÃO

«Récita de benefício», assim se chamaria, nos tempos de Rosa e Brasão, a «festa de homenagem» que fez acorrer às Portas de Santo Antão quatro dezenas de artistas convidados, alguns que ninguém pediu para lá irem, e sobretudo (o que mais interessava) o «pagode» que, ano a fio, espreita a oportunidade cíclica de ver no mesmo cartaz Amália e Herminia, as maiores do fado cá da terra. Razão do encontro: arranjar dinheiro para minorar o hoje, o amanhã, o dia-a-dia de Aníbal da Silva, aquele a quem Ápio Garcia (palestrante de turno) denominaria, sob os focos de luz, de «Custódia da Amália».

«Quanto vai receber, amigo Aníbal?»



Igor Oistrakh terá esta enchente?

«Sei lá. As contas são pra depois. Tenho aqui vales, tenho aqui dois contos e meio em dinheiro. Sei lá! Preciso muito de uns contitos, queria ver se me operavam à vista. Mas se calhar não dá.»

Três da madrugada: Amália não despreza do tablado, na bicha já estão «o professor Karma e sua «medium» Betty, os fenomenais, os maiores mentalistas do Mundo, os sábios cientistas» no dizer entusiasta e fora de si do apresentador. Karma e Betty que iriam descobrir tudo e mais alguma coisa, jurando «pela felicidade dos filhos» que não tinham ninguém «feito» com eles na vasta plateia.

Aníbal, sem elefantes (mas apoiado a dois camaradas da hora), continua a desbobinar, enlevado, todo ele suspenso dos cordelinhos por Amália:

«É uma santa. Fiquei cego quando me disseram que ela estava presa por causa da Revolução. Invejoso! Malandros! Ela é a maior, a única, a minha santa!»

Acrescenta, ouvidos em ris- te:

«Vê como ela canta?» Muda a agulha, com desportivismo, com diplomacia:

«Mas a dona Herminia também é muito grande. Ela e os outros grandes amigos que eu trouxe aqui. Só faltou o Cordeiro, mas não sabia onde ele morava...»

### O MILHÃO

Uma publicação («Jornal de Lisboa», em que Ápio Garcia é, entre outras coisas, «director, redactor, editor e proprie- tário») levou avante a festa a Aníbal. Que custou quanto?

«Comprei 180 jornais ao sr. Ápio. Ele também mandou fazer um milhão de prospectos.»

«Tantos?»

«Foi o que ele me disse. E veja: nem tive uma notícia na Rádio. Mas o poder da dona Amália, o poder de Deus... Estava tudo a meu lado!»

Encosta-se ao corrimão de acesso aos camarins e, para um imaginário interlocutor, alarga-se:

«Que Deus dê paz a toda a gente. Somos todos filhos de Deus, não é? Somos todos irmãos, não acha?»

Lá em baixo Amália continua:

Tive a mesma condição Deste-me moldura de incenso Mas a tua vida, não.

Veio a adivinhação do que havia nas carteiras, pelo mágico Karma. Mais veludos, mais

rendas, mais palmas. E veio Herminia, braço dado com Elisa de Guisette, que conhece de cor todos os cantos do Coliseu. Veio o Nelo, a Esmeralda, a Cidália. Vieram mais, muitos, sem travar. Mas, para toda aquela gente que esta manhã tinha trabalho na folha deban-

dada a principiar, papo cheio com o «Há ginja com elas», com o «fado yé-yé», com a «Outra Mariquinhas».

Aníbal, a um canto, corpo em terra e sonhos no espaço, continuava: com aqueles olhos que nada vêem, a fixar tudo muito bem fixadinho.

### PUB

## SINDICATO DOS TRABALHADORES GRÁFICOS DO SUL E ILHAS ADJACENTES

Rua da Barroca, 107, 1.º — LISBOA

### REUNIAO GERAL DE SÓCIOS

#### CAMARADAS:

A direcção face à situação política diz NÃO AO CAPITALISMO face às medidas ANTIOPERÁRIAS e ALERTA a classe gráfica e todos os trabalhadores em geral pelas medidas antioperárias que o VI GOVERNO e o CONSELHO DA REVOLUÇÃO tomaram em defesa do Capital.

O CONGELAMENTO DA CONTRATAÇÃO E O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA, além de outras medidas defendidas por quem nos quer governar à força, só vêm favorecer os Senhores do Capital interno e externo conforme se vem notando após o 25 de Novembro.

A classe operária, e seus aliados, organizada demonstrou na prática como se avança para a DEMOCRACIA RUMO AO SOCIALISMO, mas os capitalistas e latifundiários com os seus agentes estão a conseguir a Hegemonia Perdida com o 25 de Abril, demonstrando na prática como se avança para o CAPITALISMO RUMO AO FASCISMO.

A Direcção considerando o agravamento da situação política participa que 5.ª feira, dia 15/1/76, pelas 21 horas, haverá uma reunião geral de sócios na sede do Sindicato com a seguinte

#### ORDEM DE TRABALHOS

- AUMENTO DO CUSTO DE VIDA
- CONGELAMENTO DE SALÁRIOS
- REFORMA AGRÁRIA
- CONTROLO OPERÁRIO
- PREVIDÊNCIA
- ORGANIZAÇÃO

A classe em conjunto tomará as posições que achar necessárias face às medidas ANTIOPERÁRIAS e ANTIOPOPULARES que o VI GOVERNO e o CONSELHO DA REVOLUÇÃO decretaram, e convida todos os trabalhadores a estarem presentes na Concentração-Cómicio que os Sindicatos estão a organizar e que se efectue no Estádio 1.º de Maio, dia 17/1/76, em Lisboa.

#### GRÁFICOS NO SINDICATO

TRABALHADORES UNIDOS NO ESTÁDIO 1.º DE MAIO TODOS CONTRA AS MEDIDAS ANTIOPERÁRIAS E ANTIOPOPULARES NÃO AO AUMENTO DO CUSTO DE VIDA NÃO AO CONGELAMENTO DA CONTRATAÇÃO UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS

A DIRECÇÃO

### PUB

## SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA COMUNICADO N.º 1

Nos diversos órgãos de informação têm sido publicados anúncios nos quais aparece o Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa subscrivendo o apoio à manifestação convocada para o dia 17 de Janeiro, contra o Congelamento das Contratações Colectivas e contra o aumento do custo de vida. O mesmo acontece em manifestos e comunicados amplamente distribuídos.

Informamos que a subscrição desse apoio é da responsabilidade da Ex-Comissão Directiva Provisória substituída em 12-1-76 pela Direcção eleita em 8-1-76.

Informamos ainda que nos desvinculamos dessa manifestação conforme comunicado n.º 2 que juntamos em anexo.

Lisboa, 13 de Janeiro de 1976

A DIRECÇÃO

NOTA — O comunicado em referência está a ser distribuído aos trabalhadores associados e órgãos de informação e encontra-se nas instalações do Sindicato na Rua Braamcamp, n.º 9.





## Teatros de serviço

### LISBOA

#### TURNO A-1

#### TODA A NOITE

**ALCANTARA**  
Bairro, R. Prior do Crato, 25 (T. 661321)

**ALVALADE**  
Lusitana, Av. de Roma, 18-A (T. 735443); Rio de Janeiro, Av. Rio de Janeiro, 4-C (à Av. dos Estados Unidos da América) (T. 721409)

**AVENIDAS NOVAS**  
Sa da Bandeira, R. Marquês Sa da Bandeira, 36-42 (T. 41961/54672)

**BAIRRO ALTO**  
Pinharanda, R. da Rosa, 94-96 (T. 321534)

**BAIRRO DA ENCARNACÃO**  
Ascens., P. Norte, 11-A (T. 311216)

**BAIXA**  
Silva Carvalho, R. dos Fanqueiros, 126 (T. 326575)

**CAMPOLIDE**  
Ronil, R. Rodrigo da Fonseca, 153 (T. 683438)

**CAMPO DE OURIQUE**  
União, R. Saraiva de Carvalho, 145-F (T. 663643)

**ESTEFÂNIA**  
Estefânia, R. Pascoal de Melo, 90 (T. 44438)

**LAPA**  
Neves, R. da Bela Vista à Lapa, 37 (T. 661251)

**LUMIAR**  
Douro, Al. das Linhas de Torres, 93-A/B (T. 791131)

**PENHA DE FRANCA**  
Carrondo, R. Padre Sena de Freitas, 10-A (T. 842518)

**PICHELEIRA**  
Marluz, C. da Picheleira, 140-B (T. 720703/8395)

**SÃO VICENTE**  
Santo António, R. Leite de Vasconcelos, 72-C (T. 862333)

**XABREGAS**  
Conceição, C. de D. Gastão 30-32 (T. 381279)

#### TURNO A-2

#### ATÉ ÀS 22 HORAS

**ALMIRANTE REIS**  
Lusa, Av. Almirante Reis, 199-A (T. 41269)

**ALVALADE**  
Zil, Av. da Igreja, 9 D/E (T. 711780)

**AVENIDA DA LIBERDADE**  
Galénica, R. das Pretas, 12-14 (T. 322588)

**AVENIDAS NOVAS**  
Santa Maria, Av. 5 de Outubro, 288-A (à Feira Popular e Av. 28 de Maio) (T. 763016); Cardeira, Av. Duque d'Ávila, 32-C (esquina da Av. da República) (T. 43495)

**AMEIXOIRA**  
São Bartolomeu, Av. Paulo Jorge, 1 (às Galinheiras) (T. 790669)

**BELÉM**  
Gomes, R. da Junqueira, 326 (T. 638193)

**BENFICA**  
Benfiluz, E. de Benfica, 444-

A (T. 782606)

**CAMPOLIDE**  
Nova, R. de Campolide, 297-C (T. 687475)

**CAMPO DE OURIQUE**  
Pinheiro, R. de Campo de Ourique, 131-133 (T. 68660)

**CONDE BARA**  
Marcos do Nascimento, C. do Marquês de Abrantes, 36-A (T. 664238)

**OLIVAIS**  
Olivaís, R. Alves Gouveia, 19 (T. 311237)

**RATO**  
Soares, Av. Álvares Cabral, 1 (T. 684282)

### LINHA DE CASCAIS

**ALGÉS**  
Combatentes, Av. C.G. Guerra, 166 (T. 2113953)

**PAÇO DE ARCOS**  
Trindade Brás, R. Costa Pinto, 184 (T. 2432034). Toda a noite

**OEIRAS**  
Godinho, R. Cândido dos Reis, 98 (T. 2430090). Até às 22 horas

**NOVA OEIRAS**  
Leal, Até às 22 horas

**CARCAVELOS**  
Canal, Toda a noite

**S. DOMINGOS DE RANA**  
Godinho da Silveira, Av. Saboia, 29-B (T. 260085). Até às 22 horas

**PARDE**  
Brandão, Av. da República, 77-C (T. 2471054). Toda a noite

**MURTAL**  
Primavera, R. das Parreiras, 2 (T. 2472278). Toda a noite

**ESTORIL**  
Amoreira, Até às 22 horas

**MONTE ESTORIL**  
Lopes, R. Hangar, 3 (T. 260008). Toda a noite

**CASCAIS**  
A. Costa, R. Freitas Reis, 24-C (T. 280078). Até às 22 horas; Cordeiro, Av. C.G. Guerra, 40 (T. 280170). Toda a noite

### LINHA DE SINTRA

**AMADORA**  
Meio, P.D. João I, 9-B (T. 932756); Central, Av. Cardoso Lopes, 25 (T. 932210); Igreja, P. da Igreja, 22-A (T. 937740); Jardim, Av. Conde de Oeiras, 120 (T. 938424)

**DAMAIA**  
D. João V, Av. Gurgel do Amaral, 21 (T. 970461)

**QUELUZ**  
Queluz, Av. Miguel Bombardeira, 123-A (T. 951841)

**CACÉM**  
Garcia, Av. dos Missionários, 2 (Tel. 2942181)

**MEM MARTINS**  
Rodrigues Rato, T. 2912038

**S. PEDRO DE SINTRA**  
Valentim, Tel. 980456

SINTRA

Marrazes, Estefânia (Tel. 2930058)

**COLARES**  
Abreja, Tel. 299088

### OUTRA BANDA

**ALCOCHETE**  
Gameiro, L. António dos Santos Jorge, 15 (T. 234100)

**ALHOS VEDROS**  
Gusmão, R. Cândido dos Reis, 30 (T. 204020)

**ALMADA**  
Galeno, R. Capitão Leitão, 85-B (T. 2760565)

**BAIXA DA BANHEIRA**  
Aliança, E. Nacional, 178-B (T. 2040302)

**BARREIRO**  
Mascarenhas Neto, R. Almeida Garrett (T. 2076454)

**COVA DA PIEDADE**  
Rainha Santa, E. das Barrocas, 50-A (T. 2494182)

**MOITA**  
União Moitense, Av. Dr. Teófilo Braga (T. 239025)

**MONTUJO**  
Higiene, R. José Joaquim Marques, 142 (T. 2310370)

**SESIMBRA**  
Leão, Av. da Liberdade, 13 (T. 2233471)

**SETÚBAL**  
Lisboa, R. Dr. Paulo Borba (T. 22248); São, Av. Portela (T. 22709)

**SEIXAL**  
Soromenho, R. Paiva Coelho, 38 (T. 218560)

### PORTO

#### TURNO 23

#### ATÉ ÀS 22 HORAS

Pasteleira, R. André de Rezende, 92 Almeida Cunha, R. Formosa, 327; Contumil, R. de Contumil, 540; Sampaio, R. de Cedofeita, 636; Vaz Teixeira, R. do Heroísmo, 56; Costa Lima, Av. da Boavista, 855; Marques de Mendonça, R. do Ameal, 251; São Jerónimo, R. dos Santos Pousada, 622

**TODA A NOITE**  
Oriental, R. do Bonjardim, 727; Cardona dos Santos, R. de D. Manuel II, 90; Birra, P. da Liberdade, 125; Monte Cativo, R. do Monte Cativo, 444

**COIMBRA**  
Adriana, P. da República, 20 (T. 23609); Olivaís, R. Bernardo Albuquerque, 159 (T. 22804); Universal, P. 8 de Maio, 35 (T. 23744)

## cinemas

## cinemas

## cinemas

### CASTIL

T. 530194 15.30, 18.30 e 21.15

Interdito a menores de 18 anos

Muitíssimo atrevido  
2.ª semana

**METE O TEU DIABO NO MEU INFERNO!**

### IMPERIO

T. 555134 15.15 e 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

Inspiração na obra de Oscar Wilde

**A VIDA DE DORIAN GRAM**  
Com Helmut Berger e Richard Todd

Sessão Clássica - hoje  
"SE"  
Um filme de Lindsay Anderson

### ROYAL

T. 865037 15.15 e 21.15

M. 14 anos

**ATÉ MESMO OS ANJOS COMEM FEUJES**

### POLITEAMA

T. 326305 14.15, 16.30, 19.00 e 21.30

Interdito a menores de 18 anos  
**METE O TEU DIABO NO MEU INFERNO**  
Col. 2.ª semana

O "Sexo" Anda em Escape Livre

### VOX

T. 720808 Estreia às 21.15 h.

Não acons. men. 18 anos

**A REBELDE APAIXONADA**

### ROMA

T. 727778 15.30, 18.30, 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

**CONFISSÃO DE UM COMISSÁRIO**  
Um filme de Damiano Damiani



#### 1.º Programa

17.00 Conjuntos ligeiros  
18.00 Música portuguesa  
18.30 Temas sobre a condição de retornado

19.00 Cultura e actualidade, por Luis Pereira de Sousa  
19.30 Música brasileira  
20.00 Jornal da noite  
20.30 Melodias  
21.00 Música variada  
22.00 Consultório educativo  
22.30 Programa da noite, transmitido do Emissor Regional do Norte

00.00 Último jornal  
00.30 Retrospectiva  
01.00 Saída e encerramento dos Regionais do Porto, Norte 1, Coimbra, Faro, Guarda, Viseu, Ponta Delgada e Horta — **MÚSICA NA NOITE**

2.º Programa

18.00 Música portuguesa  
19.00 Selecção da ópera "A Africana", de Meyerbeer  
20.00 Intercâmbio musical  
20.40 "Concerto Patético", em mi menor, de Liszt  
21.00 Passagem do MF 2 a Estéreo intercâmbio musical  
21.32 Solos de cravo  
21.45 Música sinfónica  
22.29 Anúncio de despedida de Lisboa 2 e Norte 2  
22.30 Música ligeira variada  
00.00 Fecho

## BARES • BOITES

**RESTAURANTES**  
**UPPIS**

## DANCINGS

**NINA** Dancing com atracções. Rua Paiva de Andrade, 7-13 T. telef. 364859/368197. Tina, Strip-teaseuse

**CASINO ESTORIL** Jogo autorizado. Variedades internacionais. T. 261461/164526/264596/264621/264946

**Em S. PEDRO DE MUEL o DIÁRIO DE LISBOA vende-se no CAFÉ CENTRAL**

### CALEIDOSCÓPIO

T. 795093 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15

Para todos M/6 anos  
Walt Disney productions

**UMA ILHA NO TECTO DO MUNDO**

A aventura para além da imaginação  
6.ª Semana

### EDEN

T. 320769 21.15 h. Estreia

Int. a men. 18 anos

**A ESTALAGEM DO PRAZER**  
Um filme de Alvis Brummer

Hoje às 14.00, 16.30 e 19.00 h.

**O CAMPEÃO DOS BOXERS**

### ODEON

T. 326283 15.15, 18.15, 21.15

Interdito a menores de 18 anos  
7.ª semana de exibição total (colorido)

A comédia de sexo e de pecado à solta

**COMO CAÇAR UM MARIDO**  
Contém cenas eventualmente chocantes  
Um festival malandricas "secretas"

### APOLLO 70

T. 763319 14.00, 16.30, 19.00, 21.15

Não acons. a menores de 13 anos  
**A HISTÓRIA DE FERNÃO CAPELO GAVOTA**  
3.ª Semana

Hoje às 24.00 (G. D - 18 anos)

**AS DUAS RAMHAS**  
de Charles Jarrott

### CASINO ESTORIL

T. 26 4621 17.00, 21.15

Não acons. a men. de 13 anos

**A ÚNICA SAÍDA**

### S. JORGE

T. 54153/4 15.15, 18.15, e 21.15

Não acons. a menores de 13 anos  
**JEREMY, O PRIMEIRO AMOR**  
Palma de Prata no Festival de Cannes 3.ª semana

### RESTELO

T. 610375 21.00

(Não acons. a men. de 18 anos)

**O HOMEM DA LEI**

### AVIS

T. 47.63 15.30, 18.30, 21.15

Para todos maiores de 6 anos  
**OS MALUCOS VÃO A GUERRA**  
8.ª Semana  
c/ Les Charlots

### ESTÚDIO

T. 555135 15.30, 18.30, 21.15

Interdito a menores de 18 anos  
Sylvia Kristel, Jean Luis Trintignant

**BRINCANDO COM O FOGO**  
5.ª Semana

### ESTÚDIO 444

T. 779095 14.30, 16.45, 19 e 21.15 h.

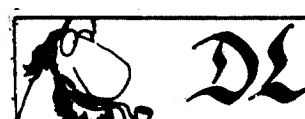
Interdito a menores 18 anos  
**O RALLYE DAS GOZONAS**  
Este filme contém cenas event. chocantes  
3.ª Semana

### CARLOS MANUEL SINTRA

Tel. 2930394 21.15

Int. a menores - 18 anos

**JÚLIA E OS HOMENS**  
Nota: Este filme contém cenas eventualmente chocantes



### UNIVERSAL

T. 774402 15.00, 19.00, 22.00

Não acons. a menores de 13 anos

**ERICA MINOR**  
17.00 e 20.30 h.

**CAMARADAS**  
de Marin Karmitz

### CONDES

T. 322523 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15

Interdito a menores de 18 anos

**OS PRAZERES DO VIGÁRIO**

Com Magali Noel, Solveia Andersson — Colorido

### BERNA

T. 776098 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15

Interdito a menores de 18 anos

Charles Bronson

**O JUSTICEIRO DA NOITE**  
Um filme de Michael Winner

Em 10.ª Semana

### LONDRES

T. 801313 14.15, 16.30, 18.45, 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

**BREVE ENCONTRO**  
Com Sophia Loren, Richard Burton

Colorido  
3.ª semana  
Hoje às 24 h (10 anos)

**A MANIA DAS GRANDEZAS**

### ROXY

T. 48560 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15

Interdito a menores de 18 anos

**EMLIENNE**

Com Betty Mars, Nathalie Gurin  
Colorido

AVISO: Este filme contém cenas eventualmente chocantes

### TIVOLI

T. 570595 Estreia às 21.15 h.

Não acons. men. 18 anos

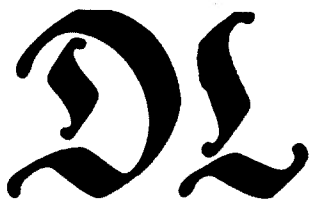
**SONHO DE AMOR**  
List a sua música e os seus amores

15.15 e 18.30 h.  
Uma ilha no tecto do Mundo (M. 6 anos)

### ALVALADE

T. 897480 15.30, 18.30, 21.15

Interdito a menores de 18 anos



RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.  
ADMINISTRAÇÃO-GERAL  
RUA CASTILHO, 185, 1.º 2.º  
TELEF. 654531/2/3/4  
REDACÇÃO SERVIÇOS TÉCNICOS  
E PUBLICIDADE  
RUA LUZ SORIANO, 44  
TELEF. 321154/5, 320271/2/3  
RUA DA ROSA, 75  
END. TEL. DÍBIA TELEF. 12363  
LISBOA-PORTUGAL

A partir de hoje

## Suspensos os voos para Moçambique

Portugal encontra-se, a partir de hoje, sem ligações aéreas directas com Moçambique, de acordo com decisão do Governo português, tornada ontem pública na sequência de conversações que decorreram nos últimos dias em Lisboa com uma delegação do Governo da República Popular de Moçambique.

A decisão portuguesa, expressa numa nota oficiosa do Ministério dos Negócios Estrangeiros, resulta de um diferendo surgido com Moçambique após a independência daquela ex-colónia, no que se refere às relações de transportes aéreos entre os dois Estados.

Esta manhã, tanto em Lourenço Marques, na Embaixada de Portugal, como em Lisboa, nos escritórios da TAP, ainda não havia conhecimento oficial desta decisão, pelo que se desconhecia as suas implicações imediatas, nomeadamente ao nível de numerosos passageiros que aguardam transportes entre as duas capitais.

É do seguinte teor a nota oficiosa ontem tornada pública:

«Efectuaram-se em Lisboa, de 8 a 13 de Janeiro de 1976, conversações entre delegações do Governo da República Portuguesa e do Governo da República Popular de Moçambique, que tinham por objectivo a negociação de um acordo de transporte aéreo entre os dois países.

A partir da independência da República Popular de Moçambique as relações de transporte aéreo entre os dois Estados assentavam num protocolo, anteriormente firmado entre o Governo português e a Frelimo, como instrumento jurídico destinado a assegurar a continuidade das ligações aéreas directas pela TAP e pela DETA.

No próprio documento se previa a sua vigência até que fosse possível celebrar um acordo aéreo definitivo entre os dois países.

Todavia, pouco depois da independência de Moçambique, surgiu um diferendo sobre a aplicação desse protocolo, traduzido no facto de o Governo da R. P. M. pretender, unilateralmente, limitar à Beira o acesso dos aviões da TAP a Moçambique.

O Governo português entendeu que tal restrição era gravemente lesiva dos interesses portugueses, contrariando, aliás, os princípios internacionalmente aceites que presidem à celebração de acordos desta natureza, e que visam garantir o desenvolvimento das ligações aéreas de maneira ordenada, numa base de reciprocidade e pela forma mais económica que seja compatível com a segurança das operações e o interesse do público.

No entendimento do Governo português, o respeito pelos referidos princípios implicaria, necessariamente, que os transportadores dos dois países assegurassem ligações direc-

tas entre Lisboa e Lourenço Marques, e vice-versa.

Na impossibilidade de resolver o diferendo através de contactos normais ao nível das autoridades aeronáuticas, o Governo da R. P. M., por nota de 11 de Dezembro de 1975, denunciou unilateralmente o protocolo, autorizando, no entanto, os voos da TAP, de e para Lourenço Marques, até à data limite de 14 de Janeiro de 1976.

Pela mesma nota, o Governo da R. P. M. propôs a abertura de negociações sobre um acordo aéreo, que foram prontamente aceites pelo Governo português, em 16 de Dezembro.

Em 6 de Janeiro, o Governo da R. P. M. anunciou que se deslocaria a Lisboa uma delegação oficial para conversações com o Governo português, a efectuar nos dias 8, 9 e 10 do corrente.

No decurso das negociações, que se prolongaram até hoje, dia 13, não foi possível, ao cabo de oito sessões de trabalho, superar a posição de inflexibilidade da delegação moçambicana no que se refere à exclusão de Lourenço Marques como terminal de ligações aéreas directas entre os dois países, apesar do espírito de compreensão e da maior boa vontade demonstrada pela delegação portuguesa.

É opinião das autoridades portuguesas que a deslocação para a Beira do terminal dos voos seria contrária aos interesses da grande maioria do tráfego existente, e poderia resultar numa penalização das condições económicas da exploração dos transportes aéreos entre os dois países.

Perante a impossibilidade de se chegar a um acordo sobre a questão fundamental, a delegação moçambicana reafirmou a decisão unilateral de impedir o acesso do transportador português a Lourenço Marques, limitando-o à Beira.

Considerando inaceitável submeter-se às condições impostas pelo Governo da R. P. M., entendeu o Governo português que não estavam preenchidos os requisitos mínimos indispensáveis à manutenção do esquema normal de ligações directas entre os dois países, pelo que estas ficam suspensas a partir de amanhã, 14 de Janeiro.

O prazo marcado pelo Governo da R. P. M. para a cessação da operação da TAP em Lourenço Marques — até que seja possível chegar a um entendimento aceitável para ambas as partes.

O Governo português lamenta profundamente a situação que lhe foi criada, e os inconvenientes que dela decorrem, e espera que o Governo da R. P. M. reconsidere a posição inflexível a que se remeteu, para que seja possível chegar a acordo no mais curto prazo, eliminando-se assim a necessidade de recurso a ligações indirectas no tráfego aéreo entre os dois países.

## Benfica-Bayern

### para a Taça dos Campeões

Em Zurique, efectuou-se hoje o sorteio dos encontros respeitantes à «Taça dos Campeões Europeus», em futebol. Ao Benfica cabe, como parceiro nos quartos de final da competição, o Bayern de Munique (Alemanha Ocidental). O primeiro embate será no Estádio

da Luz.

Outros jogos desta eliminação: Dinamo de Kiev (U.R.S.S.), St. Etienne (França), Hajduk Split (Jugoslávia), P.S.V. Eindhoven (Holanda) e Borussia Moenchengladbach (R.F.A.), Real Madrid (Espanha).

## Foi a sepultar Francisco Carapinha

Foi esta manhã sepultado no cemitério do Alto de S. João o nosso camarada de trabalho Francisco Alberto de Oliveira Carapinha, da secção de Expedição, que faleceu de doença súbita na noite de anteontem.

Francisco Carapinha, que por duas vezes trabalhou nesta casa, era estimado por todos os colegas, agora surpreendidos pela notícia da sua morte.

Deixa viúva a sr.ª D. Eva Carapinha, e sete filhos menores.

Após ter sido velado na noite de ontem na Igreja do Castelo, o corpo do nosso camarada de trabalho foi transferido pelas 10 e 30 para o cemitério do Alto de S. João, onde foi enterrado.



Francisco Carapinha

A todos os familiares, especialmente à sr.ª D. Eva Carapinha, apresentamos a expressão do nosso profundo pesar.

## Mais três bombas no Porto

Continuação da pág. 1

habitações condignas a que têm direito.

Todos os elevadores do alto edifício, onde funcionam dezenas de serviços, escritórios e algumas dependências públicas, focaram avariados. Este facto dificulta a partir de hoje e por algum tempo o acesso a essas dependências obrigando o grande número de pessoas que aí se desloca diariamente a ter que fazer a pé algumas centenas de degraus. Há ainda a registar sérios danos no material e no mobiliário do S. A. A. L., incluindo trabalhos resultantes de longos meses de estudo, tais como projectos e levantamentos de zonas.

Através da caixa onde se desloca um dos elevadores, caíram até ao rés-do-chão pedaços de tijolo e de calça provocados pelo rebentamento da bomba. Segundo informações colhidas junto de pessoal ligado ao S. A. A. L. este atentado tem como objectivo destruir a organização de base dos moradores uma vez que o S. A. A. L., criado em Julho de 1974, tem como condição fundamental a sua ligação directa com as comissões de moradores, as entidades mais verdadeiramente interessadas nas resoluções dos seus próprios problemas.

Ontem à noite e até ao princípio da madrugada de hoje, reuniu nas instalações agora destruídas o Conselho Revo-

lucionário dos Trabalhadores do Porto.

### M.A.C.A.C. REIVINDICA UM ATENTADO DE ONTEM

Segundo telefonema efectuado na madrugada de ontem cerca das 4 e 20 para os estúdios da Rádio Renascença do Porto o atentado que destruiu a residência do dr. Teixeira de Sousa, presidente da Comissão Administrativa da Câmara de Gondomar e militante do P. C. P. foi reivindicado pelo auto-intitulado Movimento Avançado de Comandos Anti-Comunistas (M. A. C. A. C.). O facto foi radiofundido ontem no noticiário normal das 12 e 45.

## Portugal vai discutir projecto de regionalização

Descentralização de competências e definição de níveis de intervenção nacional, regional e local, criação de órgãos de administração (local e regional) com capacidade de acção nos campos político, económico e técnico, enfim organização de unidades geográficas com dimensionamento espacial amoldado aos diversos níveis de responsabilidade, são as questões na origem do

novo esquema administrativo proposto pelo MAI para discussão pública acerca da regionalização do País, que, como oportunamente noticiámos, prevê a formação de sete províncias, alterando a divisão territorial de 1835.

Ao proceder à leitura do texto introdutório ao projecto o comandante Almeida e Costa chamou a atenção para a afiliação da autonomia dos órgãos do Poder local em função do «mapa» vigente, adiantando ainda a atribuição de um crédito global às regiões que atravessam uma situação financeira difícil.

Ao prevenir contra os ricos que o projecto de regionalização pode encontrar, Almeida Costa aludiu «à polarização em aspectos secundários», como a «delimitação territorial que o caciquismo local, o bairrismo distorcido e os interesses ofendidos não deixarão de aproveitar» bem como o da «apropriação por forças políticas de expressão partidária para assumir ou controlar o Poder regional».

No mesmo ponto inseriu «a manipulação por aqueles cujos interesses particulares são postos em causa».

O projecto, fundamentado no direito que às populações assiste de assumir responsabilidades para afastar os órgãos do poder local de «meras agências do poder central através da intensificação das suas dependências, que levou, durante o regime deposto, poucas câmaras a resistirem à complexa teia burocrática dos diversos Ministérios, é condensado em 55 artigos sobre dimensão e unidade geográfica, promoção política, estruturas

de ligação e capacidade financeira e técnica. Prevê a constituição da Área Metropolitana do Porto; Minho, Douro e Trás-os-Montes; Beiras, Área Metropolitana de Lisboa; Estremadura e Vale do Tejo; Alentejo; e Algarve, bem como o estatuto autónomo para os Açores e Madeira.

### Casanova na Arma de Infantaria

O major Casanova Ferreira, até 11 de Março comandante distrital da PSP de Lisboa, foi nomeado para a direcção da Arma de Infantaria, a que sempre pertenceu.

Casanova Ferreira participou no 16 de Março (de 1974) e por isso esteve preso até 25 de Abril. Acusado de estar implicado no 11 de Março, foi detido poucos dias depois, vindo mais tarde a recuperar a liberdade.

## Nobre da Costa (ex-Sacor) entrou para o Governo

Ao fim da manhã tomaram posse em Belém os novos membros do Governo nomeados na sequência da recomposição que desde há algumas semanas vem sendo objecto de conversações entre o presidente da República, primeiro-ministro e representantes dos partidos políticos representados no Governo. Foram os seguintes os empossados: Secretário de Estado da Energia e Minas, dr. Marques Videira; Secretário de Estado da Indústria Pesada, eng. Nobre da Costa (antigo administrador da Sacor); secretário de Estado da Indústria Ligeira, eng. Moura Vicente; secretário de Estado

dos Transportes e Comunicações, eng. Machado Rodrigues; secretário de Estado da Emigração, dr. José Manuel Sêrvulo Correia; e sub-secretário de Estado da Estruturação Agrária, eng. Castro Guerra.

### ENTREVISTA

O general Costa Gomes concedeu hoje uma entrevista à Televisão sueca, que continua a dedicar bastante interesse à evolução do processo político português.

Às 15 e 30 o presidente recebeu em audiência o secretário de Estado dos Desportos.

### José Carlos Megre abandona a RTP

José Carlos Megre, chefe do Departamento de Programas Sócio-Políticos da RTP, demitiu-se das suas funções. Sobre os motivos de tal atitude, nada mais nos foi adiantado.

Com essa demissão, verifica-se que todos os chefes de Departamento da RTP, admitidos depois do 25 de Abril de 1974, se encontram neste momento afastados daquela estação emissora.

Efectivamente, já foram suspensos da RTP, como é do conhecimento público, Manuel

Ferreira (Programas Culturais), Mário Vieira de Carvalho (Programas Musicais), António Torrado (Programas Infantis e Juvenis) e Artur Ramos (Teatro).

José Carlos Megre, considerado como independente de esquerda, era um dos entrevistadores do «Responder ao País», programa que sempre captou a atenção dos telespectadores. Ficou, célebre o efectuado com Alvaro Cunhal e, mais tarde, um «tête-à-tête» entre o secretário do P.S. e o secretário do P.C.P.